



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ÁDILO LAGES VIEIRA PASSOS

**PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO LABORAL NAS FACULDADES PRIVADAS: O
CASO DOS PROFESSORES HORISTAS NO MARANHÃO**

FORTALEZA

2025

ÁDILO LAGES VIEIRA PASSOS

**PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO LABORAL NAS FACULDADES
PRIVADAS: O CASO DOS PROFESSORES HORISTAS NO MARANHÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título de doutor em
Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos

Psicossociais e Vulnerabilidades

Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz
de Aquino.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P324p Passos, Ádilo Lages Vieira.
Precarização e flexibilização laboral nas faculdades privadas : o caso dos professores horistas no Maranhão / Ádilo Lages Vieira Passos. – 2025.
165 f. : il.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.
1. Professor universitário. 2. Educação superior. 3. Precarização do trabalho. 4. Trabalho precário. 5. Psicologia Social. I. Título.

CDD 150

ÁDILO LAGES VIEIRA PASSOS

PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO LABORAL NAS FACULDADES
PRIVADAS: O CASO DOS PROFESSORES HORISTAS NO MARANHÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título de doutor em
Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos

Psicossociais e Vulnerabilidades

Sociais.

Aprovada em: 24/11/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Cleide Maria Amorim dos Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Italo Emanuel Pinheiro de Lima
Faculdade Uninta Fortaleza

Prof^ª. Dra. Raquel Pereira Belo
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

À minha avó, Zilda dos Santos Pereira (*in memoriam*).

Agradecimentos

Ao Criador, pelo dom da vida e por me permitir escrever e transcender a minha história.

À minha mãe, Analí, por me trazer à vida e por não medir esforços para garantir minha educação.

Ao meu pai, Adail (in memoriam), por sempre acreditar no meu potencial e por ser meu maior admirador.

Ao meu irmão, Máximo, por ser quem primeiro me ensinou o valor de partilhar.

À minha avó, Zilda dos Santos Pereira (in memoriam), que primeiro sonhou que eu seria doutor.

Ao meu irmão de outra mãe, Henrique Rotta que, com sua liberdade, me ensinou a voar.

Ao também amigo-irmão André Rotta, pela parceria e pela torcida genuína.

Ao querido amigo Barboza, por tão amorosamente reconhecer e potencializar a minha subjetividade.

Aos demais familiares e amigos, por enriquecerem a minha existência.

Ao Maranhão, por me fazer nordestino; ao Piauí, por me fazer sentir nordestino; e ao Ceará, por me fortalecer como nordestino.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pelo apoio financeiro parcial, na forma de ajuda de custo, por meio da concessão de bolsa de auxílio.

Ao meu orientador do TCC da graduação em Psicologia, professor Carlos Antônio Santos, que, com seu olhar forjado na ciência, viu em mim um futuro pesquisador.

Ao meu orientador do mestrado, professor Ludgleydson, por ter segurado a minha mão e me guiado nos meus primeiros passos na pesquisa científica.

Ao meu orientador atual, professor Cássio, por compreender minhas ausências, valorizar minha presença e me mostrar que também há leveza na pós-graduação.

A todos os professores que contribuíram para o meu processo de escolarização e que fortaleceram, em mim, a crença na educação como instrumento de transformação social.

Aos professores participantes da banca examinadora, Prof.^a Dra. Érica, Prof.^a Dra. Cleide, Prof. Dr. Italo e Prof.^a Dra. Raquel, pelo tempo, pelas contribuições e sugestões valiosas.

Aos docentes entrevistados nesta pesquisa, pelo tempo concedido e pela confiança em meu trabalho.

E, por fim, àqueles sem nome e sem rosto, mas que contribuem para a fartura da minha colheita.

“É

A gente quer viver pleno direito

A gente quer viver todo respeito

A gente quer viver uma nação

A gente quer é ser um cidadão

A gente quer viver uma nação

É é é é é é é” (Gonzaguinha, 1982)

Resumo

O trabalho tem sido um importante objeto de estudo, especialmente para as Ciências Humanas e Sociais, por seu caráter fundante na humanização. Certamente, esta atividade eminentemente humana tem passado por intensas modificações ao longo da história e tais transformações, não raramente, vêm acompanhadas da marca indelével da precarização, processo que flexibiliza e intensifica o trabalho. Cabe salientar que, na contemporaneidade, a precariedade do trabalho atinge todos os ramos de atividades e todas as categorias profissionais, pois nem mesmo a existência de vínculos formais e a elevada qualificação profissional têm sido suficientes para proteger os trabalhadores da condição de precarização, fato que também pode ser observado no caso dos professores horistas que atuam nas faculdades privadas. Diante desse cenário, esta pesquisa estabelece como objetivo geral: analisar o processo de precarização do trabalho entre os professores horistas nas faculdades privadas. Como objetivos específicos: caracterizar a precarização do trabalho do professor universitário a partir de uma revisão sistemática da literatura; elencar as evidências de flexibilidade e precariedade identificadas na condição de surgimento do professor horista; e investigar as reverberações da precarização nos processos organizativos do trabalho do docente horista. Para responder aos referidos objetivos, foram realizados três estudos, sendo um teórico (Estudo 1) e dois empíricos (Estudos 2 e 3). No Estudo 1, a revisão da produção científica apontou que as principais evidências da precarização do trabalho do professor universitário giram em torno das condições de trabalho degradadas e da manifestação de adoecimento físico e mental entre os docentes. No Estudo 2, os dados provenientes das entrevistas semiestruturadas indicaram que as evidências de flexibilidade e precariedade na condição de surgimento do professor horista envolvem estar submetido a um contrato de trabalho marcado, sobretudo, por baixas remunerações e pela flutuação dos rendimentos. Por fim, o Estudo 3, também com base em entrevistas semiestruturadas, apontou que os processos de trabalho do professor horista se desenvolvem num contexto de instabilidade, cobrança,

Resumo

intensificação, tensão na relação com os alunos e desafios relacionados à saúde mental. Com a realização dos três estudos foi possível constatar que os professores horistas representam os principais expoentes do avanço da ofensiva neoliberal no contexto educacional. Isso porque, embora contratados exclusivamente para ministrar aulas, esses profissionais são cobrados por grande parte das atribuições exigidas de docentes com vínculos mais estáveis, realizando, assim, trabalho excedente e não remunerado.

Palavras-chave: professor universitário, educação superior, precarização do trabalho, trabalho precário, Psicologia Social

Abstract

Work has been a subject of significant study, particularly in the Humanities and Social Sciences, due to its fundamental role in humanization. Certainly, this eminently human activity has undergone relevant changes throughout history, and such transformations are often accompanied by the indelible mark of precariousness, a process that makes work more flexible and intensified. It is important to highlight that, contemporaneously, work insecurity affects all sectors of activity and professional categories, as not even the existence of formal employment relationships and high professional qualifications has been sufficient to protect workers from precarious conditions, a fact that can also be observed in the case of hourly teachers working in private universities. Based on such scenario, this research establishes its main objective as analyzing the process of work insecurity among hourly teachers in private universities. Specific objectives: to characterize the precariousness of university professors' work based on a systematic literature review; to list the evidence of flexibility and precariousness identified in the emergence of hourly professors; and to investigate the repercussions of this precariousness in the organizational processes of hourly professors' work. To address these objectives, three studies were conducted: one theoretical (Study 1) and two empirical (Studies 2 and 3). In Study 1, a review of scientific literature indicated that the primary evidence of the precarious working conditions faced by university professors is linked to poor working environments and the prevalence of physical and mental health issues among them. In Study 2, data from semi-structured interviews indicated that the emergence of hourly teachers reveals evidence of both flexibility and precariousness, primarily characterized by low pay and fluctuating income associated with their employment contracts. Finally, Study 3, which was also based on semi-structured interviews, indicated that the work processes of hourly teachers develop within a context of instability, pressure, intensified workloads, relational tensions with students, and challenges related to mental health. Through the development of the three studies, it was possible to confirm that hourly

Abstract

teachers are the primary representatives of the neoliberal offensive in the educational context. Despite being hired solely to teach classes, these professionals are burdened with many responsibilities typically assigned to teachers with more stable contracts, resulting in excessive unpaid work.

Keywords: university professor, higher education, work precarization, precarious work, Social Psychology

Lista de Figuras

Figura 1	
<i>Quadro metodológico.....</i>	46
Figura 2	
<i>Quadro com as características sociodemográficas dos participantes da pesquisa.....</i>	48
Figura 3	
<i>Processo de seleção dos artigos.....</i>	56
Figura 4	
<i>Quadro com a descrição das produções científicas.....</i>	59
Figura 5	
<i>Dendograma do corpus textual acerca do regime de trabalho horista e o interesse pela docência.....</i>	78
Figura 6	
<i>Dendograma do corpus textual acerca de percepções da rotina de trabalho docente e da (des)valorização do professor horista.....</i>	107

Lista de Tabelas

Tabela 1

Concepções sobre o professor horista e o interesse pela docência..... 78

Tabela 2

*Percepções sobre a rotina de trabalho docente e a (des)valorização do professor
horista.....* 108

Sumário

Prólogo: da quebra do coco babaçu à quebra do coco-cabeça.....	19
Introdução.....	28
Pergunta de partida e objetivos.....	44
Pergunta de partida.....	44
Objetivo geral.....	44
Objetivos específicos.....	44
Método.....	45
Tipo de pesquisa.....	45
Local de estudo.....	47
Participantes.....	48
Instrumentos e procedimentos.....	49
Análise.....	50
Aspectos éticos.....	51
Estudo 1. Revisão sistemática da literatura acerca da precarização do trabalho do professor universitário.....	52
Introdução.....	52
Método.....	54
<i>Materiais</i>.....	54
<i>Desenho</i>.....	54
<i>Procedimento</i>.....	54
Resultados.....	56

Sumário

Discussão.....	61
Considerações finais.....	65
Referências.....	67
Estudo 2. Precarização e flexibilização laboral nas faculdades privadas: o caso dos professores horistas de São Luís – MA.....	71
Introdução.....	71
Método.....	73
<i>Tipo de pesquisa.....</i>	<i>73</i>
<i>Local de estudo.....</i>	<i>73</i>
<i>Participantes.....</i>	<i>74</i>
<i>Instrumentos e procedimentos.....</i>	<i>74</i>
Análise de dados.....	75
Aspectos éticos.....	76
Resultados.....	77
<i>Concepções sobre o regime de trabalho horista e o interesse pela docência.....</i>	<i>77</i>
<i>Classe 2: o trabalho como professor horista como trampolim para o setor público.....</i>	<i>80</i>
<i>Classe 3: entre baixas remunerações e o compromisso com a educação – o dilema do professor horista.....</i>	<i>81</i>
<i>Classe 1: professor horista: cooptação da subjetividade e dedicação integral.....</i>	<i>83</i>
<i>Classe 4: trabalho precário e impactos na atuação do docente horista.....</i>	<i>84</i>
<i>Classe 5: professor horista e o fazer docente invisibilizado.....</i>	<i>86</i>
Discussões.....	88

Sumário

Considerações finais.....	93
Referências.....	96
Estudo 3. Mercantilização da educação superior: processos de trabalho dos professores horistas de São Luís – MA.....	99
Introdução.....	99
Método.....	102
<i>Tipo de pesquisa.....</i>	<i>102</i>
<i>Local de estudo.....</i>	<i>102</i>
<i>Participantes.....</i>	<i>102</i>
<i>Instrumentos e procedimentos.....</i>	<i>103</i>
Análise de dados.....	104
Aspectos éticos.....	105
Resultados.....	106
<i>Percepções acerca da rotina de trabalho docente e da (des)valorização do professor horista.....</i>	<i>106</i>
<i>Classe 2: rotatividade estratégica.....</i>	<i>110</i>
<i>Classe 1: mercantilização da educação superior e superqualificação do exército de reserva.....</i>	<i>111</i>
<i>Classe 5: tensões e possibilidades da relação professor-aluno.....</i>	<i>112</i>
<i>Classe 6: cobranças excessivas e controle institucional.....</i>	<i>113</i>
<i>Classe 3: trabalho docente invisibilizado e não remunerado.....</i>	<i>115</i>
<i>Classe 4: economia da precarização.....</i>	<i>116</i>

Sumário

Discussões.....	117
Considerações finais.....	122
Referências.....	125
Considerações finais para novos começos.....	128
Referências.....	136
Apêndices.....	145
Apêndice A: Questionário sociodemográfico.....	145
Apêndice B: Roteiro de entrevista semiestruturada.....	147
Apêndice C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	147
Anexos.....	150
Anexo A: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC.....	150
Anexo B: Publicação do Estudo 1.....	154

Prólogo: da quebra do coco babaçu à quebra do coco-cabeça

Em uma das muitas reuniões de orientação, foi-me proposta a construção de um prólogo a fim de apresentar como se deu minha aproximação com o objeto de estudo que investiguei para a elaboração desta tese. A sugestão me pareceu muito pertinente e, logo, pus-me a pensar sobre como o trabalho começou a me despertar interesse e a gerar inquietação. Instantaneamente, reporteime-me à época da graduação em Psicologia, mais especificamente ao quarto período, momento no qual tive contato com a disciplina de Psicologia Organizacional. Embora essa parecesse a trajetória mais lógica, algo me incomodou e, lembrando do que ensinou Karl Marx – que o trabalho é fundante do ser social e perpassa toda a nossa existência –, notei que minha aproximação com o trabalho não se deu apenas na graduação, mas ainda na minha infância, ao observar os outros trabalharem.

Certamente, minha primeira e mais marcante percepção de trabalho foi observando minha avó materna, Zilda, em sua lida diária como quebradeira de coco babaçu e como lavradora na zona rural da cidade de Chapadinha - MA. Lembro que a rotina de trabalho de “Mãe Zilda”, como carinhosamente a chamava, tinha início muito cedo, ainda com o tempo escuro, e só terminava quando anoitecia. O trabalho era intenso, pesado, braçal, exposto às intempéries, como o sol forte do Nordeste durante a maior parte do ano, mas também às chuvas torrenciais que caíam nos primeiros meses.

Ao fim de um intenso dia de trabalho, não era raro ouvir Mãe Zilda dizer, depois de um suspiro profundo: “Êh, meu fí, corpo véi cansado. Tô véa demais!”. A fala enfatizava, de forma inequívoca, o quanto o corpo era mortificado pela lida diária ao ponto de ser percebido como velho, exclusivamente pela capacidade de desempenho e produção, deixando de lado o próprio marcador cronológico. Vale lembrar que, no Brasil, o Estatuto da Pessoa Idosa define como principal critério para determinar a condição de idoso a idade cronológica de 60 anos ou mais e, Mãe Zilda, faleceu justamente 43 dias depois de completar 60 anos de idade.

Como eu era um menino muito curioso e apegado à minha avó, sempre que permitido, eu a acompanhava em seu trabalho, seja quando ela ia para o cocal – um local repleto de

palmeiras de coco babaçu – quebrar coco, seja quando ela ia para a roça – semear ou colher. Sem dúvidas, a atividade de trabalho que mais gostava de acompanhar era a da quebra do coco, isso porque, embora envolvesse um trabalho perigoso, já que a quebra do coco é feita com machado e cacete (um porrete de madeira), essa atividade normalmente é realizada coletivamente por mulheres que quebram o coco, mas também contam suas histórias, seus dilemas cotidianos e seus sonhos.

Outra face da quebra do coco era o trabalho realizado por crianças que, para ajudar no sustento da família, precisavam se arriscar nesse trabalho. Por sorte, a relação que estabeleci com a quebra do coco foi lúdica, de brincadeira, de socialização com as mulheres da comunidade e com seus filhos. Inclusive, devo dizer que um dos meus maiores desejos de infância era aprender a quebrar coco e, por muitas vezes, eu tentei. A verdade é que ainda hoje carrego cicatrizes nos dedos dessas tentativas, mas que de fato nunca foram bem-sucedidas porque sigo sem conseguir quebrar coco e, de certo modo, isso não deixa de ser alguma frustração para mim.

No Maranhão, quebrar coco é uma atividade essencialmente feminina, tal qual o trabalho doméstico não remunerado. Por outro lado, ir para a roça é uma atividade majoritariamente masculina. Pela necessidade da realidade objetiva, minha avó contestou as limitações impostas pelo seu papel de gênero, fazendo de sua presença uma constante no cocal e no preparo da terra, na semeadura e na colheita.

Não é forçoso mencionar que a diferença entre minha avó e os homens de sua comunidade é que ela realizava não apenas o trabalho braçal, mas também o trabalho doméstico não remunerado. Essa sobrecarga de atribuições só foi mitigada quando pôde dividir o fardo com outras mulheres, sendo essas, suas filhas. Daí em diante, a tensão identitária entre ser mulher e ser trabalhadora ficou menos nítida porque a identidade trabalhadora quase dizimou a primeira.

O quase fica por conta de algumas singularidades observadas no cotidiano, em que o ser mulher insistia em surgir. Lembro com bastante clareza de ver minha avó parar defronte a um espelho na sala de estar da casa de taipa, fitar-se com afínco e dizer: “oh, meu fi, como eu

queria colocar umas estacas nesses olhos e tirar a metade dessas pregas”. As rugas eram fruto da idade, mas, sobretudo, de uma vida de trabalho exposta diariamente ao sol.

A partir da observação desse conjunto de experiências, desenvolvi uma relação ambígua com o trabalho. Ao mesmo tempo em que o considerava algo positivo, por ser responsável pela garantia da nossa subsistência e por trazer uma aura de dignidade, de honestidade, uma vez que aquele que é visto como trabalhador é respeitado e admirado pela comunidade, também enxergava a sua face mais dura. Isto é, um trabalho que mortificava o corpo, que esvaía todas as energias do trabalhador e que, por mais que garantisse o sustento, nem de longe produzia uma vida confortável.

Por conta de todas essas dificuldades, minha avó sempre valorizou muito a educação de seus filhos e netos, pois acreditava que essa seria a única forma de “sair do toco”. Mesmo semianalfabeta, ela entendia que o trabalho, quando executado, sobretudo de forma braçal, jamais se revertia em uma vida com pleno acesso aos bens e materiais produzidos pela sociedade, pois, por mais que ela trabalhasse, o seu ganho sempre ficava aquém. Assim, desde muito cedo, ela queria que eu fosse doutor. Para ela, doutor era o médico ou o advogado que trabalhava “utilizando a cabeça”, num local confortável, com ar-condicionado e ganhando um bom dinheiro.

Nesse sentido, é nítido que, na nossa sociedade, a divisão empreendida pelo capital entre trabalho físico e trabalho intelectual está bem enraizada e se consolida na subalternização psíquica e econômica daqueles que dependem, prioritariamente, do corpo para sobreviver. Assim, o trabalhador que se encontra fora dos padrões exigidos para trabalhos tidos como mais especializados padecerá e sofrerá a exploração da forma mais dramática possível.

Como eu acompanhei a dureza da vida de trabalho de minha avó, bem como observava as imensas desigualdades sociais ao meu redor, decidi, desde muito cedo, a me comprometer, quase que ensandecidamente, com a minha escolarização/profissionalização. Eu sabia que a via para romper o ciclo intergeracional da pobreza era a dos estudos. Assim, fui sempre considerado um ótimo aluno, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino

Médio e, desse modo, consegui uma bolsa integral do Programa Universidade para Todos (PROUNI) para cursar a graduação em Psicologia na cidade de Teresina – PI.

Nesse contexto, é pertinente salientar que, embora a bolsa tenha sido fundamental na minha trajetória acadêmica, ela garantia apenas o acesso à Educação Superior, de forma que não havia qualquer subsídio que garantisse minha permanência na graduação. Meus gastos, minha moradia, alimentação e material de estudo foram custeados por minha mãe, Analí, uma mulher que ganhou a vida sendo professora da zona rural de Chapadinha – MA. Professora alfabetizadora, teve toda a sua trajetória profissional vivenciada em escolas multisseriadas, nas quais, geralmente, era a única profissional da instituição e, portanto, acumulava, sem contrapartida financeira, as funções de ensino, gestão, secretariado e, no início da carreira, assomava-se também a de merendeira.

Enquanto minha mãe estava fazendo diversos sacrifícios para que seu modesto salário pudesse me manter em Teresina, eu envidava todos os meus esforços para aproveitar o máximo possível a graduação, pois sabia que não estava lá só por mim, mas por minha mãe, por minha avó e por tantos outros que desejaram e não concretizaram. A graduação foi um passo tão importante em minha vida que até hoje a considero minha principal conquista, pois foi o que sonhei desde cedo com Mãe Zilda e o que mais lutei para conseguir. Foi justamente com essa ânsia pelo conhecimento que, no quarto período do curso de Psicologia, na disciplina de Psicologia Organizacional e do Trabalho que ocorreu minha aproximação científica com a categoria trabalho. Desde o primeiro momento em que o professor apresentou o plano da disciplina, já senti meus olhos brilharem. Foi uma identificação muito imediata e, embora eu não soubesse se minha futura prática profissional se daria como psicólogo organizacional, eu sabia que essa era uma das áreas que eu mais tinha interesse.

Ilustrativo do meu interesse pessoal, destaco que, além dos estágios curriculares, eu tive apenas uma experiência de estágio não obrigatório durante a graduação, e foi justamente na área da Psicologia Organizacional. Para solidificar ainda mais minha relação com o trabalho durante a graduação, meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado Psicologia Organizacional: das Teorias às Práticas do Psicólogo nas Organizações, não

poderia ser em outra área, senão, na Psicologia Organizacional.

Para dar seguimento à minha carreira acadêmica, aproximadamente seis meses após minha formatura, ingressei no mestrado. Durante esta fase da minha formação, mergulhei num novo desafio, deixando a categoria trabalho um pouco de lado, e investiguei a velhice e o envelhecimento de pessoas que vivenciaram o adoecimento por hanseníase. Foi uma etapa muito rica e que me trouxe diversas oportunidades, inclusive, antes mesmo de defender minha dissertação, consegui uma vaga para ser professor em uma faculdade privada no interior do Maranhão, experiência que, diga-se de passagem, acabou por motivar meu ingresso no doutorado.

A oportunidade de ser professor universitário foi algo que me deixou bastante feliz, pois era a chance que eu precisava para me inserir no mercado de trabalho e, enfim, começar a ganhar dinheiro com o meu conhecimento. Quando ingressei na referida faculdade, tive minha carteira de trabalho assinada pela primeira vez e fui comunicado que seria docente horista, vínculo contratual que, até esse momento, era uma novidade para mim.

Com o passar do tempo, e com a ajuda dos demais colegas professores, fui entendendo que ser horista era como trabalhar por produção, à semelhança do modelo que vigorava na lógica industrial. Logo, meu salário seria flutuante, pois era atrelado exclusivamente às horas-aula que eu ministrava, o que deixava de fora o tempo gasto com planejamento de aulas, orientação de alunos, lançamento de dados no sistema acadêmico etc. Ademais, a variação no salário ocorria por mês, pois nem todo mês eu ministrava a mesma quantidade de hora-aula, já que poderia ter um feriado ou qualquer outro evento e, também, flutuava por semestre, pois a quantidade de disciplinas não era fixa. Então, havia semestre em que eu ministrava duas disciplinas e outros em que eu ministrava seis, por exemplo.

Numa sociedade neoliberal, com grande exército de reserva, essa situação é desafiadora para qualquer docente, mas para um jovem professor, ainda em processo de apropriação do “ser professor”, ter de lidar também com as artimanhas do sistema é especialmente difícil e, muitas vezes, escolhe-se silenciar. Acontece que o silêncio nem sempre significa inércia, pois a boca silencia, mas os pensamentos pululam, inquietam-se.

A partir dessa inquietação minha, mas também dos meus colegas professores, e que nos fazia passar horas conversando sobre as dificuldades da nossa profissão, sobre como estávamos sendo desvalorizados e precarizados, decidi que precisava entender isso de forma mais profunda e sistemática. Como já somava dois anos do término do meu mestrado, comecei a sentir a necessidade de partir para o doutorado e, como precisava escolher um objeto de estudo, a minha própria realidade de docente horista precarizado sinalizou que meu futuro objeto de estudo já estava escolhido. Era isso! Eu precisava investigar cientificamente a condição de professor horista para mostrar/denunciar para a sociedade o que está acontecendo no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

Contribui para a invisibilidade dessa situação o fato de a trajetória do professor horista ocorrer de forma muito solitária, pois, ainda que eu, enquanto docente horista, tenha compartilhado minhas angústias e incertezas para com meus colegas de trabalho, isso se dava muito informalmente. A verdade é que parece faltar uma organização desses profissionais em rede, carece haver a existência de um verdadeiro coletivo de trabalho para que não apenas os dilemas da profissão sejam compartilhados, mas, principalmente, que soluções possam ser pensadas e implementadas num movimento de mudança do contexto socioprofissional.

Já tomado por esse mal-estar relacionado à práxis de docente horista, um evento acentuou ainda mais os desafios do cotidiano de trabalho, a saber, a pandemia da COVID-19. No cenário pandêmico, nós, professores de IES privadas, tivemos de transpor as aulas presenciais para o ambiente virtual em pouquíssimas semanas. O estresse docente parecia quase palpável, de forma que, pela primeira vez, decidi realizar uma pesquisa tendo como grupo-alvo os professores. Meu objetivo era entender qual o pensamento social dos docentes, especialmente no que dizia respeito às aulas remotas e à própria docência num contexto tão adverso.

Para a consecução da pesquisa, fiz muitas leituras e isso só corroborou o meu desejo de realmente ingressar no doutorado para investigar a realidade de precarização dos professores horistas. Como eu já havia escolhido o objeto de estudo, faltava agora escolher a filiação teórica. Por envolver diretamente a questão do trabalho, ainda imaturo teoricamente,

logo conjecturei que seria a hora de retornar para o campo da Psicologia Organizacional. A essa altura, eu já havia decidido preparar-me para a seleção do doutorado na Universidade Federal do Ceará e, então, passei a pesquisar sobre o currículo dos professores orientadores, a fim de encontrar algum orientador na área da Psicologia Organizacional.

Após uma busca minuciosa, observei que não havia nenhum orientador em Psicologia Organizacional, todavia tinha em Psicologia do Trabalho, o que, para mim, até então, significava a mesma coisa. A verdade é que, após ingressar no doutorado e aprofundar meus estudos na Psicologia Social do Trabalho (PST), entendi que a PST e a Psicologia Organizacional são muito diferentes e que a primeira era e é o melhor caminho, de fato, para estudar a precarização do trabalho dos professores horistas. Isso tendo em conta que a PST possui um compromisso histórico com a causa dos trabalhadores e que, desse modo, compromete-se com a mudança do ambiente social e material.

Portanto, nesta tese assumi o trabalho precário dos docentes horistas como objeto de investigação privilegiado, bem como a PST como principal campo. Meu intuito, reforçando e ampliando o que já foi dito, é evidenciar/denunciar essa realidade tão comum nas IES privadas e, a partir disso, possibilitar a reflexão sobre possíveis formas de superar a situação de vulnerabilidade enfrentada pelos professores horistas, grupo de trabalhadores que tão bem ilustra o avanço e o sucesso das políticas neoliberais. Isso porque o caso dos professores horistas deixa claro que todos os trabalhadores estão sujeitos à exploração e expropriação do produto de seu trabalho e, não apenas aqueles trabalhadores braçais ou pouco escolarizados, tal como minha saudosa avó acreditava, pois, ainda que ocorra de diferentes maneiras, na sociedade do capital, nenhum trabalhador está isento de sofrer o processo de exploração do trabalho.

Certamente, eu e os demais professores horistas não sofremos as mesmas adversidades do trabalho precário realizado por Mãe Zilda em sua quebra de coco, mas resguardadas as devidas proporções e especificidades, o professor horista também é um quebrador de coco. O coco que se quebra nas IES privadas não é o coco babaçu, mas sim o coco-cabeça, já que o trabalho docente só é possível a partir de um intenso esforço intelectual.

Uma vez que a vida não é linear e tampouco previsível, já quase no último ano da minha jornada de construção desta tese, vivenciei um evento bastante marcante, qual seja, a aprovação num concurso público no estado do Ceará. A partir de então, muitas transformações aconteceram, sendo a mais evidente minha mudança de cidade, já que saí de Chapadinha - MA para viver em Fortaleza – CE. Mas os desafios não envolveram apenas deixar minha rede de apoio para ir em busca de uma vida melhor em um local desconhecido. Para mim, a estabilidade do serviço público veio acompanhada da mudança do meu status de civil para militar, pois meu cargo público é o de 2º Tenente da Polícia Militar do Ceará, na função de psicólogo.

Assim como a experiência de docente precarizado influenciou meu ingresso no doutorado, devo dizer que também a referida condição de trabalho motivou meu interesse em seguir para o serviço público pela via dos concursos. Tal interesse não é ingênuo ao ponto de acreditar que não haja precarização entre os servidores públicos, mas entende que, entre produzir lucros privados e servir à sociedade, a primeira perspectiva leva a precarização às últimas instâncias.

Nesse cenário, passei a ter as garantias proporcionadas pelo meu novo vínculo de trabalho, mas também passei a enfrentar as dificuldades tão conhecidas pela maioria dos alunos trabalhadores. Dar seguimento à tese em meio, primeiramente, ao Curso de Formação Policial e, depois, ao exercício do trabalho de psicólogo propriamente dito na instituição PMCE, foi e é um grande desafio. Em muitos momentos, senti que estava me distanciando do meu objeto de estudo, de modo que ele quase parecia uma miragem. A angústia era muito presente, pois sabia que finalizar a tese não era uma questão apenas individual, pois advinha de um compromisso, ainda que tácito, que eu havia feito com minha família e com os professores horistas, categoria que, por dois anos e meio, eu fiz parte.

Por fim, saliento que a tarefa foi árdua e cheia de incertezas, mas concluí a escrita da tese e isso me traz uma forte sensação de missão cumprida. Em outras palavras, sinto que minha trajetória acadêmica, com seus erros e acertos, valeu a pena porque me trouxe até aqui, um lugar com o qual aquele garotinho empobrecido do interior do Maranhão podia até ousar

sonhar, mas que objetivamente era quase impossível conquistar. Conquistei!

Introdução

De maneira geral, o trabalho pode ser compreendido como a aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim (Lhuilier, 2013). Entretanto, essa noção carrega ambivalências. Em um polo, o trabalho pode ser vivido como uma atividade criativa, repleta de sentido, que possibilita expressão subjetiva, reconhecimento e realização pessoal. Em outro, assume um caráter alienado e fragmentado, especialmente sob a lógica do capital, sendo reduzido a uma mercadoria e marcado por repetitividade, subordinação e sofrimento. Segundo Antunes (2018), no capitalismo contemporâneo, essas formas se acirram, com a intensificação da precarização e da perda do sentido emancipador do trabalho, que passa a ser regido cada vez mais por lógicas instrumentais e produtivistas.

Assim sendo, nota-se que a relação que o sujeito estabelece com o processo e o produto de seu trabalho repercute de maneira significativa em sua subjetividade. Especialmente na contemporaneidade, a organização e as condições em que o trabalho é realizado têm evidenciado um intenso processo de precarização objetiva e subjetiva em todos os campos, inclusive, no educacional.

Nessa discussão sobre as transformações do mundo do trabalho, é importante destacar a relação entre trabalho precário e precarização. Embora o trabalho precário seja constantemente associado ao surgimento do sistema de produção capitalista, salienta-se que a precariedade do trabalho já era observada desde o início da história humana, haja vista que as pessoas sempre se depararam com atividades difíceis de realizar, com poucos recursos e retornos insuficientes para a satisfação das necessidades (Lima et al., 2012).

A precarização, em sua manifestação objetiva, por seu turno, se refere a um processo progressivo e globalizado que tem como marca a instabilidade, a flexibilização e a perda de direitos sociais (Lima et al., 2012). Assim, observa-se que o trabalho precário assume novas configurações e novos modos de expressão, a depender do período histórico e social. Por outro lado, muito da precariedade de períodos anteriores permanece associada às formas atuais de precarização.

É notório que as contínuas e significativas transformações na organização e nas

condições do trabalho vêm acompanhadas da marca indelével da precarização. Nesse processo, observa-se que foi com a organização da sociedade salarial¹, no século XX, que o trabalho foi mais drasticamente destituído de sua dimensão original para se alienar ao capital. Em outras palavras, o trabalho deixou de satisfazer as necessidades humanas para servir, prioritariamente, aos interesses do capital (Lima et al., 2012).

Nesse cenário, a concepção de trabalho concreto e de trabalho abstrato é essencial para lançar luz sobre as atualizações do contexto trabalhista. Para Antunes (2011), o trabalho abstrato: “faz desaparecer as diferentes formas de trabalho concreto que, segundo Marx, reduzem-se a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato, dispêndio de energias físicas e intelectuais, necessárias para a produção de mercadorias e de valorização do capital” (p. 10).

No modo de produção capitalista, o trabalho adquire um caráter unicamente abstrato a fim de garantir a reprodução do capital. Esse trabalho coisificado e esvaziado de sentido se contrapõe ao trabalho concreto, enquanto modalidade de trabalho que funda a humanidade e estrutura o ser social. Desse modo, o sentido original do trabalho não tem a ver com o atendimento de necessidades extrínsecas, mas com as necessidades internas daquele que trabalha.

O afastamento do sentido original do trabalho, em favor da manutenção e ampliação do capital, tem sido um projeto implementado com notável êxito pelos agentes do capital. Um dos principais pilares desse projeto é a precarização do trabalho, já que esse processo impacta diretamente a subjetividade do trabalhador, ao refletir a condição subjetiva do psiquismo na sociedade capitalista (Hilário, 2022).

Essa lógica de precarização está profundamente articulada ao esforço histórico do capitalismo em controlar a subjetividade do trabalhador. Congruente a isso, é pertinente enfatizar que um dos fundamentos do sistema capitalista é justamente a tentativa de dominar

¹ “Nos países capitalistas centrais, a sociedade salarial permitiu a filiação dos trabalhadores a instituições que garantiam uma existência digna e afastada da realidade de penúria e precariedade características da vivência do proletariado nascido com a industrialização” (Aquino et al., 2014).

não apenas a força física, mas também o modo de pensar e sentir dos trabalhadores. Nesse ínterim, ressalta-se que grande parte do sucesso das fábricas foi graças à capacidade destes locais para controlar e disciplinar o trabalhador, fazendo com que houvesse a introjeção da lógica capitalista (Navarro & Padilha, 2007). Diante disso, verifica-se que não somente o corpo do trabalhador deve ser controlado a partir da gerência do tempo e dos movimentos, mas também sua capacidade criativa e sua autonomia.

Assim, ao introduzir o seu método de gestão do tempo e dos movimentos dos trabalhadores, o taylorismo aprofundou a divisão do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, o que culminou na separação extrema entre concepção e execução do trabalho, bem como na tentativa de eliminar a subjetividade do trabalho (Braverman, 2015; Navarro & Padilha, 2007). O paradoxo deste cenário é que, ao se tentar controlar a subjetividade, termina-se por reafirmá-la ou, em outras palavras, seu valor é reconhecido pelo avesso para evitar a todo custo qualquer possibilidade de os trabalhadores prejudicarem a produção (Lancman & Uchida, 2003).

Intensificando esse processo de controle dos corpos e mentes dos trabalhadores, surgiu o fordismo. O referido modelo de gestão do trabalho, embora conservasse o essencial do taylorismo, aprimorou o antigo método introduzindo a linha de montagem e um novo modo de gerir a força de trabalho, com ênfase nos incentivos dados aos trabalhadores por meio de incremento dos níveis salariais (Navarro & Padilha, 2007).

Observa-se que, na sociedade salarial, a remuneração surgiu como uma importante, senão a principal, forma de barganhar com os trabalhadores. No Norte Global, a promessa de uma vida com pleno acesso aos bens e serviços produzidos pelo capital serviu tanto para desmobilizar a classe trabalhadora de sua luta histórica quanto para escamotear as reais condições em que o trabalho estava sendo gerido e executado.

Elucidando este contexto, Borsoi (2011) assevera que o surgimento do modelo fordista, nas primeiras décadas do século XX, significou, por um lado, vultosos ganhos adquiridos pelos donos do capital, por outro lado, para o trabalhador, isso representou uma dupla mortificação:

(...) o modelo fordista de organização do trabalho conduz o trabalhador à mortificação tanto física — pela obrigatoriedade de conter movimentos rápidos e precisos — como também, psíquica, pela necessidade de atenção concentrada em uma atividade, muitas vezes, monótona e sem sentido. (p. 123)

Sob a égide do modelo taylorista e fordista, os países capitalistas de Primeiro Mundo experienciaram um forte crescimento econômico, inclusive acumulando conquistas sociais e trabalhistas significativas (Antunes, 2001). No chamado Estado de Bem-Estar Social, marcado pelos avanços tecnológicos, altas taxas de emprego, remunerações elevadas e estabilidade econômica, os trabalhadores do Norte Global passaram a ser vistos como sujeitos de direitos sociais (Borsoi, 2011).

Diferentemente do experienciado nos países industrializados, entre os países periféricos e, dentre eles, o Brasil, nunca se chegou a ter, de fato, um Estado de Bem-Estar Social. Isso porque, em solo nacional, as conquistas sociais e trabalhistas, quando presentes, giravam tão somente em torno do contexto laboral, deixando de fora as necessidades externas ao trabalho, como o acesso à saúde, à educação e ao lazer (Aquino et al., 2014; Lima et al., 2012).

Apesar da aparente estabilidade das garantias sociais e trabalhistas proporcionadas pelo Estado de Bem-Estar Social, passadas três décadas, essa configuração social deu sinais de esgarçamento. O pano de fundo que levou à alteração do cenário de estabilidade foi a grande crise do capital na década de 1970, que motivou a uma também intensa reestruturação do mundo da produção (Borsoi, 2011; Navarro & Padilha, 2007).

Nessa conjuntura, surgiu um novo modelo de gestão do trabalho, que ficou conhecido como toyotismo. O principal objetivo desse método era produzir a baixos custos pequenas séries de produtos variados. Uma das descobertas desse sistema foi a chamada “fábrica mínima”, o que materializava a concepção de que atrás do estoque permanente há um “excesso de pessoal” e de equipamento. Portanto, o ponto forte dessa “fábrica mínima” é o *just in time* que organiza a produção de modo a fabricar os produtos apenas na quantidade e no momento de serem escoados, o que pressupõe estoque mínimo e número reduzido de

operários (Navarro & Padilha, 2007).

Assim, a flexibilização despontou como uma alternativa à crise vivenciada pelo capitalismo industrial de modelo taylorista-fordista, pois, neste novo cenário de redução de custos, os processos de produção deveriam ficar mais “enxutos” e os vínculos contratuais deveriam ser mais flexíveis (Antunes, 2001). De maneira geral, a flexibilização laboral está bastante associada à ausência da regulação estatal em prol do estabelecimento de contratos baseados na redução dos direitos dos trabalhadores. Logo, ganham destaque: a contratação em tempo parcial e em horários atípicos e a própria terceirização (Aquino et al., 2014).

O pressuposto por trás da flexibilização é que menos direitos nos contratos de trabalho geram o aumento do emprego formal. Portanto, assumia-se que a desproteção trabalhista era essencial para manter o progresso econômico, mesmo que isso significasse a perda dos direitos sociais conquistados a duras penas pela classe trabalhadora, ao longo do século XX.

Os sindicatos e a legislação trabalhista foram os primeiros alvos dos governos ao adotarem o neoliberalismo como fundamento do modelo de acumulação flexível. Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo “se define melhor como certo tipo de intervencionismo destinado a moldar politicamente relações econômicas e sociais regidas pela **concorrência** [grifo nosso]” (p. 67-68). A ideia do livre mercado apregoada pelos liberais é deixada de lado, pois se exige do Estado a implementação das normas da concorrência, tendo em vista a eficácia tal como se almeja numa empresa privada.

Para tanto, adota-se a chamada estratégia neoliberal que consiste num “conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos” (Dardot & Laval, 2016, p. 191). Cabe salientar que, para a implementação dessa nova racionalidade, o argumento central não era que isso fosse um imperativo do mercado, mas sim uma necessidade de qualificação da gestão, com vistas ao desempenho ótimo.

Diante disso, a perda de proteção por parte dos trabalhadores termina por enfraquecer essa camada da população. Com elevados níveis de desemprego, aumento da automação e

fragilização sindical, a classe trabalhadora se vê obrigada a encarar a nova organização do trabalho, agora, mais flexível e, conseqüentemente, mais precarizada (Borsoi, 2011). Para se adaptar à lógica da flexibilização, exige-se o surgimento de um sujeito também flexível, com múltiplas habilidades e capaz de lidar com os riscos e as incertezas do mercado.

Nesse contexto, constata-se que, ao lado da precariedade objetiva das condições de trabalho, registra-se também a produção da precariedade subjetiva do trabalhador. Por precariedade subjetiva entende-se “uma condição individual típica proveniente das transformações das sociedades capitalistas contemporâneas, que estabeleceram e sacralizaram categorias como incerteza, instabilidade, adaptação, autonomia, autorrealização, provisoriedade, fluidez, mobilidade, velocidade, flexibilidade e risco” (Corbanezi, 2024, p. 1).

Portanto, no modelo de produção flexível, em nome de uma suposta autonomia, delega-se aos indivíduos a responsabilidade de gerenciar suas habilidades, capacidades e desejos. Assim, diferentemente do antigo paradigma fordista, a vigilância se desloca do exterior para o controle interior, pois é o próprio trabalhador que passa a se cobrar pela excelência do desempenho, e num contexto de buscar sempre o crescimento máximo, o sentimento comum passa a ser o de insuficiência (Corbanezi, 2024).

Nesse cenário, estão lançadas as bases para o incremento do sofrimento psíquico experienciado pelos mais diversos trabalhadores. Uma pesquisa realizada por Reis et. al. (2023) que descreveu o perfil epidemiológico das notificações dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAM), entre 2019 e 2022, apontou um total de 8.081 notificações, a maior parte referente a trabalhadoras do sexo feminino (66,50%) e com nível superior (33,32%). Os principais transtornos foram os neuróticos, os relacionados ao estresse e os somatoformes, sendo que pouco mais da metade evoluiu para incapacidade temporária no trabalho (51,82%). Quanto ao manejo clínico, observou-se que esse ocorreu, predominantemente, em contexto ambulatorial (80,08%).

Essa situação se torna ainda mais preocupante, pois é sabido que a subnotificação dos

TMRT permanece uma constante nos sistemas de saúde. Apesar das limitações, constata-se que o adoecimento decorrente do trabalho é uma realidade que tem afetado um número crescente de pessoas. Assim, mais do que medidas meramente remediativas, faz-se necessária uma reflexão profunda acerca das condições e da organização do trabalho na contemporaneidade, tendo em vista a garantia da saúde e do bem-estar dos trabalhadores.

Frente a esse panorama, é importante reconhecer que o trabalho, conforme sua organização, pode tanto contribuir para o adoecimento quanto para a promoção da saúde. Ele é fonte de saúde quando os trabalhadores não apenas se adaptam às suas exigências, mas, sobretudo, quando têm a possibilidade de criá-lo e recriá-lo, individual e coletivamente, encontrando nele um espaço de reconhecimento e identificação (Silva & Ramminger, 2014).

Colocando entre parênteses a possibilidade de realização no trabalho, as transformações no mundo laboral — especialmente com a adoção do modelo de gestão toyotista — não apenas têm reverberado negativamente na saúde dos trabalhadores e em suas condições de trabalho. Elas têm, ainda, reforçado de forma contínua a necessidade de redefinição do papel do trabalhador e das exigências sobre sua atuação.

Para atender às demandas desse novo modelo de gestão, foi essencial a introdução da automação e de seu aparato tecnológico no interior das fábricas, o que ampliou a exigência por trabalhadores polivalentes e com maior qualificação (Antunes, 2001; Borsoi, 2011). Foi justamente por conta do aumento da demanda por pessoal qualificado que o campo educacional passou a ser fortemente incrementado, haja vista que cabia ao ensino superior o papel de adequar e capacitar o trabalhador ao corrente processo de reestruturação produtiva (Ferrer & Rossignoli, 2016).

Desse modo, fica bastante evidente que a educação das massas preconizada pelo contexto neoliberal não tem como objetivo a libertação e a construção do pensamento crítico. Ao contrário, a educação neoliberal deve preparar o sujeito para desenvolver o espírito do capital em seu interior, tendo como fim último a adaptação do trabalhador a um sistema eminentemente mutável e concorrencialista (Dardot & Laval, 2016).

Neste âmbito, a educação se tornou fundamental para garantir a empregabilidade,

conceito cada vez mais presente no discurso proferido pelo capital que, ao ignorar a educação universal de qualidade como direito fundamental do cidadão, cria um consumidor para um produto, na busca por lucratividade (Maués, 2010). Logo, os termos “flexibilidade”, “mobilidade” e “agilidade” passam a ser incorporados ao mercado de trabalho, que tem como pano de fundo uma requisição contínua de novas competências e habilidades aos que nele procuram espaço (Mancebo, 2007). A consequência disso é a busca incessante por qualificação entre os trabalhadores, pois, somente desta forma, garantiriam a empregabilidade.

É sob esse estado de coisas que se engendram consumidores em potencial para a produção em escala de uma “mercadoria”: a educação. Este processo se torna mais eficaz, à medida que as Instituições de Educação Superior (IES) privadas produzem e reforçam a ideologia da busca desenfreada por qualificação como garantia da empregabilidade e como instrumento de validação do desemprego daqueles que não buscam se manter qualificados (Santos, 2009).

Cabe salientar que as IES no Brasil são classificadas como públicas ou privadas. Enquanto as IES públicas são financiadas pelo Estado, as IES privadas são aquelas gerenciadas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem finalidade de lucro (Ministério das Relações Exteriores, s.d.). Ademais, as IES brasileiras são credenciadas, conforme organização e prerrogativas acadêmicas em: faculdades, centros universitários e universidades (Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006).

Sobre a divisão entre IES públicas e privadas, é pertinente destacar a diferenciação entre financiamento e gestão. É fato que as IES públicas são, essencialmente, financiadas pelo Estado, mas isso não anula o fato de que as IES privadas também recebam verba pública, como pode ser averiguado na existência do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Portanto, parece razoável que o tipo de gestão, se pública ou privada, é que, realmente, melhor diferencia a natureza dessas instituições.

A partir de uma perspectiva marxista, essa distinção também impacta na caracterização do trabalho docente (Antunes, 2018). Nas IES privadas, o trabalho docente

tende a ser produtivo no sentido capitalista, pois está inserido numa lógica de geração de lucro. Já nas instituições públicas, o trabalho docente é considerado improdutivo, uma vez que “consome” recursos públicos e não gera lucro direto ao capital, ainda que produza valor social e científico. Essa diferença repercute nas condições de trabalho dos docentes, nas expectativas institucionais e no modo como o ensino é concebido em cada tipo de organização.

Conforme Minto e Muranaka (2001), grande parte da pluralidade de tipos institucionais não se dá de maneira ingênua. Para os autores, essa prática tem como finalidade manter, por um lado, alguns poucos “centros de excelência”, pois comprometidos com a tríade ensino/pesquisa/extensão e, geralmente, de natureza pública. E, por outro lado, propagar os chamados “escolões de 3º grau”, instituições privadas que se destinam, sobretudo, a formar mão de obra para abastecer o mercado de trabalho.

No que concerne a esse processo de privatização do ensino superior, conforme Bosi (2007), até a década de 1980, os setores público e privado respondiam pelo mesmo número de matrículas em cursos presenciais. No entanto, na década de 1990, as IES privadas já concentravam 70% das matrículas; em 2004, esse número chegou a 80% e, em 2013, estabilizou-se em torno de 74% (Ferrer & Rossignoli, 2016). Com relação ao número de docentes, de 1980 a 2004, o quantitativo de professores nas IES públicas cresceu apenas 53%, enquanto na iniciativa privada este número foi superior a 270%.

Vale lembrar que, historicamente, as IES públicas sempre tiveram maior número de professores, cenário que só se modificou em 1998, com a implementação das políticas educacionais de cunho neoliberal (Bosi, 2007). Tais políticas tinham como esteio o fortalecimento da concepção de que a educação não é obrigação exclusiva do Estado:

(...) a política voltada para a mercantilização da educação superior tem sido irradiada para toda a América Latina pela atuação do Banco Mundial ao longo da década de 1990 (...) Desde então, a ideia de que a educação deveria ser encarada como ‘Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado’ passou a orientar a ação do Estado em relação às universidades públicas (nos âmbitos federal, estadual e municipal) (p.

1507).

Acirrando a influência do neoliberalismo no campo educacional, registra-se a proposta apresentada pelos Estados Unidos, no ano de 1999, a fim de que a educação passasse a compor o rol das atividades de serviços subordinada ao mercado, por intermédio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (Gats) (Felix, 2015).

Portanto, o capitalismo financeiro, com sua proposta de reestruturação produtiva e demanda por pessoal qualificado, passou a fomentar o desenvolvimento educacional à custa da precarização do trabalho docente, na medida em que intensifica e flexibiliza as atividades deste profissional. No Brasil, esse processo pode ser verificado pelas isenções fiscais e pelos vultosos investimentos que possibilitaram o incremento das matrículas nas IES privadas, principalmente no início dos anos 2000. Exemplos da desobrigação fiscal e da transferência de verbas do ensino público para a iniciativa privada são o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o FIES, respectivamente (Ferrer & Rossignoli, 2016).

Tais iniciativas repercutiram diretamente no aumento das IES privadas em território nacional. Assim, conforme o mais recente Censo da Educação Superior, referente ao ano de 2023, das 2.580 IES brasileiras, 87,8% eram privadas e cerca de 73,8% do total de alunos da educação superior presencial estavam matriculados nessas instituições (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2024).

Por outro lado, Ferrer e Rossignoli (2016) assinalam que o aumento no número de matrículas nas IES privadas, em correlação com o número de professores, indica que a contratação de docentes não vem ocorrendo de forma proporcional, pois enquanto nas IES públicas existem cerca de 12 alunos por docente, nas IES privadas verifica-se mais que o dobro, 29 alunos por docente (Ferrer & Rossignoli, 2016). Logo, o crescimento do número de alunos por docente resulta na intensificação da jornada de trabalho do professor universitário, principalmente dos docentes horistas - profissionais com vínculo contratual mais fragilizado - , uma vez que sua função não se restringe apenas ao momento em sala de aula.

Com relação ao regime de contratação dos docentes, as universidades e os centros

universitários devem contar com um terço e um quinto do corpo docente em regime integral, respectivamente (Ministério das Relações Exteriores, s.d.). Para as faculdades, não há este tipo de regulamentação, o que torna mais fácil a contratação dos chamados professores horistas, razão pela qual tais instituições se tornaram o *locus* da presente pesquisa.

Vale lembrar que as modalidades de contrato de professores pelas IES privadas são: integral, parcial e horista. Destas três modalidades de contratação, os professores horistas são os únicos que se dedicam exclusivamente ao ensino, pois o regime exclui qualquer menção a um tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes (Ministério das Relações Exteriores, s.d.).

Por conta das particularidades do vínculo contratual experienciado pelos professores horistas e das implicações que isso engendra, esse grupo sócio-ocupacional constitui o objeto privilegiado desta tese de doutoramento. Face a isso, empreender-se-á uma breve caracterização da realidade dos docentes horistas a fim de melhor situar o leitor quanto aos desafios enfrentados por esse contingente de trabalhadores.

Nesse sentido, salienta-se que o acirramento da exploração do professor horista tem sido verificado à medida que esse profissional precisa acumular um número elevado de horas em sala de aula para compor seu salário, de acordo com a quantidade de aulas que consiga lecionar. Isso ocorre sem levar em consideração a carga de trabalho extraclasse, como o tempo dedicado à preparação das aulas, correções de atividades e as longas horas gastas no deslocamento entre instituições (Santos, 2009). Tal realidade se deve ao fato de que a maioria desses professores precisa atuar em mais de uma instituição de ensino para compor sua renda mensal e, também, para aumentar suas garantias de emprego, já que estão constantemente submetidos à ameaça de demissão nas IES privadas (Siqueira, 2009).

Corroborando essa discussão, a pesquisa de Gerez e Bracht (2019) evidenciou que, a partir da rotina de trabalho dos professores do ensino superior privado mercantil, é possível identificar diversos elementos da precariedade do trabalho. Assim, constata-se como manifestações dessa precariedade: ser horista, possuir múltiplos vínculos empregatícios, lecionar muitas disciplinas (muitas vezes, sem relação com a área de especialização), orientar

Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) não remunerada, ter baixa autonomia pedagógica e sofrer perda de *status* profissional.

Enquanto professores contratados exclusivamente para ministrar aulas, observa-se que a organização deste trabalho não propicia o envolvimento do professor com as atividades inerentes à profissão, como preparação de aulas e pesquisas, o que configura a realização de trabalho precário, destituído de significado, reduzido somente à esfera econômica (Siqueira, 2009). Ao assumir tais características, o trabalho do professor horista em IES privadas tem se tornado cada vez mais fragmentado, de modo que este profissional vem perdendo a noção de totalidade do seu trabalho (Santos, 2009).

Além da difícil percepção da totalidade do trabalho, a própria noção de categoria fica comprometida com o incessante estímulo ao individualismo. Desse modo, o gerencialismo, à semelhança do setor industrial, implementa diferentes modalidades de contratação, cada vez mais precarizadas, e fomenta a concorrência entre os professores, tendo como resultado o distanciamento desses profissionais das pautas coletivas e das entidades de classe (Sousa & Piolli, 2017).

Portanto, é inevitável não considerar o trabalho do professor horista como imerso num intenso processo de alienação. Típico da sociedade metabolizada pelo sistema capitalista, o trabalho alienado se configura como aquele que objetiva, em primeira instância, a produção e reprodução do capital, o que deixa em segundo plano a satisfação das necessidades humanas e evidencia que o cerne da alienação é a conversão do humano em mercadoria (Sabino, 2014).

A partir desse pano de fundo, observa-se que a atuação do docente horista em IES privadas está marcada, sobretudo, pela flexibilização dos contratos trabalhistas, o que, no ponto de vista do capital, significa conferir ao trabalho docente instabilidade, intensidade e perdas de direito. Assim, esses docentes, considerados trabalhadores “formais”, começam a se ver impactados por esse sistema, sem necessariamente conseguirem entender as formas atuais do seu próprio trabalho como expressão da dominação capitalista (Bosi, 2007).

O discurso gerencial tem utilizado artimanhas tão eficazes que os professores horistas são levados a concorrerem entre si e, dificilmente percebem que o prêmio é mais trabalho

precário. Assim, o estímulo à maior produtividade faz com que os professores se lancem ao desafio de aumentar as publicações, orientar mais alunos, corrigir provas e trabalhos em menos tempo, alimentar o mais breve possível o sistema eletrônico da faculdade; e, em contrapartida, tem-se baixa remuneração, perda da autonomia e pouco reconhecimento profissional (Sousa & Piolli, 2017).

Conforme essa discussão, verifica-se que os professores horistas realizam um trabalho precário, pois estão submetidos à flexibilização contratual e do regime de trabalho (Bosi, 2007). Assim, em decorrência da natureza do contrato e da depreciação salarial, o docente horista normalmente ministra aulas em duas ou três instituições e acaba trabalhando nos três períodos, o que gera impactos em sua saúde física e emocional (Ferrer & Rossignoli, 2016).

Ampliando esta discussão, Ferrer e Rossignoli (2016) defendem que as pesquisas sobre a precarização do trabalho docente devem avançar de um enfoque estrito nas relações contratuais para evidenciar outros aspectos da vivência destes profissionais, tais quais, o aumento, a intensificação e a desvalorização do trabalho. Nesta perspectiva, Bosi (2007) reitera que o vínculo contratual com poucas garantias trabalhistas, como no caso dos professores horistas, certamente é uma prova objetiva da existência da precariedade do trabalho, porém, há que se destacar também os impactos desta relação na subjetividade do professor.

Nesse intuito, a presente investigação possui como filiação teórica a Psicologia Social do Trabalho (PST). A adoção dessa campo se deu porque, diferentemente de outras abordagens da Psicologia que também se debruçam sobre o mundo do trabalho, a PST apresenta maior proximidade com as necessidades da força de trabalho, pois enfatiza a perspectiva do trabalhador e busca, em última instância, a mudança do ambiente material e dos processos de organização do trabalho (Bernardo et al., 2017).

A partir desta perspectiva, defende-se como tese desta pesquisa de doutoramento que a precarização do trabalho docente encontra, no caso dos docentes horistas, sua expressão máxima. Isso é verdade porque o docente horista, embora remunerado apenas pela hora-aula, está submetido a grande parte das cobranças que os demais professores no que se refere ao

contínuo acompanhamento do saber e, por isso, realiza trabalho excedente e não remunerado. Além disso, ainda que a precariedade do trabalho apresente elementos comuns nos diversos contextos laborais, certamente, assume configurações e modos de expressão distintos, conforme o período histórico e a realidade social.

A fragmentação do trabalho docente, especialmente observada no ensino superior privado mercantil, com suas divisões entre os regimes integral, parcial e horista, cumpre, na verdade, a função de escamotear a exploração a que os professores estão submetidos, além de desmobilizar a categoria em torno de pautas coletivas. Especificamente, o professor horista, embora formalmente remunerado apenas pelo tempo em sala de aula, não deixa de assumir toda a gama de atribuições inerentes ao magistério superior. Isso ocorre tanto porque a instabilidade do vínculo o torna vulnerável aos ditames institucionais, quanto porque ele atua conforme a representação hegemônica do professor como aquele que acompanha integralmente o processo do saber. Inserido em um contexto neoliberal, no qual os indivíduos são levados à autocobrança e responsabilização por seu desempenho, o professor horista também se cobra para corresponder a esse ideal, mesmo sem o devido reconhecimento ou respaldo contratual.

Considerando a discussão apresentada e o fato de que a maioria dos estudos sobre o tema “trabalho docente no ensino superior” se concentra em professores de instituições públicas, sendo raros aqueles que colocam como perspectiva central o trabalho do professor horista em IES privadas (Felix, 2015), constata-se a necessidade de realização de pesquisas que enfatizem a precariedade do trabalho do professor horista e sua repercussão nos processos organizativos do trabalho desse profissional.

Desse modo, propõe-se a presente pesquisa com o seguinte objetivo geral: analisar o processo de precarização do trabalho entre os professores horistas nas faculdades privadas. Como objetivos específicos, destacam-se: caracterizar a precarização do trabalho do professor universitário a partir de uma revisão sistemática da literatura; elencar as evidências de flexibilidade e precariedade identificadas na condição de surgimento do professor horista; e, por último, investigar as reverberações da precarização nos processos organizativos do

trabalho do docente horista.

Além disso, espera-se que os resultados desta investigação possibilitem reflexões, por parte dos professores horistas, sobre a precariedade de seu trabalho e as repercussões deste processo no poder de agir individual e coletivo. Tudo isso com o intuito de contribuir para um movimento de mudança em seu trabalho, por meio da elaboração de estratégias de enfrentamento das forças neoliberais da educação na contemporaneidade.

Para melhor situar o leitor, destaca-se que esta tese apresenta uma estrutura não convencional, de modo que está organizada em: introdução; pergunta de partida e objetivos; método (todos de caráter geral); três estudos; e, por fim, uma conclusão (que sintetiza os achados dos estudos). Destaca-se, ainda, que o método geral da tese, apresentado logo após a explicitação da pergunta de partida e dos objetivos, tem a função de orientar e fundamentar metodologicamente os estudos que a compõem. Considerando que a presente tese adota um formato estruturado por estudos, cada um deles requer a apresentação de um delineamento metodológico próprio, conforme as exigências do gênero artigo científico. Desse modo, alguns elementos metodológicos podem reaparecer ao longo dos estudos, o que pode gerar, ao leitor, a impressão de repetição. Contudo, tal recorrência não constitui redundância, mas sim uma necessidade inerente ao formato não tradicional adotado, assegurando a coerência, a transparência metodológica e a autonomia analítica de cada estudo.

Com relação aos estudos empreendidos nesta tese, o Estudo 1 teve como objetivo caracterizar a precarização do trabalho do professor universitário a partir de uma revisão sistemática da literatura. Assim, foi um estudo teórico realizado a partir da busca de artigos nas bases de dados: Scielo, BVS-Psi, Pepsic, Lilacs, BVS-Brasil e Periódicos CAPES (via Portal da CAPES). Do total de estudos recuperados, 6 publicações cumpriram os critérios de inclusão e seguiram para análise. Constatou-se que, de modo geral, os artigos são unânimes em apontar que a precarização do trabalho docente é uma realidade vivenciada pelos professores das IES privadas e que esse cenário tem impactado significativamente a saúde desses profissionais.

No Estudo 2, buscou-se elencar as evidências de flexibilidade e precariedade

identificadas na condição de surgimento do professor horista, tendo como ênfase os professores horistas da cidade de São Luís – MA. Foi um estudo empírico, exploratório e descritivo que contou com a participação de 8 (oito) professores horistas, com idades variando de 30 a 39 anos ($M = 33,75$; $DP = 2,76$). Para a construção dos dados, utilizou-se um questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas, contendo duas perguntas que funcionaram como disparadoras da fala dos participantes. Os dados das entrevistas foram analisados pelo software qualitativo Iramuteq, tendo em vista gerar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados indicaram que, para os respondentes desta pesquisa, ser professor horista implica estar submetido a um contrato de trabalho marcado, sobretudo, pela transitoriedade, pelas baixas remunerações e pela flutuação dos rendimentos.

Por fim, o Estudo 3 teve como objetivo geral investigar as reverberações da precarização nos processos organizativos do trabalho do docente horista. Tratou-se também de um estudo empírico, exploratório e descritivo, que contou com os mesmos participantes do Estudo 2, bem como com os mesmos instrumentos, procedimentos e técnicas de análise de dados. A partir das classes de palavras presentes na CHD, constatou-se que os processos de trabalho do professor horista se desenvolvem em um contexto de instabilidade, cobrança, intensificação, tensão nas relações com os alunos e desafios relacionados à saúde mental.

Pergunta de partida e objetivos

Pergunta de partida

Como o caso dos professores horistas nas faculdades privadas manifesta o processo de precarização do trabalho docente?

Objetivo geral

Analisar o processo de precarização do trabalho entre os professores horistas nas faculdades privadas.

Objetivos específicos

Caracterizar a precarização do trabalho do professor universitário a partir de uma revisão sistemática da literatura; elencar as evidências de flexibilidade e precariedade identificadas na condição de surgimento do professor horista; investigar as reverberações da precarização nos processos organizativos do trabalho do docente horista.

Método

Tipo de pesquisa

Tratou-se de uma pesquisa de campo, do tipo exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa. Segundo Flick (2013), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados atribuídos pelos indivíduos às suas ações e interações no contexto social em que estão inseridos. Essa abordagem permite acessar aspectos subjetivos como crenças, valores, experiências e relações humanas que não são mensuráveis por meio de dados estatísticos ou instrumentos quantitativos. Portanto, a referida escolha metodológica teve como objetivo enfatizar a experiência subjetiva dos professores horistas de IES privadas, considerando suas características e as relações que estabelecem com o trabalho.

Esta tese contemplou duas etapas de pesquisa que se materializaram em três estudos. A primeira etapa apresentou delineamento teórico (Estudo 1) a fim de caracterizar o fenômeno e estabelecer limites que permitiram direcionar as etapas seguintes. A segunda, foi composta por um estudo de campo (Estudos 2 e 3) realizado com professores horistas do município de São Luís - MA. Para melhor compreensão de como a tese está configurada metodologicamente, ver Figura 1.

Figura 1*Quadro Metodológico*

Objetivo Específico	Instrumento/Técnica	Análise
Caracterizar a precarização do trabalho do professor universitário a partir de uma revisão sistemática da literatura.	Revisão sistemática da literatura	À luz do referencial teórico da área
Elencar as evidências de flexibilidade e precariedade identificadas na condição de surgimento do professor horista.	Entrevista semiestruturada	Iramuteq
Investigar as reverberações da precarização nos processos organizativos do docente horista.	Entrevista semiestruturada	Iramuteq

A partir da Figura 1, observa-se que cada objetivo específico resultou em um estudo distinto. Ainda assim, vale destacar que todos os estudos integram um esforço conjunto para responder ao objetivo geral e, por isso, revelam mais aproximações do que distanciamentos, algo que se tornará ainda mais evidente nas discussões entre os estudos e, especialmente, na síntese dos resultados, apresentada ao final de todos os empreendimentos, na seção Considerações finais.

Para além do esforço de responder ao objetivo geral, buscou-se corroborar a tese aqui defendida. Reconhecendo o avanço de um modelo que vulnerabiliza progressivamente a atividade dos docentes horistas, que se destacam como os mais próximos do extremo da precarização no ensino superior, este estudo voltou-se a investigar, a partir da referência dos

próprios trabalhadores, como essa precariedade se manifesta no cenário de fragilização da condição laboral docente. Isso porque, embora possuam vínculos instáveis, esses profissionais são cobrados por grande parte das atribuições exigidas de docentes com vínculos mais estáveis, além de realizarem trabalho excedente e não remunerado. Ademais, conjecturou-se que seriam constatadas especificidades no trabalho precário desenvolvido pelo grupo investigado.

Local de estudo

A pesquisa de campo foi realizada na cidade de São Luís - MA. O pesquisador, a partir de seu próprio círculo de relações profissionais, contactou professores horistas vinculados a IES privadas.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), a população estimada da cidade de São Luís é de aproximadamente 1.037.775 pessoas. Em relação a trabalho e rendimento, em 2021, o salário médio mensal era de 3,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 34,91%.

Conforme o mais recente Censo da Educação Superior, referente ao ano de 2023, no Brasil havia 2.580 IES, das quais 2.264 eram de natureza privada. No Nordeste, encontrava-se um total de 604 IES, sendo 538 privadas. No Maranhão, especificamente, o total era de 65 IES, das quais 61 pertenciam ao setor privado (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024). Segundo dados do site do e-MEC, na modalidade presencial de ensino, o Maranhão possui 56 faculdades privadas e, dessas, 21 estão situadas na capital, São Luís (Ministério da Educação, 2025).

Ainda de acordo com os dados do Censo da Educação (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024), evidencia-se que, em 2023, no Brasil havia 5,06 milhões de matrículas presenciais, das quais 73,8% estavam no setor privado. No Nordeste, do total de 1,21 milhão de matrículas presenciais, 70,7% estavam em instituições privadas. No Maranhão, especificamente, registraram-se 198,1 mil matrículas presenciais,

sendo 68,3% em IES privadas. Além disso, o estado contava com cerca de 10,3 mil funções docentes, 60% delas no setor privado (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024).

Participantes

Por sua natureza teórica, o primeiro estudo desta tese não contou com participantes, mas com a revisão de artigos disponibilizados em bases de dados eletrônicas.

A pesquisa de campo (Estudos 2 e 3) contou com a participação de 8 professores horistas, com idades variando de 30 a 39 anos ($M = 33,75$; $DP = 2,76$). Os participantes eram, majoritariamente, mulheres (5), de cor/etnia parda (5), com bacharelado em Serviço Social (3), mestrado, renda entre 3 ou mais salários mínimos (4), com mais de cinco anos de atuação na docência (5) e que tinham na docência horista a principal ocupação (7). Maior detalhamento dos dados sociodemográficos pode ser verificado na Figura 2.

Figura 2

Quadro com as características sociodemográficas dos participantes da pesquisa

Gênero	(f)	Cor/etnia	(f)
Masculino	3	Branca	3
Feminino	5	Parda	5
Estado civil		Escolaridade	
Solteiro/a	6	Mestre(a)	6
Casado/a	2	Doutor(a)	2
Curso de graduação		Renda	
Serviço Social	3	Entre 1 e 2 salários mínimos	1
Ciências Contábeis	2	Entre 2 e 3 salários mínimos	3
Design	1	3 ou mais salários mínimos	4
Filosofia	1		
Pedagogia	1		

Tempo de atuação		Principal ocupação	
De 3 a 4 anos	3	Professor(a) horista	7
Acima de 5 anos	5	Contador(a)	1

A respeito dos critérios de inclusão na pesquisa de campo, destacam-se: professores, independente de gênero, que tinham vínculo empregatício com uma IES privada, preferencialmente faculdades, e cujo regime de trabalho fosse como professor horista há, pelo menos, um ano. Portanto, professores com contrato parcial ou integral e de instituições públicas não participaram deste estudo. Ademais, ressalta-se que os referidos critérios de inclusão guardam alguma semelhança com os critérios adotados por Felix (2015) em sua pesquisa de mestrado, que também teve como foco professores horistas.

Para a seleção dos participantes, utilizou-se a técnica metodológica “bola de neve”, que consiste na seleção de uma amostra não probabilística, na qual os primeiros participantes da pesquisa sinalizam os demais participantes que, por sua vez, indicam outros, e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto da pesquisa, atingindo um ponto de saturação quando os novos participantes passam a sinalizar elementos já obtidos em momentos anteriores (Vinuto, 2014). A partir do critério de saturação e do alcance dos objetivos inicialmente propostos, esta pesquisa contou, ao final, com a participação de oito professores horistas.

Instrumentos e procedimentos

Para operacionalização da pesquisa de campo, utilizaram-se os seguintes recursos metodológicos: questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada.

Segundo Bauer e Gaskell (2002), o questionário é uma ferramenta estruturada de investigação que permite coletar informações padronizadas sobre percepções, atitudes e características dos participantes, podendo ser administrado sem a presença do pesquisador. No presente estudo, sua aplicação teve como finalidade levantar dados sobre o perfil sociodemográfico dos participantes: gênero, idade, cor/etnia, estado civil, escolaridade, renda, tempo de atuação como professor horista e principal ocupação profissional.

A entrevista semiestruturada, por sua vez, pode ser compreendida como uma articulação entre as modalidades de entrevista não-estruturada e estruturada, pois embora possua um roteiro previamente elaborado, é flexível o suficiente para permitir que o informante se expresse livremente acerca do tema em questão (Minayo, 2003). Portanto, configura-se como um diálogo com propósitos definidos para assegurar que os objetivos sejam adequadamente respondidos.

Antes da realização das entrevistas principais, o roteiro foi submetido a um processo de calibração, por meio da aplicação de duas entrevistas preliminares com professores que possuíam perfil semelhante ao do público-alvo da pesquisa. Essa etapa teve o objetivo de avaliar a clareza, a pertinência e a sequência das perguntas, bem como ajustar eventuais inadequações no instrumento. Entretanto, não foram sinalizadas necessidades de alteração no roteiro, o que confirmou sua adequação aos objetivos propostos. As entrevistas preliminares não foram incluídas na análise final dos dados.

Assim, para elencar as evidências de flexibilidade e, conseqüentemente, da precariedade na condição de surgimento do professor horista, bem como para investigar as reverberações da precarização nos processos organizativos desses profissionais, os pontos principais abordados na entrevista foram: interesse pela docência, concepções sobre o regime de trabalho horista, o cotidiano e o processo de trabalho do professor horista, as relações no trabalho (alunos, pares e chefia), satisfação com o exercício da profissão.

As entrevistas foram individuais e realizadas por chamada de vídeo. Com autorização expressa dos participantes, gravou-se o áudio da chamada de vídeo para posterior transcrição e, após transcritos na íntegra, os áudios foram descartados. Os participantes foram orientados a buscarem um local silencioso e sem interrupções, a fim de que pudessem se sentir mais confortáveis para revelarem suas experiências subjetivas com o trabalho precário. Em média as entrevistas tiveram duração de 30 min.

Análise

Os artigos selecionados para o estudo teórico foram caracterizados e analisados

conforme a autoria e o ano de publicação, o objetivo da pesquisa, o método e, por último, o aporte teórico utilizado. A interpretação dos dados se deu a partir do campo da PST, privilegiando a percepção dos próprios docentes.

Os dados sociodemográficos, por sua vez, foram apresentados de forma descritiva, conforme pode ser observado na Figura 2.

As respostas das entrevistas semiestruturadas foram analisadas com o auxílio do *software* Iramuteq, a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), análise que permite a obtenção de classes lexicais, caracterizadas por vocábulos específicos e pelos Segmentos de Texto que possuem esses vocábulos em comum (Camargo & Justo, 2013). Contudo, mais uma vez, foi o campo da PST que serviu como base para a interpretação dos dados.

Aspectos éticos

Para a realização da pesquisa, foram considerados os aspectos éticos que envolvem as pesquisas com seres humanos, conforme o que dispõem as Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Desse modo, salienta-se que a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, apresentando CAEE: 59975622.2.0000.5054 e número do parecer de aprovação: 5.557.175. Mediante a aprovação pelo comitê, o pesquisador, a partir de seu próprio círculo de relações profissionais, iniciou os contatos com os possíveis participantes da pesquisa. Uma vez que o contato foi feito diretamente com os professores horistas e, a participação se deu fora do ambiente de trabalho, não se buscou autorização institucional. Ressalta-se, ainda, que a participação na pesquisa foi voluntária e anônima, sendo consentida mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), instrumento no qual constam todas as informações sobre a pesquisa, como: os objetivos, os riscos e os benefícios.

Estudo 1. Revisão sistemática da literatura acerca da precarização do trabalho do professor universitário

Introdução

A globalização, no contexto neoliberal e de acumulação flexível, provocou inúmeras modificações no mundo do trabalho, sobretudo em decorrência da flexibilização, desregulamentação e precarização (Druck & Franco, 2011). A precarização pode ser entendida como um fenômeno dinâmico que implica contínua degradação das condições de trabalho, por meio da intensificação e ampliação da exploração dos trabalhadores, do esfacelamento dos coletivos de trabalho e da fratura social, como consequência das altas taxas de desemprego (Alves, 2009; Aquino, 2020).

Nesse cenário, marcado pelo paradigma da competitividade do livre mercado global, no qual os funcionários, em constante risco de perderem seus empregos e imersos em coletivos com pouca articulação, acabam vulneráveis ao intenso processo de flexibilização do trabalho (Santos, 2009). Essa nova estratégia do capitalismo compreende a alteração nas legislações trabalhistas, de modo a implementar variados tipos de contrato de trabalho, priorizando-se a realização de mais tarefas por menos pessoas e em tempo menor (Gerheim, 2022).

Ponto nodal do processo de precarização no contexto neoliberal, a flexibilidade do trabalho envolve uma dimensão temporal, com a extensão ou parcialização das jornadas de trabalho e vínculos por tempo determinado. Além disso, também envolve uma dimensão espacial, pois o trabalho pode ser realizado em quase todos os lugares, principalmente por meio dos recursos tecnológicos (Aquino, 2020).

Desse modo, a precarização e a flexibilização do trabalho ocasionaram consequências na esfera macrossocial, organizacional e psicossocial. No aspecto macrossocial, se observou a debilidade do coletivo de trabalho e do aparato estatal; no quesito organizacional, se intensificou o gerencialismo com a individualização da gestão de pessoas; e, por fim, na dimensão psicossocial, verificou-se problemas relacionados à identidade e a intensificação da

solidão entre os trabalhadores (Ribeiro, 2009).

Tendo em vista que a ideologia, no atual modelo capitalista, faz a associação da identidade ao desempenho produtivo, e que as condições nas quais o trabalho é realizado são precárias, observa-se cada vez mais trabalhadores com os sentimentos de culpa, frustração e desânimo (Elias & Navarro, 2019). Assim, essa realidade tem configurado “um fenômeno de precarização subjetiva constituído pela proliferação de situações cada vez mais irrealizáveis de um sentido humanamente desejável e viável, com um campo de experiência empobrecido, restrito a sentidos maquinais, urgentes, insignificantes e adoecidos” (Castro, 2022, p. 24).

Esse fenômeno tem afetado todas as configurações de trabalho contemporâneas e, embora de caráter mundial, apresenta singularidades de cunho nacional, regional, bem como setorial (Druck & Franco, 2011). Nesse sentido, no que se refere ao setor educacional brasileiro, assevera-se que o entendimento da educação como mercadoria que deve ser vendida passou a se generalizar a partir da década de 1990, graças à necessidade do mercado em receber um novo perfil de trabalhador, agora com maior nível de escolaridade, dinâmico e flexível (Gerheim, 2022).

O processo de mercantilização da educação foi bastante impulsionado pelo vertiginoso incremento das IES privadas. Desse modo, o Censo da Educação Superior, tendo por base o ano de 2021, indicou que, das 2.574 IES brasileiras, 87,6% eram privadas e que cerca de 73,8% do total de alunos do ensino superior estava matriculado nessas instituições (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024).

Ao lado do aumento das IES privadas também se registrou o elevado crescimento na contratação de professores. Contudo, há que se destacar que a contratação desses profissionais não ocorreu de modo proporcional à quantidade de estudantes com os quais precisam lidar, uma vez que se observa a predominância da lógica que prega a necessidade de mais alunos e menos professores, ocasionando superlotação das turmas, ampliação do trabalho extraclasse não remunerado, rotatividade dos docentes e, conseqüentemente, precarização, intensificação e flexibilização do trabalho do professor (Santos, 2012).

Tendo em vista que diversos autores (Bosi, 2007; Ferrer & Rossignoli, 2016; Siqueira 2009) têm indicado e, até mesmo, denunciado o contínuo processo de precarização do trabalho do professor universitário na iniciativa privada, questiona-se: quais as evidências científicas acerca da precarização do trabalho do professor universitário no Brasil? Para responder a esse questionamento, bem como para precisar o fenômeno de forma a embasar as outras etapas da presente tese, estabeleceu-se como objetivo geral desta pesquisa: caracterizar a precarização do trabalho do professor universitário a partir de uma revisão sistemática da literatura.

Método

Materiais

Empregaram-se as diretrizes norteadoras recomendadas por Costa e Zoltowski (2014). Desse modo, elaborou-se o seguinte plano de análise: delimitação do objeto a ser pesquisado; escolha das bases de dados; eleição dos descritores; definição dos critérios de inclusão e exclusão; busca e armazenamento dos artigos; seleção dos artigos pelo título e resumo; extração dos dados dos artigos selecionados; avaliação dos artigos selecionados; e síntese e interpretação dos dados.

Desenho

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura.

Procedimento

Esta análise seguiu as orientações de Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-Análises (PRISMA) com algumas adaptações, tendo em vista que essas diretrizes foram delineadas para revisões sistemáticas e meta-análises que avaliam estudos randomizados na assistência à saúde. Assim, quando a revisão se enquadra em outro escopo, caso da presente pesquisa, recomenda-se que sejam realizadas adaptações das diretrizes PRISMA (Galvão et al., 2015).

A busca de artigos foi realizada em setembro de 2022 nas bases de dados: Scielo,

BVS-Psi, Pepsic, Lilacs, BVS-Brasil e Periódicos CAPES. Nesse sentido, vale mencionar que o acesso às bases se deu de forma remota via portal da CAPES, por meio do Acesso CAFe, a fim de ter acesso ao conteúdo assinado pelo portal, o que possibilitou a extração de uma maior amplitude de artigos para esta revisão.

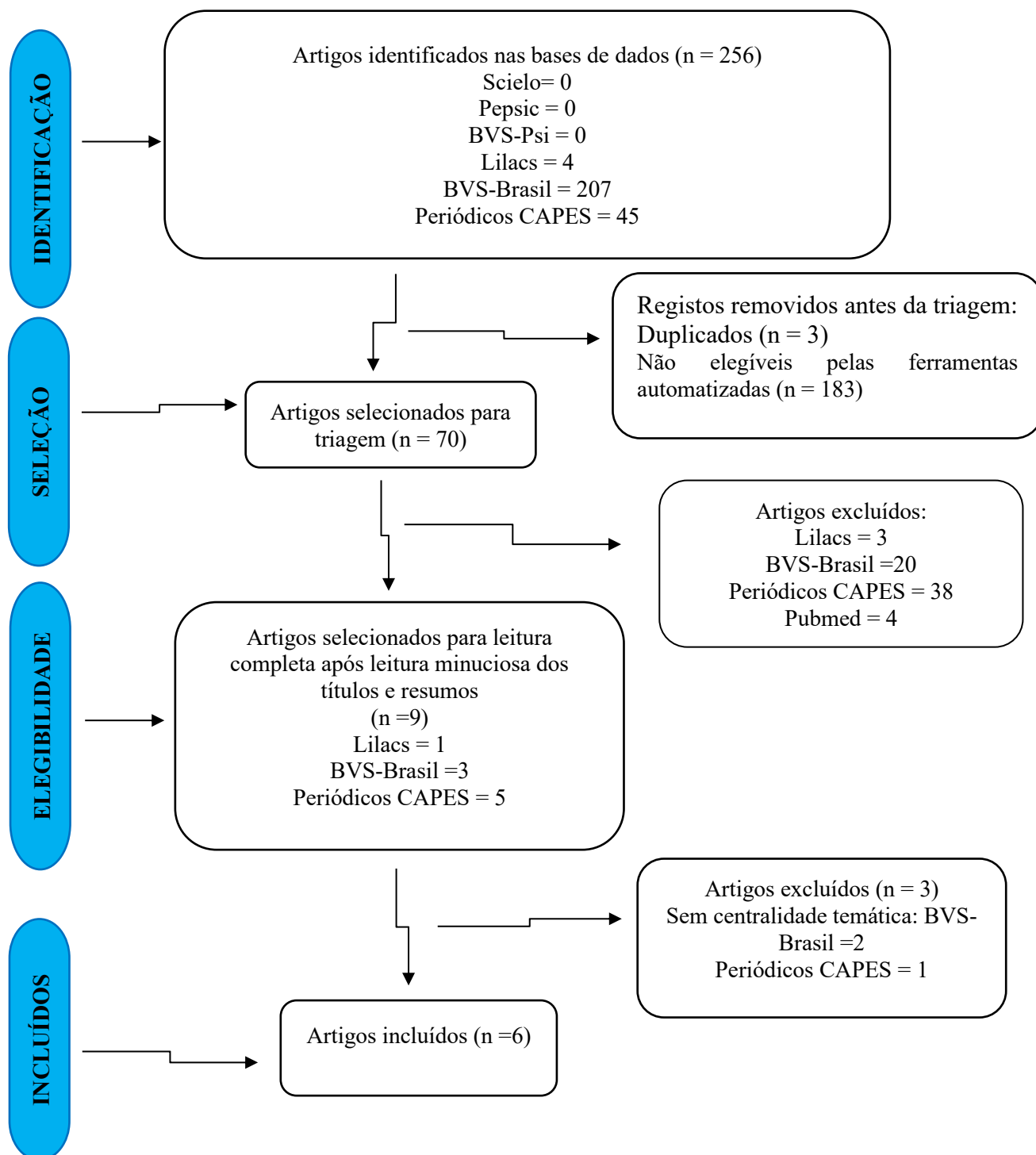
Por meio de consultas aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e ao Medical Subject Headings (MeSH's), estabeleceu-se como descritores desta pesquisa: precarização do trabalho AND professor universitário, associados a partir do operador booleano "AND". Os filtros utilizados foram: artigos na íntegra disponíveis on-line, publicados em português, oriundos de pesquisas de campo com professores de IES privadas no contexto brasileiro e sem restrição de ano.

Assim sendo, os critérios de exclusão definidos foram: artigos incompletos ou não disponíveis na íntegra on-line, artigos em língua estrangeira, estudos realizados fora do Brasil, estudos teóricos e, ainda, artigos que não abordassem a precarização do trabalho do professor universitário como tema principal do estudo.

Os procedimentos de busca, seleção e análise dos artigos foram realizados em quatro etapas, observando os critérios de inclusão e exclusão definidos para esta revisão (Figura 3). Na etapa de identificação dos artigos, realizou-se uma busca geral nas bases de dados, posteriormente refinada com aplicação dos filtros das próprias bases, a saber, texto completo disponível on-line, artigo e língua portuguesa, sendo, por fim, excluídas as publicações duplicadas. Na etapa de seleção, por meio da leitura dos títulos e resumos, houve a exclusão dos artigos de acordo com os critérios de inclusão. Na etapa de elegibilidade, realizou-se a leitura completa dos artigos a fim de identificar os estudos que estavam de acordo com os objetivos desta revisão. Na última etapa, os artigos incluídos foram categorizados e analisados à luz da literatura específica da área.

Figura 3

Processo de seleção dos artigos



Resultados

No geral, foram recuperadas 256 produções a partir da busca empreendida nas bases de dados eletrônicas, mas com a aplicação dos filtros, somente 06 artigos foram selecionados para compor a amostra final. As principais causas de exclusão foram, nesta ordem:

indisponibilidade do texto completo on-line, documentos que não eram artigos, que não estavam em português, estudos que abordavam somente professores de IES públicas, pesquisas com delineamento teórico e investigações com foco em professores da Educação Básica.

Com relação à quantidade de artigos selecionados nesta revisão, assevera-se que autores (Jones, 2022; Yaffe et al., 2012) parceiros da Cochrane, maior biblioteca de revisões sistemáticas do mundo, atestam que revisões sistemáticas com poucos estudos ou mesmo sem estudos (estudos vazios) também são relevantes. Isso porque possibilitam a reflexão sobre um tema ainda pouco explorado e, desse modo, chamam a atenção da comunidade acadêmica para a lacuna existente numa determinada área do conhecimento.

Todos os 06 artigos selecionados para a análise foram caracterizados conforme: a autoria e o ano de publicação, o objetivo da pesquisa, o método e, por último, o aporte teórico utilizado (Figura 4). No que concerne à participação de cada base, salienta-se que Lilacs e BVS-Brasil contribuíram com 01 produção cada, Periódicos da CAPES forneceu 04 artigos e Scielo, Pepsic e BVS-Psi não apresentaram nenhuma produção para esta revisão.

A ausência de materiais nas três bases supracitadas merece destaque, uma vez que a Scielo é a principal biblioteca digital da América Latina e, geralmente, apresenta grande variedade de estudos. Por sua vez, a escassez de materiais na Pepsic e na BVS-Psi pode indicar que a Psicologia esteja dando pouca ênfase a temas relacionados à precarização do trabalho, especialmente, o trabalho realizado por professores.

No que concerne à autoria, praticamente não houve repetição de autores, havendo somente um caso de autor que figurou em duas produções. Sobre o ano das publicações, destaca-se que, embora não houvesse qualquer restrição temporal, os estudos só começam a surgir no ano de 2010 e sem regularidade no fluxo de publicações, apresentando uma leve concentração no ano de 2014. Sobre os objetivos dos estudos, dois deles (Carvalho, 2010; Ferreira et al., 2014) estavam mais focados em analisar as condições de trabalho dos professores. Os outros quatro, por seu turno, empenharam-se em discutir sobre as implicações das condições de trabalho na saúde dos professores (Elias & Navarro, 2019; Frizzo & Bopsin,

2017; Jilou & Cecílio, 2015; Reis & Cecílio, 2014).

No método dos estudos, ressalta-se que todos utilizaram a abordagem qualitativa e, à exceção de um que utilizou a entrevista episódica, todo o restante empregou a entrevista semiestruturada. A quantidade de participantes variou de 5 a 30 professores. Já com relação ao aporte teórico, observou-se que, entre os artigos que mencionaram sua filiação teórica, prevaleceu aqueles com abordagem marxista, a partir do método materialista histórico e dialético.

De forma geral, os resultados foram unânimes em apontar que a precarização do trabalho docente é uma realidade vivenciada pelos professores das IES privadas e que esse cenário tem impactado a saúde desses profissionais. Isso muito se deve à crescente mercantilização da educação superior privada, na medida em que a otimização dos lucros se dá tanto à custa da deterioração das condições de trabalho quanto da própria saúde dos professores (Esper et al., 2020).

Apesar de a maior parte dos estudos ter se preocupado diretamente com a saúde docente em meio à precarização do trabalho, apenas Frizzo e Bopsin, (2017) fizeram uma pequena listagem de doenças que afetam os professores. Entre os males que afligem o corpo, foi possível destacar: disfunções osteomusculares, problemas vocais e laberintite. Na dimensão psíquica, ganharam ênfase: o estresse, a ansiedade e o desânimo.

Importante reflexo desse contexto precarizado e adoecedor pode ser observado na intensificação e ampliação do trabalho docente para fora do espaço da sala de aula, o que aponta para uma carga horária excessiva que invade a vida privada, sem qualquer acréscimo na remuneração. Certamente, esse processo de precarização tem se consolidado graças às reformas educacionais de cunho neoliberal que implementaram a flexibilidade contratual, principalmente por meio da contratação de professores horistas.

Figura 4*Quadro com a descrição das produções científicas*

Id	Autor/Ano	Objetivo	Método	Aporte Teórico
1	Carvalho (2010)	Analisar as condições do trabalho dos assistentes sociais, docentes nas Instituições Privadas de Ensino Superior da Zona da Mata de Minas Gerais	Qualitativo, com entrevista semiestruturada respondida por sete docentes	Análise marxista
2	Ferreira, Nascimento & Salvá (2014)	Analisar o impacto da gestão das Instituições de Ensino Superior Privadas (IES) sobre as condições em que o trabalho docente é exercido nestas Instituições	Estudo de caso qualitativo com 24 participantes. Entrevista semiestruturada respondida por docentes, docentes que são coordenadores de curso e por ex-coordenadores.	Abordagem a partir da flexibilidade das relações trabalho
3	Reis & Cecílio (2014)	Discutir as condições do trabalho docente universitário no capitalismo flexível, abordando	Qualitativo, com entrevista episódica feita com nove professores.	Não declarado

		principalmente a sua precarização e os efeitos para a saúde de professors		
4	Jilou & Cecílio (2015)	Compreender a natureza das relações entre organização, condições de trabalho e sofrimento psíquico de professores universitários de duas instituições privadas de uma cidade de Minas Gerais	Qualitativo, com entrevista semiestruturada respondida por 30 professores de IES privadas.	Materialismo histórico-dialético
5	Frizzo & Bopsin (2017)	Analisar as implicações da precarização do trabalho docente na saúde do professorado do curso de Educação Física de uma Instituição da rede privada do Ensino Superior	Estudo de caso qualitativo. Nove professores responderam a um questionário semiestruturado e, destes, cinco participaram da entrevista semiestruturada.	Não declarado.
6	Elias & Navarro (2019)	Discutir o trabalho e a saúde de professores do ensino superior privado	Qualitativo, com entrevista semiestruturada respondida por	Psicodinâmica e materialismo histórico-

			cinco professores mestres que atuam em Instituições de Ensino Superior Privado	dialético
--	--	--	--	-----------

Discussão

As dificuldades enfrentadas pelo professorado não são recentes, porém, o recrudescimento desse cenário ocorreu, em grande medida, com a implementação das políticas e reformas neoliberais (Elias & Navarro, 2019; Gerheim, 2022). No Brasil, foi a partir da década de 1990, por meio da crescente privatização do ensino, que a educação deixou de ser considerada um direito social para, em seu lugar, ser encarada como uma mercadoria altamente lucrativa (Frizzo & Bopsin, 2017).

Nesse contexto de privatização, a profissão docente foi se tornando cada vez mais solitária e a competição passou a balizar os laços entre os profissionais. Assim, o enfrentamento das adversidades da profissão que, certamente, são de natureza coletiva, fica a cargo unicamente do indivíduo, o que impede movimentos de organização e reivindicação por melhores condições de trabalho e gera sentimento de culpa e frustração no professorado (Reis & Cecílio, 2014; Jilou & Cecílio, 2015).

Nesse cenário, a nova racionalidade praticada no mundo do trabalho se mostra mais efetiva que as anteriores, pois, se no passado o foco era dominar o corpo do trabalhador, atualmente, o objetivo é capturar a subjetividade do sujeito (Elias & Navarro, 2019). Envolvido pelo ideário neoliberal e concretamente imerso em condições de trabalho deterioradas e permeadas pela fragilidade de vínculos, o professor termina por ser expropriado de sua capacidade de autodeterminação, o que intensifica o processo de dominação e pode gerar sofrimento psíquico (Jilou & Cecílio, 2015).

Sob a égide da nova face do capitalismo, a associação emprego-direitos foi remodelada numa perspectiva de oposição, na qual os trabalhadores são submetidos à

flexibilização contratual, pois a desproteção trabalhista, supostamente, preservaria o vínculo empregatício (Ribeiro, 2009). Aliados dos direitos conquistados à duras penas, a classe trabalhadora vivencia intenso processo de precarização do trabalho, uma realidade que, se inicialmente afetava mais drasticamente os trabalhadores com menor escolaridade, atualmente engloba todas as categorias profissionais (Borsoi, 2011).

Ilustrativo desse novo cenário, no qual até mesmo os grupos ocupacionais que ostentam elevado nível educacional sofrem com a precarização, tem-se o caso dos professores de IES privadas. Tais profissionais têm sido constantemente confrontados com a deterioração de suas condições de trabalho, na medida em que possuem carga-horária cada vez mais extensa, salários baixos, turmas lotadas e, ainda, precisam lidar com a crescente falta de autonomia (Santos, 2009).

A perda de autonomia vivenciada cotidianamente pelos professores é um dos aspectos mais danosos engendrados pela precarização, uma vez que empobrece a atividade docente, dela retirando o senso de controle e, até mesmo, seu próprio sentido (Reis & Cecílio, 2014). Sem dúvidas, a diminuição do poder de tomada de decisão do professor representa uma desvalorização profissional que deixa o docente vulnerável não apenas às decisões de terceiros, mas também ao mal-estar no trabalho.

O contrato por hora é a evidência mais dramática da precarização vivenciada pelos professores das IES privadas. Graças a essa estratégia, o professor, na condição de horista, torna-se altamente vulnerável à oscilação de carga-horária e de salário a cada semestre (Carvalho, 2010). Nesse contexto de debilidade do vínculo empregatício, o docente, principalmente horista, termina por se sentir muito mais temeroso quanto à demissão, o que lhe deixa mais suscetível aos ditames das IES privadas (Siqueira, 2009).

Sobre o professor horista, diz-se que é aquele profissional contratado pela IES privada tão somente para ministrar aulas e que, por possuir carga-horária flexível, pode se ajustar às demandas institucionais semestralmente (Ferreira et al., 2014). Como sua atribuição se concentra apenas no ensino, deixando de lado os eixos da pesquisa e da extensão, o professor horista termina por ficar responsável pelo atendimento a um maior quantitativo de turmas

quando comparado aos professores com vínculo parcial ou integral (Ferreira et al., 2014).

Para além da precarização já materializada no vínculo contratual de horista, também tem se observado artifícios da gestão que potencializam essa condição de precariedade. Nesse sentido, é pertinente destacar que, ao identificarem o chamado “custo docente”, gestores acadêmicos estão dando preferência à contratação de professores mais inexperientes e com menor titulação, tendo em vista possuírem hora-aula mais barata (Ferreira et al., 2014).

Vale lembrar que, tradicionalmente, os professores que lecionavam no ensino superior costumavam gozar de prestígio e alta remuneração, inclusive em detrimento daqueles que atuavam na educação básica (Ribeiro et al., 2016). Contudo, a mercantilização da educação e do ensino muito contribuiu para a massificação da formação superior à custa da precarização do trabalho dos professores (Ferrer & Rossignoli, 2016; Santos, 2012). Isso desperta preocupação, dentre outros motivos, não só porque a precarização possui alto potencial de degradar a saúde dos professores, mas também porque o trabalho docente precarizado degrada a própria educação, o que coloca em risco o futuro de toda a sociedade (Gerheim, 2022).

Em outras palavras, as longas jornadas em sala de aula, com excessivo contingente de alunos, baixa remuneração e a falta de incentivo à pesquisa e à extensão dificultam que a atividade docente se desenvolva em sua plenitude e, dessa maneira, compromete a qualidade da educação (Carvalho, 2010). Longe dessa problemática ser da alçada exclusiva dos professores, há que se destacar o compromisso de todos os atores sociais na defesa de uma educação universal e de qualidade.

Apesar de todas essas adversidades da docência na contemporaneidade, é possível identificar uma parcela dos professores que ainda se sente realizada na profissão, principalmente por idealizar essa atividade, de modo a encará-la como uma vocação (Elias & Navarro, 2019; Jilou & Cecilio, 2015; Reis & Cecílio, 2014). Se por um lado, esse estado de coisas é positivo para manter o bem-estar docente, por outro, pode provocar alienação ao mascarar a precarização das condições do trabalho e, assim, impedir movimentos de transformação dessa realidade.

Uma possibilidade de fazer frente à degradação do trabalho docente é o recurso à humanização, sendo que, para isso, é necessário que o profissional tenha sua autonomia preservada, bem como tenha a possibilidade de se autodesenvolver continuamente (Jilou & Cecílio, 2015). Seguramente, esses aspectos só são possíveis num contexto de trabalho que ofereça condições dignas, assim, favorecendo o bom desempenho profissional, o que também amenizará o sofrimento psíquico.

Com relação ao sofrimento e à saúde docente, cabe destacar que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), já no ano de 1981, declarou a docência como uma profissão de risco, uma vez que essa é a segunda ocupação que mais acarreta problemas de saúde no cenário global (Webber, 2014). Nesse sentido, é pertinente destacar que o sofrimento/adoecimento docente, embora tenha sede na dimensão pessoal do sujeito, é eminentemente social, pois tem a ver com as condições de produção da vida na sociedade capitalista (Esper et al., 2020; Marino Filho, 2020).

A deterioração progressiva das condições de imagem e a organização do trabalho dos professores têm se evidenciado danosas para a saúde e o bem-estar desses profissionais. Um estudo documental, realizado a partir de 254 fichas de professores atendidos numa junta médica de uma IES, apontou que o transtorno mental que mais acomete essa categoria é a depressão, uma vez que foi responsável pelo afastamento de 53% dos professores pesquisados (Batista et al., 2016).

Para além da depressão, a literatura também aponta afecções como: ansiedade, sintomas psicóticos, transtorno esquizoafetivo, episódio maníaco, transtorno afetivo bipolar, esquizofrenia, transtorno de adaptação, reações ao estresse, transtorno fóbico-ansioso, alcoolismo e, ainda, sintomas físicos (Silva, 2015). A existência desses diagnósticos evidencia haver relação entre trabalho docente e adoecimento, o que serve de alerta para a importância do cuidado com essa classe trabalhadora.

Embora haja uma crescente preocupação da literatura com a saúde dos professores que se manifesta pela realização de estudos científicos, observa-se que a referida temática permanece com importância relativa tanto para a gestão quanto para os próprios professores

(Araújo & Carvalho, 2009). Isso pode ser comprovado, na medida em que muitos docentes, por não conseguirem relacionar o adoecimento com as condições de trabalho, acabam negando ou minimizando os sintomas de adoecimento (Jilou & Cecílio, 2015). O professor, nesse sentido, apresenta-se como uma figura devotada a um trabalho para o qual é vocacionado.

Desse modo, vale lembrar que a precarização não se manifesta apenas de forma objetiva nas más condições de trabalho, mas também de modo subjetivo (Jilou & Cecílio, 2015). Isso quer dizer que é cada vez mais comum que o professor se sinta distanciado de suas próprias necessidades, ignorando que o trabalho reflete diretamente na sua saúde e no seu bem-estar. Assim, esvaziando a capacidade desse profissional praticar o cuidado de si e do outro.

Considerações finais

A partir dos resultados desta revisão, que teve por objetivo caracterizar a precarização do trabalho do professor universitário a fim de precisar o referido fenômeno e, assim, embasar as demais etapas desta tese, identificou-se que as principais evidências da precarização do trabalho do professor universitário giram em torno das condições de trabalho degradadas e da manifestação de adoecimento físico e mental entre os docentes. A deterioração das condições trabalhistas é potencializada pela flexibilização contratual que, seguramente, tem nos contratos por hora-aula seu maior representante.

O professor, com o vínculo de horista, fica vulnerável não apenas à flutuação da carga-horária a cada semestre, mas também à oscilação salarial. Nessa condição, o docente se vê impedido de fazer planos para o futuro, sendo obrigado a garantir a sua sobrevivência no aqui-agora, o que diminui drasticamente seu poder de agir, de se articular coletivamente e de lutar por melhores condições em seu ambiente ocupacional.

Ainda que esta revisão tenha apontado evidências relevantes para compreender o objeto em estudo, há que se destacar a existência de algumas limitações. No que se refere aos estudos analisados, observou-se pouca transparência quanto à filiação teórica e, no quesito

metodológico, identificou-se delineamentos muito semelhantes entre as pesquisas. Logo, para ampliar a qualidade dos estudos, seria interessante que os autores deixassem mais explícita a teoria à qual se filiam, bem como lançassem mão de maior diversidade metodológica, por exemplo, realizando triangulação, estudos quantitativos e, até mesmo, longitudinais.

No que concerne às dificuldades enfrentadas no processo de elaboração desta revisão, salienta-se o fato de a busca ter sido realizada apenas por um pesquisador e, ainda, ter contemplado exclusivamente materiais de origem eletrônica, deixando de lado a chamada literatura cinzenta. Diante disso, sugere-se que novas revisões sobre a temática ampliem as fontes de consulta e que implementem a busca realizada por juízes.

Referências

- Alves, G. (2009). Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálysis*, 12(2), 188-197.
<https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008>
- Aquino, C. A. B. (2020). Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23(1), 51-63. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p51-63>
- Araújo, T. M., & Carvalho, F. M. (2009). Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. *Educação e Sociedade*, 30(107), 427-449.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200007>
- Batista, J. B. V., Carlotto, M. S., Oliveira, M. N., Zaccara, A. A. L., Barros, E. de O., & Duarte, M. C. S. (2016). Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 8(2), 4538–4548. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i2.4538-4548>
- Borsoi, I. C. F. (2011). Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergencia*, 18(55), 113-133.
http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352011000100005&lng=es&nrm=iso
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educ. Soc.*, 28(101), 1503-1523.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>
- Carvalho, C. C. (2010). Serviço social e privatização do ensino – a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na zona da mata mineira. *CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 3(7), 11-30.
<https://doi.org/10.34019/1981-2140.2009.17111>
- Castro, F. G. (2022). Da precarização subjetiva à ditadura da forma: notas para uma psicologia crítica do trabalho. In F. G. Castro & J. B. Ferreira (Orgs), *Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva* (pp. 19-39). Editora Fi.

- Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In S. H. Koller, M. C. P. P. Couto & J. Hohendorff (Orgs.), *Manual de produção científica*. Penso.
- Druck, G., & Franco, T. (2011). Trabalho e precarização social. *Caderno CRH*, 24(spe), 09-13. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400001>
- Elias, M. A., & Navarro, V. L. (2019). Profissão docente no ensino superior privado: o difícil equilíbrio de quem vive na corda bamba. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 22(1), 49-63. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i1p49-63>
- Esper, M. B. S. B, Facci, M. G. D., Leonardo, N. S. T., & Urt, S. C. (2020). Produções sobre o sofrimento/adoecimento do professor universitário: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. In M. G. D. Facci & S. M. Urt (Orgs), *Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação* (pp. 177-214). Ed. UFMS.
- Ferreira, P., Nascimento, R., & Salvá, M. (2014). Professor: Profissão de Risco. Uma análise do Impacto da Gestão de IES Privadas sobre o Trabalho Docente. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 9(2), 152-171. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v9i2.13326
- Ferrer, W. M. H., & Rossignoli, M. (2016). Expansão do ensino superior e precarização do trabalho docente: o trabalho do “horista” no ensino privado. *Cadernos de Pesquisa*, 23(spe), 106-118. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p106-118>
- Frizzo, G., & Bopsin, A. (2017). Saúde Docente e a Precarização do Trabalho no Curso de Educação Física na Rede Privada de Ensino Superior. *Movimento*, 23(4), 1271–1282. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.72916>
- Galvão, T. F., Pansani, T. S. A., & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Gerheim, M. S. (2022). Gerencialismo e precariedade subjetiva: o trabalho do professor no setor privado. In F. G. Castro & J. B. Ferreira (Orgs), *Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva* (pp. 130-162). Editora Fi.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). *Resumo*

- técnico do Censo da Educação Superior 2023. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/inep-divulga-dados-do-censo-da-educacao-superior-2023>
- Jilou, V., & Cecílio, S. (2015). Condições de Trabalho Docente e Sofrimento Psíquico no Ensino Superior Privado. *Germinal: Marxismo e educação em Debate*, 7(2), 233–241. <https://doi.org/10.9771/gmed.v7i2.13552>
- Jones, K. (2022). Empty review evaluation. *NIHR Network Support Fellow*. https://community.cochrane.org/sites/default/files/uploads/Cochrane%20Community%20news_Empty%20review%20evaluation%20update_Feb%202022_KLJones.pdf
- Marino, A., Filho (2020). Atividade, significação e sentido: bases do sofrimento psicológico e a especificidade do adoecimento do professor. In M. G. D. Facci & S. M. Urt (Orgs), *Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação* (pp. 73-104). Ed. UFMS.
- Reis, B. M., & Cecílio, S. (2014). Precarização, Trabalho Docente Intensificado e Saúde de Professores Universitários. *Trabalho & Educação*, 23(2), 109–128. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9141>
- Ribeiro, C. V. S., Léda, D. B., Silva, E. P., & Freitas, L. G. de. (2016). Trabalho intensificado de professores da educação básica e superior: confluências e especificidades. *Trabalho (En)Cena*, 1(1), 50–68. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/2398>
- Ribeiro, M. A. (2009). Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. *Revista Psicologia Política*, 9(18), 331-346. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200010&lng=pt&tlng=pt
- Santos, A. F. T. (2009). Educando trabalhadores na “universidade micro-ondas”: novos modelos produtivos, trabalho docente e qualidade da formação humana sob o efeito do mercado educador. In M. Monken & A. V. Dantas (Orgs.), *Estudos de politecnia e saúde*. EPSJV.

- Santos, S. D. M. (2012). A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. *Educar em Revista*, 46, 229-244.
<https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000400016>
- Silva, E. P. (2015). Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 17(1), 61-71.
<http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v17n1p61-71>
- Siqueira, T. C. (2009). Ensino superior privado: notas sobre o trabalho dos docentes nas instituições particulares de ensino superior em Brasília. *Revista de Ciências Sociais*, 40(2), 62-71. <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/486/468>
- Webber, D. V. (2011). *Profissão professor: desafios e possibilidades do direito ambiental laboral frente ao mal-estar docente* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul]. Repositório Institucional da UCS.
<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/583>
- Yaffe, J., Montgomery, P., Hopewell, S., & Shepard, L. D. (2012) Empty Reviews: A Description and Consideration of Cochrane Systematic Reviews with No Included Studies. *PLoS ONE*, 7(5), e36626. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0036626>

Estudo 2. Precarização e flexibilização laboral nas faculdades privadas: o caso dos professores horistas de São Luís – MA

Introdução

A crise do capital, na década de 1970, teve como principal consequência a reorganização do modelo capitalista de produção. Essa nova fase do capital é comumente denominada de modelo flexível de acumulação, pois sua reprodução se dá, essencialmente, por meio da financeirização do capital e da flexibilização e precarização do trabalho. Especificamente no que tange à financeirização, evidencia-se que a lucratividade das empresas modernas advém muito mais do caráter especulativo do mercado financeiro que, necessariamente, do processo de produção no chamado chão de fábrica (Harvey, 2004).

Embora esse cenário leve a concluir, apressada e equivocadamente, sobre a possível finitude do trabalho na contemporaneidade, na prática o que se observa é a crise da sociedade do trabalho abstrato. Assim, o que está em jogo não é a perda de centralidade ou mesmo extinção do trabalho em sua dimensão concreta, mas o esgotamento do trabalho próprio ao capital, em sua forma abstrata e criadora de mercadoria (Antunes, 2005).

No processo de reorganização do capital por meio da financeirização, ganha destaque o surgimento de novos formatos de empresa com as aquisições e fusões, bem como se instauram outras formas de gestão do trabalho, tendo como pressuposto o discurso gerencialista (Gerheim, 2022). A máxima proposta pelo gerencialismo é que ele seria o remédio universal para todos os males da sociedade, pois reduzidos a meras questões de organização, podem ser resolvidas por técnicas que buscam, de maneira constante e sistemática, a eficiência (Dardot & Laval, 2016).

No âmbito das aquisições e fusões, observa-se que essas operações se tornam mais comuns a partir do momento em que as empresas passam a atuar no mercado financeiro e se tornam organizações de capital aberto. Esse estado de coisas é um dos principais requisitos para o surgimento de outro fenômeno característico da atual fase do capital, a saber, a formação dos grandes oligopólios.

Cabe salientar que a financeirização do capital também pode ser observada no setor educacional, assim como os chamados oligopólios educacionais. O surgimento dos oligopólios foi viabilizado, sobretudo, porque os grandes grupos econômicos identificaram, no segmento educacional privado, uma oportunidade de negócio que se caracteriza pelas altas taxas de lucro, pelo baixo grau de risco e pela flexibilização da qualidade do produto que ofertam (Gerheim, 2022; Oliveira, 2017).

No Brasil, é pertinente destacar que apenas dois conglomerados concentram a maior parcela de matrículas das IES privadas. Dessa forma, passam a ditar, com relativa tranquilidade, o modelo de educação que mais se adequa aos objetivos de uma empresa com fins lucrativos, o que, geralmente, passa pela diminuição da qualidade da formação do alunado a partir da precarização e flexibilização do trabalho docente (Oliveira, 2017).

Para Oliveira (2017), algumas consequências advindas das ações dos grandes conglomerados educacionais podem ser divididas em dois grandes blocos: no primeiro, tem-se a pressão para que as instituições educacionais menores e/ou mais tradicionais se adaptem aos novos padrões de custos do mercado, o que, geralmente, causa graves dificuldades administrativas e facilita suas aquisições pelos grandes conglomerados. Na segunda perspectiva, observa-se que o domínio quase que absoluto do setor educacional faz com que os grandes oligopólios se tornem os grandes beneficiários do financiamento público destinado ao setor privado da educação superior.

Nesse cenário, investir em um estabelecimento educacional se assemelha a investir em qualquer outro negócio, com o bônus de que no setor educacional, o lucro é praticamente certo, já que há a possibilidade de acesso a verbas públicas e a incentivos fiscais. Ademais, os custos com a principal mão de obra, que é o professor, têm experimentado significativa redução, haja vista que os contratos de trabalho estão cada vez mais flexibilizados e precarizados.

Conforme achados do Estudo 1 desta tese, a crescente mercantilização da educação e seu apelo pela otimização dos lucros tem fomentado a intensificação do trabalho docente, com perdas de direitos historicamente conquistados e com crescente falta de autonomia. Esse

cenário se consolida a partir da degradação das condições de trabalho dos professores e, conseqüentemente, da saúde física e mental desses profissionais. Destaca-se que, embora a precariedade seja um fenômeno que abarca todos os trabalhadores contemporâneos, entre os professores, são aqueles que estão nas IES privadas e com contrato horista que mais sofrem os efeitos do acirramento da gestão neoliberal do trabalho.

Corroborando essa discussão, uma pesquisa de mestrado, que objetivou identificar os significados atribuídos ao trabalho por professores horistas dos cursos de Administração da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, evidenciou duas dimensões do objeto de estudo. Na dimensão objetiva, os professores destacaram que a relação de trabalho era precarizada e, de forma subjetiva, sentiam-se desvalorizados e com dificuldade de encontrar sentido no fazer docente (Felix, 2015).

Conforme essa discussão, é importante que mais pesquisas se interessem pela realidade laboral precarizada dos professores, tendo em vista que o entendimento desse fenômeno pode sinalizar possíveis caminhos para sua superação. Desse modo, a pesquisa que se segue tem como objetivo elencar as evidências de flexibilidade e precariedade identificadas na condição de surgimento do professor horista, tendo como recorte os professores horistas da cidade de São Luís – MA.

Método

Tipo de pesquisa

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, realizado com dados transversais. Contou-se com a participação de uma amostra não probabilística e por conveniência.

Local de estudo

A pesquisa de campo foi realizada na cidade de São Luís - MA. O pesquisador, a partir de seu próprio círculo de relações socioprofissionais, contatou professores horistas vinculados a IES privadas.

Participantes

A pesquisa contou com a participação de 8 professores horistas, com idades variando de 30 a 39 anos ($M = 33,75$; $DP = 2,76$). Os participantes eram, majoritariamente, mulheres (5), de cor/etnia parda (5), com bacharelado em Serviço Social (3), mestrado, renda entre 3 ou mais salários mínimos (4), com mais de cinco anos de atuação na docência (5) e que tinham na docência horista a principal ocupação (7). Maior detalhamento dos dados sociodemográficos pode ser verificado na Figura 2 desta tese.

A respeito dos critérios de inclusão na pesquisa de campo, destacam-se: professores, independente de gênero, que tinham vínculo empregatício com uma IES privada, preferencialmente faculdades, e que o regime de trabalho fosse como professor horista há, pelo menos, um ano. Portanto, professores com contrato parcial ou integral e de instituições públicas não participaram deste estudo. Ademais, ressalta-se que os referidos critérios de inclusão guardam alguma semelhança com os critérios adotados por Felix (2015) em sua pesquisa de mestrado, que também teve como foco professores horistas.

Para a seleção dos participantes, utilizou-se a técnica metodológica *Snowball*, que consiste na seleção de uma amostra não probabilística, na qual os primeiros participantes da pesquisa sinalizam os demais participantes que, por sua vez, indicam outros, e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto pela pesquisa, atingindo um ponto de saturação quando os novos participantes passam a sinalizar elementos já obtidos em momentos anteriores (Biernacki & Waldorf, 1981). A partir do critério de saturação e do alcance dos objetivos inicialmente propostos, esta pesquisa contou, ao final, com a participação de 8 professores horistas.

Instrumentos e procedimentos

Para operacionalização da pesquisa, utilizaram-se os seguintes recursos metodológicos: questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada. Nesta investigação, a aplicação do questionário teve por finalidade coletar informações sobre o perfil dos participantes, a saber: gênero, idade, cor/etnia, estado civil, escolaridade, renda,

tempo de atuação como professor horista e principal ocupação profissional.

A aplicação dos questionários foi realizada por meio da plataforma *Google Forms*. Inicialmente, os professores foram contatados via aplicativo de mensagens (*WhatsApp*), ocasião em que receberam uma breve apresentação da pesquisa e o convite para participação. Aqueles que demonstraram interesse em contribuir com o estudo receberam, de forma online, o link de acesso ao formulário. Na primeira página do formulário, encontrava-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deveria ser lido atentamente. Somente após o aceite formal no TCLE os participantes eram direcionados automaticamente para a página seguinte, onde se encontrava o questionário sociodemográfico. Ao todo, 11 professores foram contatados, dos quais, 8 consentiram em participar da pesquisa e responderam ao formulário.

A realização da entrevista semiestruturada, por sua vez, teve como finalidade compreender as evidências da flexibilização e, conseqüentemente, da precarização identificadas no exercício profissional dos professores horistas. Para tanto, utilizou-se as questões norteadoras: (1) “Para o(a) senhor(a), o que é ser professor horista?” e (2) “O que lhe levou a ser professor horista?”.

As entrevistas foram individuais e realizadas por chamada de vídeo. Com autorização expressa dos participantes, gravou-se o áudio da chamada de vídeo para posterior transcrição e, após transcritos na íntegra, os áudios foram descartados. Os participantes foram orientados a buscarem um local silencioso e sem interrupções, a fim de que pudessem se sentir mais confortáveis para revelarem suas experiências subjetivas com o trabalho precário.

Análise de dados

Os dados sociodemográficos foram apresentados de forma descritiva, conforme pode ser observado na Figura 2. Por sua vez, os dados provenientes das entrevistas semiestruturadas gravadas foram transcritos integralmente em um arquivo no *Word*. Na sequência, as variáveis descritivas foram codificadas para a criação das linhas de comando, a fim de possibilitar a identificação de cada respondente.

Após a revisão criteriosa do arquivo, criou-se um banco de dados em arquivo de texto (.txt) no software LibreOffice© 6.3.3, inserindo cada linha de comando e abaixo os textos referentes a cada uma das duas perguntas formuladas na pesquisa. Vale ressaltar que essas linhas de comando permitem que o software IRaMuTeQ, versão 0.7 alpha 2, identifique cada sujeito e suas variáveis, associando estatisticamente os dados das entrevistas a cada respondente, o qual é reconhecido por uma codificação (Salviati, 2017).

Acerca das análises de dados, o IRaMuTeQ pode processar arquivos de textos de duas maneiras: a primeira alternativa seria construir um corpus textual (banco) para cada questão em arquivos separados; já a segunda, seria agrupar as questões por temática em um único *corpus* textual (Camargo & Justo, 2016). A fim de otimizar a discussão dos achados, a análise por eixos temáticos (grupo de questões) foi adotada neste estudo. Assim, as respostas das questões 1 e 2 foram agrupadas em um único banco.

Na sequência, após a organização dos dados nos arquivos de texto, esses foram processados pelo software IRaMuTeQ, versão 0.7 alpha 2, que se trata de um programa que realiza análises estatísticas a partir de dados textuais, como entrevistas, jornais, dentre outros materiais em texto (Camargo & Justo, 2016). Desse modo, a fim de compreender a visão de professores horistas acerca da precarização do trabalho docente, realizou-se a análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), também conhecida como método de Reinert.

De acordo com Salviati (2017), a CHD é uma forma de representar graficamente as relações entre as palavras utilizadas em um texto. Assim sendo, essa análise permite reconhecer grupamentos de vocábulos que exprimem sentidos próximos, e, portanto, reconhecer quais são os sentidos inferidos no material analisado.

Aspectos éticos

Para a realização da pesquisa foram considerados os aspectos éticos que envolvem as pesquisas com seres humanos, conforme o que dispõem as Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Desse modo, salienta-se que a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, apresentando CAEE:

59975622.2.0000.5054 e número do parecer de aprovação: 5.557.175. Mediante a aprovação pelo comitê, o pesquisador, a partir de seu próprio círculo de relações profissionais, iniciou os contatos com os possíveis participantes da pesquisa. Uma vez que o contato foi feito diretamente com os professores horistas, e a participação se deu fora do ambiente de trabalho, não se buscou autorização institucional. Ressalta-se, ainda, que a participação na pesquisa foi voluntária e anônima, sendo consentida mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), instrumento no qual constam todas as informações sobre a pesquisa, como: os objetivos, os riscos e os benefícios

Resultados

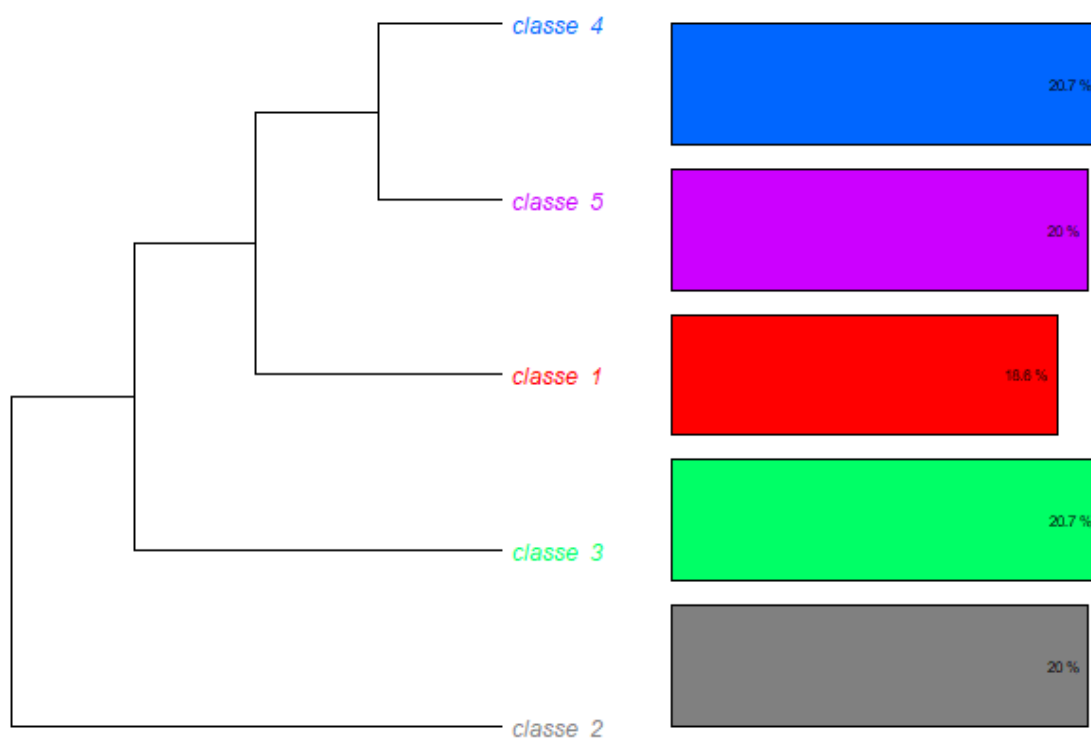
Concepções sobre o regime de trabalho horista e o interesse pela docência

O *corpus* acerca das concepções dos professores horistas sobre o regime de trabalho horista e o interesse pela docência foi constituído de 8 textos (entrevistas) e dividido em 186 segmentos de texto (ST), em que houve 1.267 palavras diferentes, com uma frequência de 6.378 palavras, as quais foram distribuídas com média de 34,29 por ST, de forma que 140 segmentos (75,27%) foram retidos na CHD, sendo distribuídos em cinco classes. A retenção na análise foi considerada dentro dos parâmetros, segundo os critérios estabelecidos por Camargo e Justo (2016), os quais asseveram um aproveitamento mínimo de 75% dos segmentos de texto. Em razão do número de entrevistados, não foi relevante estabelecer a associação estatística das variáveis sociodemográficas com cada classe.

Conforme se pode observar na Figura 5, o *corpus* principal se segmentou em 4 *subcorpus*, ou seja, grupamentos de classes segundo as ramificações e os sentidos próximos (Salviati, 2017). Desse modo, o primeiro *subcorpus* foi formado pela classe 2; o segundo, constituído pela classe 3; o terceiro, formado pela classe 1 e o último, composto pelas classes 4 e 5.

Figura 5

Dendograma do corpus textual acerca do regime de trabalho horista e o interesse pela docência



Na Tabela 1, estão representadas as cinco classes em que o *corpus* textual se segmentou, com o título, o número de STs que a compõe, a pergunta associada (1 ou 2), quando pertinente, e as palavras com maior associação estatística com a classe, levando em consideração o coeficiente do teste de associação qui-quadrado com um nível de significância estatística de $p < 0,05$.

Tabela 1

Concepções sobre o professor horista e o interesse pela docência

Classe	ST/Pergunta	Palavras	f	χ^2
Classe 2: O trabalho como professor horista como trampolim para o setor público	Pergunta 2	Público	11	37,4
		privado	10	32,9
		rede	6	25,07
		profissional	7	24,16
		educação	9	21,71
		universidade	4	16,47
		inserir	3	12,26
		grande	3	12,26
		melhor	3	12,26
		ambiente	3	12,26
		mercado	4	11,67
		questão	7	8,75
		também	12	8,71
		sempre	4	8,53
		experiência	3	7,78
		social	3	7,78

	espaço	3	7,78
	levar	4	6,35
	pensar	4	6,35
	área	4	4,77
	como	9	4,26
	mestrado	2	4,17
	precarização	2	4,17
	regime	2	4,17
	campo	2	4,17
	através	2	4,17
Classe 3: Entre baixas remunerações e o compromisso com a educação – o dilema do professor horista	29 ST = 20,71%		
	remuneração	9	31,48
	achar	12	19,96
	voltar	5	19,85
	carga horária principal	4	15,76
	diferença	4	15,76
	financeiro	5	14,97
	professor	13	14,09
	não	20	12,79
	atividade	7	9,58
	semestre	3	7,39
	função	3	7,39
	suficiente	3	7,39
	motivação	3	7,39
	então	15	4,94
	docente	4	4,43
	precisar	2	3,94
	inviável	2	3,94
	gancho	2	3,94
Classe 1: Classe 1: Professor horista: cooptação da subjetividade e dedicação integral	26 ST = 18,57%		
	coisa	13	51,51
	assim	12	28,9
	já	10	25,7
	agora	5	22,74
	poder	9	16,96
	acabar	7	16,03
	aqui	6	14,71
	meio	5	13,61
	meet	3	13,44
	falar	7	10,16
	olhar	3	5,88
	essa	10	4,93
	galera	2	4,69
	muita	2	4,69
	alguma	2	4,69
	algum	2	4,69
	ali	6	4,28
	você	8	4,17
	hoje	3	2,87
	passar	3	2,87
	mudar	2	2,69
	envolver	2	2,69

Classe 4: Trabalho precário e impactos na atuação do docente horista	29 ST = 20,71%	realmente	7	19,07
		relação	8	16,88
		preciso	4	15,76
		momento	6	15,22
		forte	5	14,97
		tudo	6	12,37
		difícil	4	11,1
		contrato	4	11,1
		dinâmica	4	8,06
		existir	4	8,06
		contar	4	8,06
		vínculo	4	5,95
		trabalho	7	4,93
		processo	5	4,45
		quando	4	4,43
		docente	4	4,43
		aí	8	3,89
Classe 5: Professor horista e o fazer docente invisibilizado	28 ST = 20% Pergunta 1	aula	15	47,74
		sala	11	33,35
		dar	10	22,87
		extensão	4	16,47
		semana	4	16,47
		pesquisa	5	15,72
		desenvolver	3	12,26
		dentro	5	9,58
		certo	4	8,53
		além	4	8,53
		hora	7	6,37
		ali	7	6,37
		lá	5	6,06
		não	16	4,29
		graduação	2	4,17
		mês	2	4,17
exigir	2	4,17		
corpo discente	2	4,17		

Classe 2: o trabalho como professor horista como trampolim para o setor público

A classe 2 foi uma das que mais se destacou em relação ao *corpus* textual, encontrando-se no primeiro *subcorpus*. Nesta classe emergiram conteúdos relacionados principalmente à questão 2 (O que lhe levou a ser professor horista?). Observou-se, em seu conteúdo, discursos relacionados, principalmente, à falta de absorção dos professores pelo setor público, o que acarreta o ingresso na docência pela via do setor educacional privado. Nesse sentido, os respondentes destacam a permanência nas redes privadas de ensino superior e o exercício da função de professor horista como estratégias para adquirir experiência na docência superior, com o objetivo de conquistar empregos em universidades públicas, como

se evidencia nos discursos a seguir:

“(…) o mercado não consegue absorver todo mundo, todos os profissionais que se formam nas diversas áreas da educação, então, como não há absorção pelo Estado, as redes privadas que também são uma área de trabalho, antes de você se consolidar como profissional no mercado, ou mesmo antes de você conseguir passar em um concurso, geralmente você acaba se inserindo nesse campo de atuação profissional através do regime ou do contrato horista. Então essa foi a maneira que eu acessei esse mercado e é a maneira que eu conheço que a grande maioria dos profissionais da educação da rede privada, por exemplo, acabam se inserindo” (Participante 7).

“(…) a princípio, o que me levou a ser professor horista foi uma questão de ingresso rápido na docência. Hoje o ingresso na educação superior assim com mais estabilidade no ensino é o superior público, que se dá através de concursos, mas aí você precisa ter doutorado, mestrado, consolidado uma experiência, e o que me levou a ser professor horista, digamos, foi essa questão do imediatismo da profissão” (Participante 8).

“(…) talvez me inserindo nas instituições privadas, *a priori*, seja uma grande possibilidade para que eu consiga continuar estudando e produzindo e, também, pensar que a experiência em sala de aula pode me auxiliar a passar em um concurso para professor efetivo, um dia, em uma instituição pública” (Participante 1).

Os discursos evidenciam que o maior empregador de professores, na atualidade, é o setor privado. Apesar disso, o ingresso na docência privada como professor horista é encarado como uma condição transitória, pois o objetivo final é ser aprovado em concurso público e, assim, garantir maior estabilidade na carreira.

Classe 3: entre baixas remunerações e o compromisso com a educação – o dilema do professor horista

A classe 3, a qual se ramifica da classe anterior e apresenta uma das maiores retenções de ST (20,71%), não apresentou um destaque em relação às perguntas, o que denota que os discursos perpassam todas as temáticas da pesquisa. Em seu conteúdo, observa-se,

principalmente, relatos sobre a questão da baixa remuneração, a precariedade do trabalho docente horista, as distinções entre professores horistas e de regime integral, e a motivação intrínseca ao fazer docente como contrapeso diante das inseguranças financeiras, como se evidencia nos trechos abaixo:

“(...) eu acho que ser professor horista está voltado a uma motivação muito pessoal, muito particular, porque acho que financeiramente nem sempre é viável ser esse professor. Então, eu acho que eles sabem que aquela remuneração não é o suficiente para a subsistência deles, porém eles fazem aquilo porque eles amam trabalhar com a educação. Eu acho que o principal gancho de motivação de um professor horista é, de fato, contribuir com a educação. Eu acho que tem aspectos subjetivos que a gente não consegue distinguir, não consegue descrever” (Participante 2).

“Eu acho que essa diferença do horista pro integral está mais voltada para o financeiro mesmo. Eu acho que esse professor contratado, que não é horista, ele sabe exatamente qual é a remuneração dele, ele não tem que se preocupar com uma possível variação, pois isso não é um problema e eu acho que está mais voltado a essa distinção financeira do que a outro aspecto particular do professor. Eu acho que o principal gancho de diferença deles é esse de que um sabe exatamente qual é a sua remuneração e isso não é para ele um problema com o passar dos meses, semestres e, o outro, não” (Participante 2).

“(...) ainda não consegui constatar isso, mas me parece que também há uma diferença de pagamento de carga horária por curso. Na instituição onde eu estou, os cursos que têm as mensalidades mais altas costumam pagar as maiores remunerações” (Participante 4).

“(...) eu acredito que ela é muito prejudicial, porque no âmbito da docência é inviável a remuneração, pois considerar as horas trabalhadas considerando que a nossa função ela não se esgota naquelas horas que são consideradas para fim de pagamento. Então, o que vai acontecer é que um professor que quer desempenhar o seu papel de maneira eficiente, que é o que predomina, apesar da baixa remuneração, ele vai usar mais do

que as três horas” (Participante 4).

A partir desses dados, observa-se que a instabilidade, a depreciação salarial e a produção de trabalho excedente são características da precariedade do trabalho docente horista. Esse quadro se acentua porque esses profissionais compreendem que, antes de serem adjetivados como horistas, são professores e, como tais, exercem grande parte das atribuições de qualquer outra forma de docência.

Classe 1: professor horista: cooptação da subjetividade e dedicação integral

A presente classe se encontra no terceiro *subcorpus* e, também, não apresentou associação específica com as perguntas, o que evidencia que os discursos dos respondentes transcorrem pelas temáticas investigadas. Em seu conteúdo, identifica-se, por meio dos relatos dos professores horistas, ênfase na sobrecarga de trabalho, de modo que, muitas vezes, o tempo de trabalho invade o espaço da vida privada, principalmente com o avanço das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs). Além disso, evidencia-se que muitos dos docentes acabam por endossar o discurso gerencial das instituições e reproduzem esses discursos com os alunos, gerando uma posição de conformismo e aceitação diante de algumas práticas institucionais, como observado nos excertos a seguir:

“Eu estou aqui desde a tarde, noite, então, não tem mais horário e até essa coisa também dos meios de comunicação, desses aplicativos de mensagens, porque agora com essa ideia do *WhatsApp*, dos nossos números sendo também instrumento de trabalho, é o tempo inteiro trabalhando. Meu Deus do céu! O *WhatsApp* virou apenas coisa de trabalho agora, mas é isso, acho que a palavra é cansaço, uma coisa que eu pensei também porque a pandemia acelerou alguns processos. A gente sabe que essa relação com a tecnologia já vinha acontecendo de uma forma ou de outra, mas a pandemia bem que acelerou também essa coisa de como a gente se relaciona com esses meios porque, por exemplo, antes se eu estava com algum probleminha de saúde, com alguma dificuldade de estar presencialmente naquele espaço, agora as pessoas já colocam assim: mas tu podes falar com os alunos pelo *Meet*, lá onde tu

estiveres tu podes fazer uma reunião pelo *Meet*. Então, acaba que, de alguma forma, isso também meio que atravessou as nossas vidas, impondo essa discussão, essa necessidade dos limites” (Participante 1).

“(…) o rombo vai aumentando e a gente vai cedendo, a gente vai perdendo as forças de dizer que isso aqui é muito ruim, pois você acaba se contaminando com uma cultura muito comercial de ensino, você acaba tendo que repetir certas coisas da instituição para bater continência. Você é plenamente atravessado por todas essas violências e você acaba as entranhando. Por vezes, eu acabo percebendo que hoje eu já falo umas coisas que antigamente eu repudiava, tipo assim: ‘olha! mas é isso aqui mesmo! Aí hoje você já fala assim: não, gente! Vamos com calma! Vamos levando, até porque tem muita coisa envolvida, mas vamos levando o jogo, vamos empurrando mais com a barriga’. Mas o sentimento hoje é e acaba gerando uma coisa meio panelinha, mas é a mesma coisa, não vai mudar muita coisa. E aí você descobre que tem uma saída, que você pode ser professor e aí você vira professor horista e descobre que é mais do mesmo e aí é a coisa de fazer ali a bagagem para depois tentar um seletivo”

(Participante 6).

Esses relatos sinalizam que as IES privadas requerem não apenas a força de trabalho dos professores horistas, mas também a internalização da lógica que rege a instituição. Além disso, a cooptação da subjetividade está atrelada ao excesso de trabalho, amplamente viabilizado pelo avanço das TDICs, o que instaura um cenário em que a dedicação integral entra em paradoxo com o contrato por hora.

Classe 4: trabalho precário e impactos na atuação do docente horista

A atual classe se encontra no último *subcorpus*, na mesma ramificação que a classe 5. Observa-se que a classe 4 não apresentou um destaque por tema, o que denota que as respostas perpassam por todos os conteúdos investigados. Evidencia-se, na classe 4, um conteúdo relacionado ao trabalho precário realizado pelo professor horista, marcado pela sobrecarga de trabalho para ter uma remuneração que garanta um mínimo de dignidade. Além

disso, os respondentes pontuam sobre a falta de auxílios e a pressão constante para que os docentes realizem várias atividades para além do que recebem pelas horas-aula, impactando, inclusive, nos processos pedagógicos:

“(…) é aquela ideia de que eu preciso pegar muito trabalho para garantir o retorno salarial um pouco mais adequado, entre aspas, mas é nessa onda de eu pego muito, de que preciso pegar muito trabalho, aí eu vou pegando disciplinas” (Participante 1).

“(…) materialmente falando mesmo, passagens, hospedagens, talvez auxílios ou ajudas de custo, nada disso existe, mas existe uma pressão muito forte para que a gente esteja muito no *lattes*, que esteja produzindo” (Participante 1).

“(…) enquanto professor horista é muito difícil ter logo de início de carreira essa questão de um emprego mais estável, de um vínculo mais forte e tudo mais. Então, essa parte é até muito por conta de necessidade mesmo, porque eu preciso para o doutorado, eu preciso ter esse tempo de sala de aula para, posteriormente, tentar um concurso público na área e tudo mais, então, eu preciso ainda ter esse vínculo e a manutenção desse vínculo em questão mesmo do dia a dia, de sobrevivência mesmo” (Participante 3).

“(…) é uma questão realmente que implica nas nossas condições de existência, na nossa dinâmica realmente de vida, de subsistência nessa sociedade do trabalho. Eu continuei no sentido de que, realmente, aquilo para mim, naquele momento, de saber que eu estou ali naquela representação, naquela teatralização de um processo que a gente sabe que na base disso, na ponta disso, existe uma dinâmica muito forte de precarização mesmo dessas relações de trabalho. Na verdade, reflexos da precarização configuram essas relações mercantis de ensino na forma como isso se dá, inclusive, na contratação do professor, na natureza do vínculo do docente nessas instituições, na docência e a própria dinâmica também dos processos pedagógicos e didáticos que são necessários nessa relação de ensino-aprendizagem, que vai além dessa perspectiva do horário que é computado, entre aspas, da nossa carga horária” (Participante 5).

“Eu acredito que, obviamente, é uma forma de contenção de investimentos no corpo

docente, é uma forma de você manter os trabalhos de maneira reduzida, mas que não consegue dar conta de tudo que um docente realmente faz” (Participante 4).

“(…) a minha motivação era realmente a docência, e aí esse entendimento de que eu seria horista, ou essa demarcação realmente de saber que eu seria horista, veio no momento mesmo das relações de contrato desse trabalho, que eu fui ler o contrato e no contrato estava estabelecido que seria o pagamento por horas-aula e tinha a tipificação na época do contrato de quantas horas seria o valor dessas horas, então, quando eu olhei aquilo, eu me assustei, realmente. Assim, foi um impacto muito forte porque eu apenas me situei naquele momento dessa relação contratual quando eu assumi esse vínculo” (Participante 5).

As falas evidenciam que a fragilidade do vínculo contratual dos professores horistas expressa de forma concreta a mercantilização do ensino superior privado. Nessa lógica, o trabalho docente é restringido ao tempo estritamente dedicado à sala de aula, desconsiderando a natureza complexa e multifacetada da atividade educativa. Essa redução contribui para a intensificação do trabalho e a produção de trabalho excedente, uma vez que o exercício da docência exige envolvimento que extrapola a atividade de ensino em sala de aula.

Classe 5: professor horista e o fazer docente invisibilizado

Por fim, a última classe, a qual se encontra no mesmo *subcorpus* que a classe anterior, apresentou seu conteúdo relacionado à temática da primeira pergunta (Para o(a) senhor(a), o que é ser professor horista?). Observou-se, na referida classe, falas sobre a definição do que é ser professor horista, associando principalmente com aspectos da remuneração durante o momento de aulas. Por outro lado, parte dos respondentes apresentaram uma postura crítica sobre isso, alegando que o fazer docente não se dá somente no momento da sala de aula, mas também por meio de atividades de pesquisa, de extensão, planejamento, e outras atividades extras que não são levadas em consideração pelas instituições nos pagamentos, como se constata nos trechos a seguir:

“(…) É trabalhar por hora mesmo e somente, como o próprio nome já diz. A gente não

tem enquanto horista, como por exemplo, tempo de planejamento de aula, tempo de preparação e tudo mais. Outras coisas que a gente recebe certo amparo em outros vínculos contratuais a gente não tem enquanto professor horista, a gente somente recebe mesmo o tempo que a gente está numa sala de aula e pronto, é somente dar aula e pronto, acabou! Até porque a gente não tem essa segurança de ter uma remuneração antes e uma remuneração com o que a gente faz depois da nossa atividade, então é somente a sala de aula e pronto” (Participante 3).

“(…) Quando a gente fala da docência no ensino superior, é inviável que a gente considere apenas o processo de dar aula em si dentro das disciplinas. A gente sabe que um processo de graduação ele vai te exigir, ter atividades de pesquisa, de extensão e quando a gente vai para o âmbito do pagamento do professor horista, essas funções que extrapolam a sala de aula em si elas não são englobadas em nenhuma parte do pagamento. Então, a instituição basicamente fala: ‘olha! Eu estou pagando pra tu dar aula, se tu quiseres fazer algo além disso, uma atividade extracurricular, uma aula, inclusive, que não envolva os muros da faculdade (...)’ (Participante 4).

“E aí vai ter um trabalho excedente que não é pago. Eu desenvolvo pesquisa sabendo que eu não vou ser remunerada por isso, não existe uma hora especial na instituição na qual eu estou para professor que desenvolve pesquisa, para professor que desenvolve extensão. Então, também são desenvolvidas atividades de monitoria que não são remuneradas e exige muito mais do que as três horas de sala de aula que a pessoa dá e você tem que estar ali orientando outra pessoa dentro de uma disciplina, além do corpo discente” (Participante 4).

“(…) às vezes, com os alunos que tinham esse interesse de desenvolver projetos de empreender algum tipo de pesquisa, que ia além daquela dinâmica ali da disciplina, da sala de aula, eu me colocava mesmo nessa retaguarda. Inclusive, de uma mão de obra que era uma mão de obra gratuita ali, porque eu fazia aquilo realmente pelo compromisso com a formação, por entender que a formação ela deve ir além da sala de aula, além das quatro paredes” (Participante 5).

Os dados indicam que ser docente horista significa estar submetido a um regime contratual que remunera exclusivamente pelas horas-aula efetivamente ministradas. Nesse contexto, o que define esse profissional não é a totalidade de seu fazer pedagógico, mas a lógica restrita de sua remuneração. O paradoxo dessa configuração é evidente: na prática, esses professores desempenham grande parte das atividades realizadas por docentes com vínculos mais estáveis. Seja por compreenderem a complexidade e a abrangência do processo educativo, seja pelas demandas dos estudantes ou pelas cobranças das próprias IES privadas, os horistas assumem responsabilidades que vão além do tempo de sala de aula.

Discussões

O processo sistemático de sucateamento da educação pública superior, com constantes cortes de gastos e com uma quantidade de vagas muito aquém do que necessitaria a população brasileira, faz com que muitos professores com habilitação para a docência superior tenham de optar pelo setor privado (Bosi, 2007; Felix, 2015; Ferrer & Rossignoli, 2016). Esse movimento impulsionado pela escassez de vagas nas instituições públicas e pela necessidade objetiva de sobrevivência é encarado, pelos professores horistas participantes desta pesquisa, como sendo temporário, já que o objetivo final é a conquista de uma vaga de professor no setor público.

Além da escassez de vagas no setor público, ainda é pertinente destacar que, enquanto a seleção para as IES públicas é bastante criteriosa, sendo necessárias alta qualificação e sólida experiência profissional. O mesmo não é observado nas IES privadas, já que muitas dessas instituições até preferem professores menos qualificados e com pouca experiência, tendo em vista o barateamento da mão de obra a ser contratada.

O pano de fundo desse estado de coisas é a nova lógica econômica da acumulação flexível e seu apelo pela financeirização da economia, inclusive, no setor educacional privado. A principal repercussão dessa nova racionalidade foi o acirramento do gerencialismo que, para garantir as margens de lucro em ordem crescente, põe a qualidade do ensino em segundo plano e leva as estratégias de redução de custo às últimas consequências. Desse

modo, passa-se a adotar em larga escala as tecnologias, demissão e recontração de professores com salários menores e com títulos mais baixos, apenas para manter o mínimo exigido pela legislação (Oliveira, 2017).

Além das reverberações diretas e imediatas para a categoria docente, o que parece estar em jogo, a médio e longo prazos, é a formação das próximas gerações, pois, na educação mercadológica, há pouco ou nenhum espaço para a formação do pensamento crítico e reflexivo. Consoante a isso, é pertinente destacar a incerteza sobre a qualidade dos novos trabalhadores brasileiros, já que formados com o mínimo educacional, provavelmente também só terão o mínimo para oferecer em suas práticas profissionais.

Todo esse contexto não se dá de forma despreziosa; trata-se, em grande medida, de um projeto articulado por determinadas instâncias do Estado brasileiro. Especificamente na década de 1990, influenciado pelas propostas de organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, o Brasil passou a adotar a concepção de que a educação não mais seria obrigação exclusiva do Estado, pois deveria ser encarada como uma mercadoria subordinada às leis do mercado (Bosi, 2007; Felix, 2015).

Essa concepção mercantilizada da educação influenciou diretamente na forma de o Estado se relacionar com as IES públicas, fazendo com que tais instituições caíssem no ostracismo, uma vez que passaram a ser vistas, majoritariamente, como onerosas para a máquina pública. Se, por um lado, houve redução no repasse de verbas às universidades públicas, por outro, observa-se um direcionamento de investimentos ao setor privado do ensino superior, especialmente por meio de programas como o FIES.

Conforme Burgarelli (2017), em 2010, a União investia R\$ 13,00 no FIES a cada R\$ 100,00 destinados às universidades federais. No entanto, essa situação se inverteu radicalmente e, em 2014, as despesas com o FIES se tornaram 19% maiores que o montante investido na educação superior pública, o que comprova, de forma inequívoca, a decisão estatal de incrementar a iniciativa privada.

Apesar de parecer que o aumento do investimento no setor privado tenha se revestido em maior acesso ao ensino superior, o que se observou foi um paradoxo. A verdade é que o

crescimento de matrículas na rede privada se manteve inexpressivo, isso porque as IES privadas, mirando nas garantias do financiamento governamental (sem atrasos ou inadimplência), passaram a incentivar seus alunos já matriculados a aderirem ao FIES (Burgarelli, 2017).

Enquanto instituições comprometidas, prioritariamente, com a lucratividade, as IES privadas tendem a elevar seus ganhos, adotando duas estratégias complementares. A primeira se concentra na redução de custos ao precarizar a qualidade do professor, seja enxugando o quadro com demissões ou, ainda, contratando professores com menor qualificação, os especialistas, por exemplo. A segunda estratégia é flexibilizar, ao máximo, os critérios de seleção do estudante, pois na condição de principal cliente da empresa, as IES precisam da mensalidade do “cliente-aluno” (Almeida, 2017).

Embora o foco desta tese seja a precarização do trabalho docente, não há como fugir da constatação de que precarizar o professor é também precarizar o alunado. Desse modo, observa-se que uma pequena parte da população estudantil terá acesso aos “centros de excelência”, geralmente de natureza pública, nos quais se pratica a tríade ensino/pesquisa e extensão e, a maior parcela, terá acesso apenas aos chamados “escolões de 3º grau”, instituições privadas em que o principal objetivo é formar mão de obra para o mercado (Minto & Muranaka, 2001).

Para fazer frente ao empobrecimento da formação, os respondentes desta pesquisa apontam realizar trabalho excedente não remunerado nas IES privadas, pois ainda que ser professor horista signifique ser contratado apenas para a atividade de ensino, os participantes empreendem iniciativas voltadas para a orientação de pesquisas e realização de projetos de extensão. Para tanto, sinalizam como o grande motor de tais iniciativas a identificação pessoal com a atividade docente e o compromisso com a educação.

Nessa perspectiva, o trabalho excedente realizado pelos docentes se assenta em questões de nuance subjetiva, pois os professores assumem um forte senso de comprometimento com a educação. Por outro lado, há que se enfatizar que, sob a lógica neoliberal, é preciso fazer trabalhos extras, pois na organização moderna da empresa, os

trabalhadores competem entre si, não necessariamente por bônus salariais, mas pela manutenção do emprego (Sousa & Piolli, 2017).

Diante desse contexto, para os participantes desta investigação, a remuneração é mencionada como o único critério que diferencia os professores horistas daqueles que possuem regime de trabalho integral. Em outras palavras, o que os respondentes sinalizam e que corrobora os achados da pesquisa de Grisci e Cardoso (2014), é que o trabalho do professor horista, ainda que seja regido por um contrato flexibilizado e que remunera apenas o momento do ensino em sala de aula, vai além do que está formalizado, inclusive requerendo o tempo integral da vida.

É entendimento comum que a atividade docente sempre envolveu trabalho extramuros ao estabelecimento educacional, seja pelo planejamento de aula seja pela elaboração e correção de provas e trabalhos. No entanto, a grande questão que se coloca na atualidade é a progressiva deterioração das condições de trabalho. Nesse contexto, os professores horistas assumem todas as responsabilidades dos docentes de outrora, ou mesmo dos que possuem vínculos mais estáveis, mas com a particularidade de terem um contrato de trabalho muito mais precarizado.

Para agravar ainda mais a situação, o avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), intensificado pelo ensino remoto praticado na pandemia da COVID-19, faz com que a fronteira entre trabalho e vida pessoal fique cada vez mais opaca. Seja via aplicativos de mensagens ou por plataformas de videoconferência, não é raro os professores, mesmo no lazer, precisarem estar disponíveis para resolver demandas de alunos e gestão.

Estudos realizados sobre a docência no contexto pandêmico, em que se utilizou as TDICs massivamente, indicaram impactos negativos para a saúde mental dos professores (Barbosa et al., 2020; Passos et al., 2021). Isso porque a mediação tecnológica trouxe sobrecarga de trabalho e confundiu as fronteiras entre o público e o privado, de modo que os professores não conseguiam mais identificar, nitidamente, o período de trabalho e de descanso (Expósito & Marsollier, 2020).

A realidade atual, marcada pela hiperconexão, engendra uma crescente mescla entre

os mundos biológico, físico e digital (Floridi, 2015). Tal cenário tem tensionado a distinção entre os termos *online* e *offline*, na medida em que indica o surgimento de um novo paradigma, qual seja, o do *onlife* (Moreira & Schlemmer, 2020). Esse novo paradigma traz novas demandas para os professores, pois implica modificações no autoconceito, na sociabilidade e nos modelos de ensino e de aprendizagem.

Não é forçoso mencionar que o uso das tecnologias no campo educacional é uma realidade já consolidada, mesmo antes da Pandemia da COVID-19. Por outro lado, é necessário e urgente se debater as implicações éticas, legais e políticas do uso das TDICs, pois não é raro observar que o digital tem intensificado a sobrecarga do trabalho docente e, desse modo, tem sido mais um instrumento para precarizar os professores.

Outra estratégia cada vez mais utilizada para precarizar e “docilizar” os professores refere-se à cooptação da subjetividade. Convencidos pelo ideário neoliberal de que não mais são trabalhadores, mas sim parceiros e colaboradores, muitos professores passam a se sentir responsáveis pelos problemas que outrora só diziam respeito à gestão (Gerheim, 2022; Sousa & Piolli, 2017). Desse modo, a cooptação da subjetividade do professor, pelo discurso gerencial, faz com que o educador adote o discurso institucional como meio de manter o *status quo* e de apaziguar as tensões entre alunos/clientes e gestão.

Exemplo disso é a utilização da metáfora “vestir a camisa” que, longe de ser apenas um jargão corporativo, traduz o escamoteamento da condição de trabalhador precarizado em prol de uma noção de colaborador. Levado a se perceber, erroneamente, como agente do capital, o docente horista se torna o trabalhador ideal no contexto contemporâneo da administração, pois muito mais alienado do significado e do sentido de seu trabalho (Sousa & Piolli, 2017).

Nesse contexto educacional mercantilizado, com profundas raízes neoliberais, o professor de IES privada tem tido cada vez mais fragmentada sua identidade docente, ora porque é destituído das atividades essenciais ao magistério, ora porque é incumbido de atribuições corporativas. O que está por trás disso é que, no setor privado, o aluno que também é cliente precisa receber sua mercadoria da melhor forma possível para que siga

como pagante na instituição e, desse modo, mantenha a empresa e o salário dos funcionários, entre eles, o professor.

Empobrecidos em seu poder de agir, professores horistas são levados a assumir posturas conformistas em prol da adaptação ao contexto de trabalho. Se por um lado o conformismo pode até ser adaptativo a nível individual, por outro, é danoso para o tecido social, pois ao não enxergar possibilidades de superação das desigualdades, lança-se no movimento de apenas reproduzir o que está posto.

A mercantilização da educação intensificou o processo de precarização do trabalho docente, de forma que isso pode ser observado na contratação (sem garantias), na remuneração (baixa e flutuante) e até mesmo nos processos pedagógicos desenvolvidos no contexto privado. A lógica atual é contratar professores com o mínimo de garantias possível, flexibilizando, inclusive, direitos sociais conquistados ao longo do tempo. Além disso, pratica-se uma remuneração cada vez mais desproporcional à qualificação e às necessidades básicas de subsistência desses professores. Finalmente, o enxugamento do contrato docente impacta diretamente nos processos pedagógicos, já que o fazer docente restrito ao ensino deixa de contemplar toda a complexidade inerente ao processo educativo.

Nesse cenário, os professores horistas, mal remunerados e contratados sob condições instáveis, geralmente se veem obrigados a assumir uma grande quantidade de disciplinas por semestre (Siqueira, 2009). Como o contrato trabalhista é incerto, nem sempre o conjunto de disciplinas está na mesma instituição, em outras palavras, é bastante frequente que o docente horista tenha vínculos com mais de uma instituição (Santos, 2009). Não é forçoso dizer que a sobrecarga de trabalho traz repercussões não apenas no saldo bancário, mas, sobretudo, na saúde física e mental do docente.

Considerações finais

A partir dos achados da presente investigação, constata-se que se respondeu ao objetivo geral de elencar as evidências de flexibilidade e precariedade identificadas na condição de surgimento do professor horista, com recorte para os professores horistas da

cidade de São Luís – MA. Nesse sentido, para os respondentes desta pesquisa, ser professor horista implica estar submetido a um contrato de trabalho marcado, sobretudo, por baixas remunerações e pela flutuação dos rendimentos.

Essa realidade acaba por gerar uma sobrecarga de trabalho, pois, de um lado, esses docentes se veem compelidos a assumir um maior número de disciplinas ou até mesmo a buscar vínculos em outras instituições, na tentativa de ampliar seus ganhos. De outro lado, o compromisso que demonstram com a educação os leva a realizar atividades não previstas no contrato, que remunera exclusivamente a atividade de ensino desenvolvida em sala de aula. Assim, mesmo sem receber por tarefas como o planejamento de aulas ou a orientação de alunos, esses professores as desempenham.

Também é verdade que o trabalhado excedente desses professores não é motivado apenas pelo compromisso pessoal com a educação, mas pela própria conformação da gestão neoliberal do trabalho. Em outras palavras, esses professores têm suas subjetividades cooptadas pelo gerencialismo, de forma a se perceberem, distorcidamente, como agentes do capital.

Além do escamoteamento da condição de trabalhador, na lógica neoliberal, as pessoas são levadas a concorrerem entre si. No contexto da empresa moderna, os trabalhadores competem entre si, não necessariamente porque serão premiados com benefícios ou dinheiro, mas para manter o trabalho. Daí, identifica-se que para se manter empregado, é preciso ganhar cada vez menos e trabalhar cada vez mais.

Nesse contexto de intensificação e sobrecarga de trabalho entre os professores horistas, a crescente utilização das tecnologias tem ganhado destaque. Apesar de serem utilizadas como mediadoras da aprendizagem dos alunos, as tecnologias têm servido, sobretudo, para borrar as fronteiras entre o trabalho e a vida pessoal, de modo que os professores horistas se sentem compelidos a estarem constantemente *on-line*, tendo em vista atenderem às demandas de alunos e gestores.

A permanência dos professores horistas nessa realidade flexibilizada e precarizada se dá, por um lado, pelo desejo de construir experiência para, posteriormente, pleitear uma vaga

como docente em alguma IES pública. E, por outro, pela própria necessidade de sobrevivência, já que, na sociedade do capital, a realidade objetiva se impõe para todos os trabalhadores, independente de qualificação profissional.

Diante desse cenário, é pertinente destacar que os professores horistas sofrem as consequências da ofensiva neoliberal praticada pelo Estado brasileiro, na medida em que optou por mercantilizar a educação. A implementação das políticas de matriz neoliberal no campo educacional tem levado a certo dismantelamento das universidades públicas e incremento das IES privadas, inclusive com verbas públicas e incentivos fiscais.

Finalmente, salienta-se que os resultados desta pesquisa retratam a realidade de um grupo específico e, por isso, não podem ser generalizados. Nesse sentido, sugere-se que sejam empreendidas pesquisas com outros grupos de professores, em diferentes regiões do país e com variados delineamentos de pesquisa, como aqueles de natureza comparativa, com abordagem quantitativa, que utilizem grupos focais ou, mesmo, recorte longitudinal.

A despeito das limitações, constata-se que esta pesquisa apresenta sua relevância, não apenas por elencar as evidências da flexibilização e do trabalho precário entre os professores horistas, mas também por proporcionar aos respondentes um espaço para refletirem sobre a própria condição de trabalhador precário e, assim, visualizarem possíveis caminhos de superação. Ademais, esta investigação promove o debate científico e social sobre como a realidade dos professores horistas implica diretamente no projeto de país que se almeja.

Referências

- Almeida, W. M. (2017). ProUni sob balanço: avanços e limites à luz de experiências estudantis na cidade de São Paulo. In G. Maringoni (Org.), *O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco* (pp. 115-128). Federação dos Professores do Estado de São Paulo – Fepesp; Olho d'Água.
- Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. Boitempo.
- Barbosa, A. M., Viegas, M. A. S., & Batista, R. L. N. F. F. (2020). Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. *Revista Augustus*, 25(51), 255-280.
<https://dx.doi.org/10.15202/1981896.2020v25n51p255>
- Biernacki, P., & Waldorf, D. (1981). Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, 2, 141-163.
<https://doi.org/10.1177/004912418101000205>
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, 28(101), 1503-1523.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>
- Burgarelli, R. (2017). Explosão e implosão do Fies: como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. In G. Maringoni (Org.), *O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco* (pp. 37-54). Federação dos Professores do Estado de São Paulo – Fepesp; Olho d'Água.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2016). *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEC*.
http://iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Expósito, C. D., & Marsollier, R. G. (2020). Virtualidad y educación en tiempos de COVID-

19. Un estudio empírico en Argentina. *Educación Y Humanismo*, 22(39).
<https://doi.org/10.17081/eduhum.22.39.4214>
- Felix, M. S., Jr (2015). *Significados do trabalho docente: um estudo com professores horistas de cursos de administração em instituições de ensino superior privada* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Grande Rio "José de Souza Herdy"]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Unigranrio. <https://tede.unigranrio.edu.br/handle/tede/53>
- Ferrer, W. M. H., & Rossignoli, M. (2016). Expansão do ensino superior e precarização do trabalho docente: o trabalho do “horista” no ensino privado. *Cadernos de Pesquisa*, 23 n. spe., 106-118. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p106-118>
- Floridi, L. (Ed.). (2015). *The onlife manifesto: Being human in a hyperconnected era* (Vol. 1). Springer. <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-04093-6.pdf>
- Gerheim, M. S. (2022). Gerencialismo e precariedade subjetiva: o trabalho do professor no setor privado. In F. G. Castro & J. B. Ferreira (Orgs), *Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva* (pp. 130-162). Editora Fi.
- Grisci, C. L. I., & Cardoso, J. (2014). Experimentação do tempo e estilo de vida em contexto de trabalho imaterial. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(4), 851–865.
<https://doi.org/10.1590/1679-395114752>
- Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. Edições Loyola.
- Minto, C. A., & Muranaka, M. A. S. (2001). Políticas públicas atuais para a formação de profissionais da educação no Brasil. *Universidade e Sociedade*, 11(25), 134-143.
- Moreira, J. A., & Schlemmer, E. (2020). Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. *Revista UFG*, 20(26), 1-35. <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.63438>
- Oliveira, R. P. (2017). A financeirização da economia e suas consequências para educação superior no Brasil. In G. Maringoni (Org.), *O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco* (pp. 27-36). Federação dos Professores do Estado de São Paulo – Fepesp; Olho d’Água.
- Passos, A. L. V., Brito, A. S., & Araújo, L. F. (2021). Representações sociais para professores de instituições de ensino superior privadas sobre aulas remotas e docência no contexto

da pandemia COVID-19. *Psicologia, Educação e Cultura*, 25, 43–59.

<http://hdl.handle.net/10400.26/36686>

Salviati, M. E. (2017). *IRaMuTeQ: Um software gratuito para análises estatísticas sobre corpus textual*. <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/apostila-iramuteq.pdf>

Santos, A. F. T. (2009). Educando trabalhadores na “universidade micro-ondas”: novos modelos produtivos, trabalho docente e qualidade da formação humana sob o efeito do MERCADO educador. In M. Monken & A. V. Dantas (Orgs.), *Estudos de politecnia e saúde*. EPSJV.

Siqueira, T. C. (2009). Ensino superior privado: notas sobre o trabalho dos docentes nas instituições particulares de ensino superior em Brasília. *Revista de Ciências Sociais*, 40(2), 62-71. <http://www.periodicos.ufc.br/revoienso/article/view/486/468>

Sousa, A. L. H., & Piolli, E. (2017). Expansão do ensino superior privado a partir dos anos 1990: educação mercantil e precarização do trabalho docente. In G. Maringoni (Org.), *O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco* (pp. 145-158). Federação dos Professores do Estado de São Paulo – Fepesp; Olho d’Água.

Estudo 3. Mercantilização da educação superior: processos de trabalho dos professores horistas de São Luís – MA

Introdução

A crise do capital, na década de 1970, teve como principal consequência a reorganização do modelo capitalista de produção. Apesar das muitas modificações observadas, é inegável que o trabalho ainda figura como o grande organizador da vida das pessoas, inclusive daquelas que estão desempregadas ou mesmo já aposentadas. Longe de ter sua importância apenas na garantia da existência material por meio da aquisição de renda, o trabalho também desempenha importante papel na organização da esfera psíquica (Navarro & Padilha, 2007).

Diferentemente da sociedade moderna, liberal e industrial, em que o foco do discurso gerencial era o corpo do trabalhador e sua capacidade produtiva, na sociedade neoliberal, busca-se a construção de um novo sujeito, muito mais individualizado e competitivo. O objetivo é a captura da subjetividade para moldar o desejo e a vontade de realização pessoal em prol dos interesses da empresa. Instiga-se o trabalhador a se enxergar e sentir como agente do capital e, como resultado, tem-se o surgimento do sujeito empresarial ou empresário de si (Dardot & Laval, 2016).

Ser empresário de si implica, dentre outras coisas, mobilizar todo um conjunto de recursos subjetivos, lançando mão das capacidades psíquicas e relacionais para bem executar o seu trabalho. Nesse processo, em que o emprego passa a ser encarado como a totalidade da vida, resta ao trabalhador o imperativo de construir uma identidade flexível, polivalente e capaz de se adaptar às constantes mutações do mercado (Gaulejac, 2007).

O surgimento desse sujeito se alinha a uma máxima da concepção de vida neoliberal, a saber, o crescimento ilimitado. Essa concepção de vida produz não somente a precariedade objetiva, materializada pelas diversas desregulamentações, subcontratações e depreciação salarial, mas também, propicia o surgimento da precariedade subjetiva (Corbanezi, 2024). Ao lado da suposta liberdade de escolha preconizada pelo individualismo, sobressaem elementos

– mobilidade, aceleração, adaptação e gestão de risco – que instituem a precariedade subjetiva e se apresentam como condição essencial para o sucesso social.

O êxito da implementação das práticas gerenciais, com a conseqüente captura da subjetividade do trabalhador, só foi possível graças à existência de um contexto de trabalho marcado pela flexibilidade, em que a instabilidade do emprego é adotada como projeto. Isso porque ser empresa de si é lidar continuamente com o risco, o que é visto positivamente pela lógica de mercado, já que o risco seria uma condição para o crescimento pessoal e profissional (Dardot & Laval, 2016; Grisci & Cardoso, 2014).

O lado perverso dessa perspectiva é a individualização do desempenho, de modo que o sucesso e o fracasso são tidos como unicamente dependentes do indivíduo. Nesse ínterim, os trabalhadores perdem as referências dos coletivos de trabalho, passam a trabalhar cada vez mais, e quando não atingem as metas estabelecidas, experimentam o fracasso profissional como sendo o fracasso da própria existência.

Entre os trabalhadores da educação, essa realidade não é diferente e se manifesta nas condições de trabalho vivenciadas diariamente pelos professores. Com a adesão das IES privadas ao modelo de gestão neoliberal e a valorização crescente do individualismo, os professores, para sobreviverem ao novo ambiente laboral, acabaram levados ao distanciamento das pautas coletivas. Como resultado, tendem a aceitar a ideologia corporativa ou adotam formas isoladas de resistência que, no entanto, pouco alteram as adversidades enfrentadas (Gerez & Bracht, 2019).

O esvaecimento do sentido das pautas coletivas reverbera não apenas na depreciação salarial ou na debilidade do vínculo, como nitidamente observado no caso dos professores horistas. Também implica na crescente perda da autonomia dos professores, uma vez que o empobrecimento do posto de trabalho, por meio da fragmentação, tem sido viabilizado pela imposição de pacotes didático-pedagógicos a fim de transformar o professor num mero “aplicador” de aulas (Grisci & Cardoso, 2014).

No contexto da empresa neoliberal, a perda de autonomia, ou a adoção de uma "autonomia controlada", é fundamental para a implementação do trabalho flexível e

precarizado. Para o professor, a fragmentação do seu trabalho compromete a identidade docente, uma vez que, ao contrário do passado, já não se exige mais a orientação contínua do saber (Sousa & Piolli, 2017). Ao transformar o trabalho docente em uma atividade simplificada, vulnerabiliza-se o professor aos interesses do mercado e o torna facilmente descartável.

Uma pesquisa, que buscou entender como o trabalho na contemporaneidade influencia no estilo de vida de professores horistas de distintas IES privadas, teve como principal achado que há uma crescente invasão do tempo de trabalho na vida pessoal desses trabalhadores (Grisci & Cardoso, 2014). Isso porque a atual gestão do trabalho preconiza que esses profissionais, independentemente de estarem no local e/ou no horário de trabalho, não apenas estejam continuamente disponíveis, mas que respondam às demandas organizacionais em caráter de urgência, isso graças ao avanço da informatização.

Ainda que sejam remunerados apenas pelas horas dedicadas ao ensino em sala de aula, a contínua pressão pela disponibilidade integral dos docentes horistas tem como resultado a intensificação do trabalho. Para Ferrer e Rossignoli (2016), a intensificação do trabalho do professor horista envolve, pelo menos, três vertentes, a saber: a) dominar a utilização de material multimídia para elaborar aulas “criativas” que “prendam” a atenção de turmas cada vez mais lotadas; b) manter contínua atualização do Currículo Lattes, especialmente no que se refere a publicações com QUALIS/CAPES de estrato elevado; e c) acumular funções tradicionalmente atribuídas às secretarias, como lançar notas e faltas nos sistemas eletrônicos das IES privadas.

Tendo em vista que, na lógica neoliberal da educação mercantilizada, as IES privadas continuamente precarizam e flexibilizam o vínculo de trabalho do professor horista, questiona-se: como o processo de precarização reverbera nos processos organizativos do docente horista? Para responder a esse questionamento, estabeleceu-se como objetivo desta pesquisa: investigar as reverberações da precarização nos processos organizativos do trabalho do docente horista.

Método

Tipo de pesquisa

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, realizado com dados transversais. Contou-se com a participação de uma amostra não probabilística e por conveniência.

Local de estudo

A pesquisa de campo foi realizada na cidade de São Luís - MA. O pesquisador, a partir de seu próprio círculo de relações socioprofissionais, contatou professores horistas vinculados a IES privadas.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população estimada da cidade de São Luís é de 1.037.775 pessoas. Em relação a trabalho e rendimento, em 2021, o salário médio mensal era de 3,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 34,91%.

Segundo dados do site do e-MEC, na modalidade presencial de ensino, atualmente, há 23 faculdades privadas. Dessas, 22 possuem fins lucrativos e uma é privada de natureza confessional.

Participantes

A pesquisa contou com a participação de 8 professores horistas, com idades variando entre 30 a 39 anos ($M = 33,75$; $DP = 2,76$). Os participantes eram, majoritariamente, mulheres (5), de cor/etnia parda (5), com bacharelado em Serviço Social (3), renda entre 3 ou mais salários mínimos (4), com mais de cinco anos de atuação na docência (5) e que tinham na docência horista a principal ocupação (7). Maior detalhamento dos dados sociodemográficos pode ser verificado na Figura 2, na seção de Método desta tese.

A respeito dos critérios de inclusão na pesquisa de campo, destacam-se: professores, independente de gênero, que tinham vínculo empregatício com uma IES privada, preferencialmente faculdades, e que o regime de trabalho fosse como professor horista há, pelo menos, um ano. Portanto, professores com contrato parcial ou integral e de instituições

públicas não participaram deste estudo. Ademais, ressalta-se que os referidos critérios de inclusão guardam alguma semelhança com os critérios adotados por Felix (2015) em sua pesquisa de mestrado, que também teve como foco professores horistas.

Para a seleção dos participantes, utilizou-se a técnica metodológica “bola de neve”, que consiste na seleção de uma amostra não probabilística, na qual os primeiros participantes da pesquisa sinalizam os demais participantes que, por sua vez, indicam outros, e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto pela pesquisa, atingindo um ponto de saturação quando os novos participantes passam a sinalizar elementos já obtidos em momentos anteriores (Vinuto, 2014). A partir do critério de saturação e do alcance dos objetivos propostos inicialmente, esta pesquisa contou, ao final, com a participação de oito professores horistas.

Instrumentos e procedimentos

Para operacionalização da pesquisa, utilizaram-se os seguintes recursos metodológicos: questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada. Nesta investigação, a aplicação do questionário teve por finalidade coletar informações sobre o perfil dos participantes, a saber: gênero, idade, cor/etnia, estado civil, escolaridade, renda, tempo de atuação como professor horista e principal ocupação profissional.

A aplicação dos questionários foi realizada por meio da plataforma *Google Forms*. Inicialmente, os professores foram contatados via aplicativo de mensagens (*WhatsApp*), ocasião em que receberam uma breve apresentação da pesquisa e o convite para participação. Aqueles que demonstraram interesse em contribuir com o estudo receberam, de forma *on-line*, o *link* de acesso ao formulário. Na primeira página do formulário, encontrava-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deveria ser lido atentamente. Somente após o aceite formal no TCLE, os participantes eram direcionados automaticamente para a página seguinte, onde se encontrava o questionário sociodemográfico. Ao todo, 11 professores foram contatados, dos quais 8 consentiram em participar da pesquisa e responderam ao formulário.

A realização da entrevista semiestruturada, por sua vez, teve como finalidade compreender as evidências da flexibilização e, conseqüentemente, da precarização identificadas no exercício profissional dos professores horistas. Para tanto, utilizou-se as questões norteadoras: (3) “Como o(a) senhor(a) enxerga a estrutura da organização das atividades do professor horista?” e (4) “Como o(a) senhor(a) percebe a valorização do trabalho do professor horista pelas Instituições de Ensino Superior privadas?”.

As entrevistas foram individuais e realizadas por chamada de vídeo. Com autorização expressa dos participantes, gravou-se o áudio da chamada de vídeo para posterior transcrição e, após transcritos na íntegra, os áudios foram descartados. Os participantes foram orientados a buscarem um local silencioso e sem interrupções, a fim de que pudessem se sentir mais confortáveis para revelarem suas experiências subjetivas com o trabalho precário enquanto docentes horistas.

Análise de dados

Os dados sociodemográficos foram apresentados de forma descritiva, conforme pode ser observado na Figura 2. Por sua vez, os dados provenientes das entrevistas semiestruturadas gravadas foram transcritos integralmente em um arquivo no *Word*. Na sequência, as variáveis descritivas foram codificadas para a criação das linhas de comando, a fim de possibilitar a identificação de cada respondente.

Após a revisão criteriosa do arquivo, criou-se um banco de dados em arquivo de texto (.txt) no *software* LibreOffice© 6.3.3, inserindo cada linha de comando e abaixo os textos referentes a cada uma das duas perguntas formuladas na pesquisa. Vale ressaltar que essas linhas de comando permitem que o *software* IRaMuTeQ, versão 0.7 alpha 2, identifique cada sujeito e suas variáveis, associando estatisticamente os dados das entrevistas a cada respondente, o qual é reconhecido por uma codificação (Salviati, 2017).

Acerca das análises de dados, o IRaMuTeQ pode processar arquivos de textos de duas maneiras: a primeira alternativa seria construir um *corpus* textual (banco) para cada questão em arquivos separados; já a segunda, seria agrupar as questões por temática em um único

corpus textual (Camargo & Justo, 2016). A fim de otimizar a discussão dos achados, a análise por eixos temáticos (grupo de questões) foi adotada neste estudo. Assim, as respostas das questões 3 e 4 foram agrupadas em um único banco.

Na sequência, após a organização dos dados nos arquivos de texto, esses foram processados pelo *software* IRaMuTeQ, versão 0.7 alpha 2, que se trata de um programa que realiza análises estatísticas a partir de dados textuais, como entrevistas, jornais, dentre outros materiais em texto (Camargo & Justo, 2016). Desse modo, a fim de compreender a visão de professores horistas acerca da precarização do trabalho docente, realizou-se a análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), também conhecida como método de Reinert.

De acordo com Salviati (2017), a CHD é uma forma de representar graficamente as relações entre as palavras utilizadas em um texto. Assim sendo, essa análise permite reconhecer grupamentos de vocábulos que exprimem sentidos próximos, e, portanto, reconhecer quais são os sentidos inferidos no material analisado.

Aspectos éticos

Para a realização da pesquisa, foram considerados os aspectos éticos que envolvem as pesquisas com seres humanos, conforme o que dispõem as Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Desse modo, salienta-se que a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, apresentando CAEE: 59975622.2.0000.5054 e número do parecer de aprovação: 5.557.175. Mediante a aprovação pelo comitê, o pesquisador, a partir de seu próprio círculo de relações profissionais, iniciou os contatos com os possíveis participantes da pesquisa. Uma vez que o contato foi feito diretamente com os professores horistas, e a participação se deu fora do ambiente de trabalho, não se buscou autorização institucional. Ressalta-se, ainda, que a participação na pesquisa foi voluntária e anônima, sendo consentida mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), instrumento no qual constam todas as informações sobre a pesquisa, como: os objetivos, os riscos e os benefícios.

Resultados

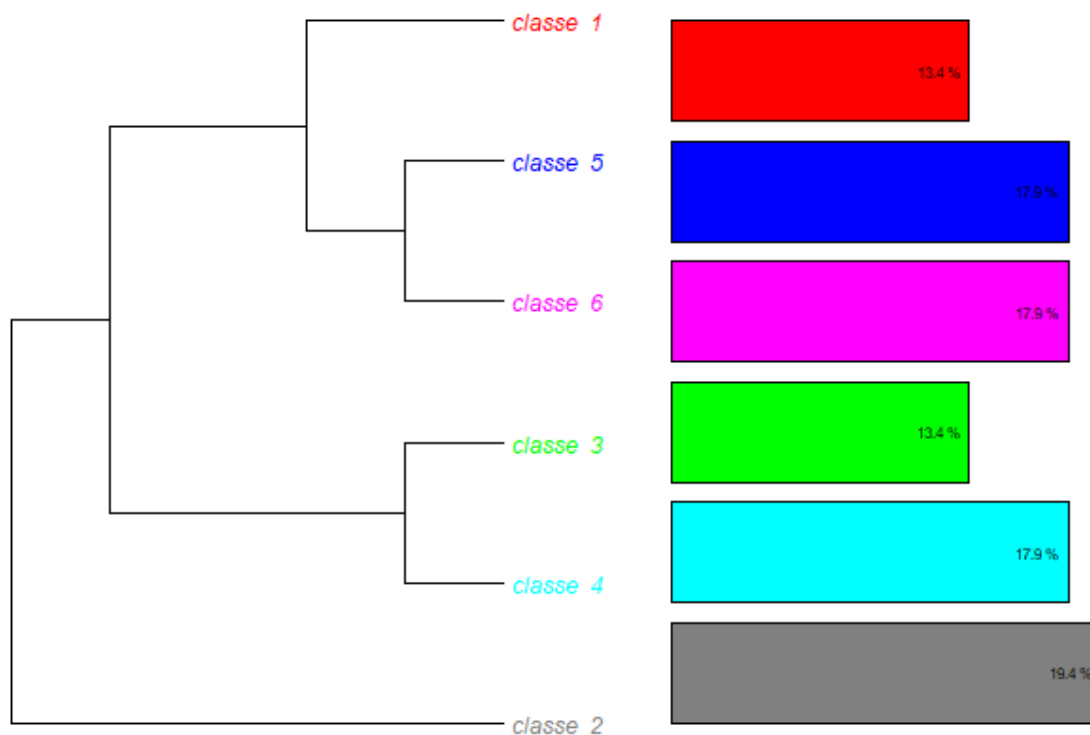
Percepções acerca da rotina de trabalho docente e da (des)valorização do professor horista

O *corpus* acerca das percepções sobre a rotina de trabalho docente e da (des)valorização do professor horista foi constituído de 8 textos (entrevistas) e dividido em 171 segmentos de texto (ST), em que houve 1.218 palavras diferentes, com uma frequência de 5.870 palavras, as quais foram distribuídas com média de 34,32 por ST, de forma que 134 segmentos (78,36%) foram retidos na CHD, sendo distribuídos em 6 classes. A retenção na análise foi considerada dentro dos parâmetros estabelecidos por Camargo e Justo (2016), os quais asseveram um aproveitamento mínimo de 75% dos segmentos de texto. Em razão do número de entrevistados, não foi relevante estabelecer a associação estatística das variáveis sociodemográficas com cada classe.

Conforme se observa na Figura 6, o *corpus* principal se segmentou em 4 *subcorpus*, ou seja, grupamentos de classes segundo as ramificações e os sentidos próximos (Salviati, 2017). Desse modo, o primeiro *subcorpus* foi formado pela classe 2; o segundo, constituído pelas classes 3 e 4; o terceiro, formado pela classe 1 e o último, composto pelas classes 5 e 6.

Figura 6

Dendograma do corpus textual acerca de percepções da rotina de trabalho docente e da (des)valorização do professor horista



Na Tabela 2 estão representadas as seis classes em que o *corpus* textual se segmentou, com o título, o número de STs que a compõe, a pergunta associada (3 ou 4), quando pertinente e as palavras com maior associação estatística com a classe, levando em consideração o coeficiente do teste de associação qui-quadrado com um nível de significância estatística de $p < 0,05$.

Tabela 2*Percepções sobre a rotina de trabalho docente e a (des)valorização do professor horista*

Classe	ST/Pergunta	Palavras	f	χ^2
Classe 2: Rotatividade estratégica	26 ST = 19,4% Pergunta 4	acontecer	6	26,09
		passar	6	26,09
		contratar	6	26,09
		número	5	21,57
		depois	5	16,42
		inclusive	5	12,78
		ano	3	12,75
		reduzir	3	12,75
		acreditar	4	12,2
		carga horária	6	11,39
		apenas	5	10,1
		grande	3	8,15
		sim	3	5,47
		ali	5	5,2
		conseguir	4	5,09
		coordenação	2	4,38
		quase	2	4,38
		projeto	2	4,38
precarização	2	4,38		
contar	2	4,38		
nível	2	4,38		
Classe 1: Mercantilização da educação superior e superqualificação do exército de reserva	18 ST = 13,43%	Bom	5	33,47
		pagar	5	21,36
		condição	4	19,79
		corpo	3	19,78
		também	8	17,2
		retorno	3	13,44
		relação	4	12,14
		trabalho	9	9,86
		existir	2	7,48
		querer	2	7,48
		serviço	2	7,48
		mestrado	2	7,48
		dia	3	5,5
		muito	8	4,84
		mesmo	5	4,28
já	3	4,24		
Classe 5: Tensões e possibilidades da relação professor-aluno	24 ST = 17,91%	Falar	5	18,29
		sala	7	14,65
		forma	7	12,65
		aula	9	11,73
		aluno	10	11,22
		quando	5	9,3
		ficar	4	7,73
		pensar	4	7,73
		negativo	3	6,26
		espaço	2	4,96
		sentar	2	4,96
		preencher	2	4,96

		até	6	4,74
		estar	13	4,28
		mais	8	4,15
Classe 6: Cobranças excessivas e controle institucional	24 ST = 17,91%	cobrar	6	23,09
		métrica	4	18,9
		exemplo	5	18,29
		receber	5	14,39
		educação	3	14,06
		tentar	4	13,62
		cobrança	6	13,02
		colocar	4	10,16
		acabar	8	9,96
		produto	3	9,14
		reconhecimento	3	9,14
		desproporcional	3	9,14
		tornar	3	6,26
		melhor	3	6,26
		aqui	3	6,26
		mínimo	2	4,96
		disponibilidade	2	4,96
		principalmente	2	4,96
		olhar	2	4,96
		diretamente	2	4,96
		aceitar	2	4,96
		instituição	11	4,86
		gente	13	4,68
		sempre	3	4,4
Classe 3: Trabalho docente invisibilizado e não remunerado	18 ST = 13,43%	demanda	7	40,14
		organização	4	26,57
		planejamento	3	19,78
		aluno	9	14,56
		dinâmica	4	12,14
		vista	2	7,48
		rotina	3	7,22
		chegar	3	7,22
		porque	11	6,62
		atividade	4	5,42
		ali	4	5,42
		ponto	2	4,74
		nota	2	4,74
		lá	4	4,49
Classe 4: Economia da precarização	24 ST = 17,91%	ganhar	5	23,8
		trabalhar	7	23,52
		tudo	7	19,94
		remunerar	4	18,9
		hora	8	16,37
		professor horista	5	14,39
		atividade	6	10,94
		conteúdo	3	9,14
		como	8	5,38
		docente	2	4,96

inteiro	2	4,96
consideração	2	4,96
não	15	4,77
sistema	4	4,62
coisa	3	4,4
mesmo	6	4

Classe 2: rotatividade estratégica

Esta classe emergiu como central no *corpus* analisado, destacando-se no primeiro *subcorpus* em relação às demais. Além disso, essa classe apresentou uma maior associação estatística com a pergunta 4 (Como o(a) senhor(a) percebe a valorização do trabalho do professor horista pelas IES privadas?), revelando uma prática institucional sistêmica de desligamento e recontração de professores horistas como mecanismo de contenção de custos. Os discursos demonstram um padrão cíclico em que docentes experientes são demitidos quando seus reajustes salariais acumulados se tornam inviáveis para as instituições, sendo posteriormente recontraçados com cargas horárias drasticamente reduzidas, como evidenciam os relatos:

“(...) alguns desses professores são, inclusive, desligados. Depois de um tempo eles são contratados de novo com uma hora baixíssima, então esse ciclo ele acaba acontecendo. Tem professores que acabam passando cinco, dez anos em uma instituição, ele é desligado, porque obviamente, anualmente, a inflação reajusta e quando chega em um determinado número esse professor é desligado e é [re]contratado. Ele, inclusive, às vezes é recontraçado depois de seis meses, um ano, porque o professor é excelente no que ele faz, mas aquele número já não está agradando mais as instituições, isso é no âmbito privado, eu não conheço como que acontece no público” (Participante 2).

“(...) não há valorização, eu não sei se é uma realidade geral, mas eu acredito que sim. Eu percebo que na gestão da instituição na qual eu estou vinculada o discurso dos cargos de chefia, que em tese são nossos chefes, eles ficam ali naquela linha de que se você não está gostando você pode sair, vamos ter outras pessoas para contratar (Participante 4).

“(...) apenas que eles estavam demitindo em um processo de demissão em massa esses professores para contratar novos professores com carga horária reduzida, que aí eles conseguiram reduzir inclusive o número de disciplinas, as disciplinas que seriam presenciais. Quando eu entrei, nós tínhamos uma carga horária de estágio de 15 horas, foi reduzindo para 13, depois para 10, depois para 8, e, por fim, quando eu saí de lá, eu estava com uma carga horária de estágio de 2 horas semanais” (Participante 5).

Os dados revelam que, em lugar da valorização dos professores, o que há nas IES privadas é uma progressiva precarização das condições de trabalho. Emblemático desse contexto é a utilização da instabilidade como estratégia da gestão de pessoal, como pode ser verificado nas demissões em massa, seguidas de recontrações em condições mais precárias.

Classe 1: mercantilização da educação superior e superqualificação do exército de reserva

A presente classe se encontra no *subcorpus* derivado da classe anterior e possui relação de sentido aproximado, desvelando como a lógica de mercado transformou a relação pedagógica em transação comercial, na qual alunos se comportam como clientes e a instituição de ensino opera como empresa. Essa relação transacional entre docentes e discentes é marcada principalmente pelo discurso do “estou pagando”.

Como agravante desse cenário, em que o professor é visto apenas como um meio para gerar lucro para as IES privadas, tem-se o fato de que há grande contingente de professores qualificados em situação de desemprego. A maior qualificação do exército de reserva tem sido usada como moeda de barganha para o empregador deteriorar cada vez mais as condições de trabalho do seu quadro de professores horistas, como se pode observar nos depoimentos a seguir:

“(...) por vezes, é uma galera que apenas quer um diploma mesmo e tudo bem para eles. A gente está vivendo uma onda também de que – eu acho que a gente já pode dizer no nosso tempo –, a gente percebe, assim, um alunado que vai se desenhando e eu penso,, assim que talvez isso seja muito específico também dessa relação privada, já que eu estou pagando por esse serviço, então, eu sei que estou pagando, aí eu quero

meu retorno disso, e o retorno disso é: ‘eu quero notas boas, independente do que eu faça, eu não quero muitos problemas, o que puder me dar ponto, me dá’. Então, é muito nessa relação de que eu estou pagando por um serviço e, é isso, e eu acho que até isso, às vezes, também vai mexendo com a nossa saúde mental, essa relação com os alunos (Participante 1).

“(…) que dá uma comodidade muito farta para quem é dono de instituição de ensino superior privada, que é o fato de que, antigamente, havia um corpo desempregado que ele não era muito bom, que a gente até justificava: ‘ah! Não está empregado porque não é bom’, mas hoje em dia não, o desempregado é um corpo de desemprego qualificado, que tem mestrado, que tem doutorado, que está ali disposto a entrar de qualquer forma. Então, assim, eu vejo que as condições de trabalho elas são muito prejudiciais e é uma forma muito cômoda para quem investe, que investe mesmo no retorno financeiro do ensino superior privado” (Participante 4).

Os relatos destacam como a mercantilização da educação tem reverberado no cotidiano da sala de aula, uma vez que impacta a relação professor-aluno e acarreta desafios para a saúde mental dos docentes. Ainda no cenário privatista, as instituições se beneficiam de um exército de reserva de docentes qualificados, enquanto impõem condições trabalhistas degradantes.

Classe 5: tensões e possibilidades da relação professor-aluno

A classe 5 deriva da classe 1 e se encontra na mesma ramificação que a classe 6. Nesta classe, emerge o núcleo paradoxal da experiência docente, pois, ao mesmo tempo em que a sala de aula é espaço de realização profissional, é também fonte de desgaste emocional, uma vez que, embora os vínculos com alunos forneçam sentido ao trabalho, a constante vigilância e as demandas extrassala corroem a saúde mental dos professores, como se verifica nos relatos subsequentes:

“(…) ‘aquela sua aula me ajudou muito, aquela sua discussão me ajudou muito, aquela sugestão de livro me ajudou muito’. Eu acho que nesse momento a gente sente ainda

que, talvez de uma forma mais ou menos intensa, os alunos de uma certa forma, às vezes, dão algum retorno que preenche essa nossa necessidade de estarmos de alguma forma nesses espaços, mas até isso tem ficado muito difícil, porque é um alunado que tu conheces bem (...)” (Participante 1).

“(...) e outra uma linha muito tênue de você saber o que você vai falar, como vai falar o que está pensando, como vai colocar isso em sala de aula, porque tudo, de alguma forma, a sensação é de vigilância, é de que o que você está falando pode se tornar algo muito [maior] lá fora, no sentido da sala de aula é multiplicado. Então, essa sensação de vigilância é o tempo inteiro” (Participante 1).

“(...) ‘meu querido! vamos resolver isso aqui’, sendo que o nosso intuito em sala de aula é realmente lecionar, então, isso acaba se tornando muito negativo, até para a própria saúde emocional desse professor” (Participante 2).

“(...) eu falo assim que, quando eu estou na sala de aula, pelo menos é o menor dos problemas, é melhor quando eu estou na sala de aula do que quando eu tenho que executar algum trabalho administrativo, ainda mais esses trabalhos administrativos que, por vezes, são delegados para a gente, são repassados” (Participante 3).

Com base nos relatos, fica evidente que, no contexto das IES privadas, a relação professor-aluno se encontra tensionada pela mercantilização da educação e pela crescente perda de autonomia dos docentes. Dessa forma, enquanto a interação com os alunos pode ser uma fonte de significado para o trabalho dos professores, ela também tem se mostrado, com frequência, um fator de risco para a saúde mental desses profissionais. Esse quadro é ainda agravado pela intensificação das demandas institucionais, que envolvem trabalho extramuros e não remunerado.

Classe 6: cobranças excessivas e controle institucional

A referida classe se encontra no mesmo *subcorpus* que a classe anterior e apresenta, em seu conteúdo, temática semelhante, uma vez que destaca, principalmente, sobre as cobranças institucionais e a sobrecarga de trabalho sentida pelos docentes. Ainda, expõe

mecanismos sofisticados de assédio institucional, onde estratégias de retenção, como horários intercalados e *rankings* de desempenho criam um ambiente de competição induzida e controle. A transformação da educação em produto atinge seu ápice nesta classe, com os professores reduzidos a entregadores de um pacote educacional padronizado, custe o que custar, como se nota nos excertos abaixo:

“(...) enfim, aí dessa parte surge uma cobrança que é desproporcional, a gente não recebe treinamento e como não recebe nenhum tipo de instrução, a gente acaba sendo cobrado por algo que a gente nem tem culpa” (Participante 3).

“(...) inclusive, é algo que a gente acaba sofrendo um tipo de assédio de outras instituições e nós acabamos não tendo disponibilidade, por exemplo, de tempo para ceder para outras instituições, então, eles acabam limitando a gente da forma que for para tentar segurar sem ser pela via da remuneração. Eles seguram, por exemplo, colocando horários intercalados, horários quebrados, então, todas as formas de tentar segurar o professor eles fazem, então, a gente recebe proposta de outras instituições e a gente não tem como aceitar” (Participante 3).

“(...) o reconhecimento da instituição ainda segue a métrica mesmo de colocar, às vezes, até um professor contra o outro, é tipo: ‘oh! Você é o melhor!’ E eles fazem um *ranking*, por exemplo” (Participante 3).

“(...) eu acho que é bem pesada a cobrança, principalmente nas instituições privadas. As instituições privadas cobram muito diretamente a gente, então, essas cobranças acabam refletindo no bem-estar desse profissional. A instituição talvez ainda não tenha tomado as medidas necessárias e, mesmo assim, eu ainda sou cobrado, então, eu acho que essas cobranças se tornam extremamente negativas para a saúde mental do professor, e isso é em função da educação ter se tornado um produto. Então, eu acho que a educação, como se tornou um produto, esse produto é cobrado diretamente a quem leva esse produto ao cliente, e este é o professor, o professor é quem entrega o produto que está lá no escopo do contrato educacional do discente” (Participante 2).

Com efeito, fica evidente o quanto os docentes estão submetidos a uma relação de

trabalho precarizada, sendo cobrados excessivamente, inclusive, por coisas para as quais não são capacitados. Além disso, não raro, tornam-se reféns da instituição empregadora por meio de práticas que impedem que lecionem também em outras instituições de ensino superior.

Classe 3: trabalho docente invisibilizado e não remunerado

A classe 3, a qual se encontra no último *subcorpus* textual, na mesma ramificação que a classe 4, debate principalmente sobre a “ficção” da hora-aula, e desmonta o principal argumento contábil que denota a precarização, a falácia de que o trabalho docente se restringe ao momento do ensino em sala de aula.

Na realidade, atividades como preparação de aulas, correção de trabalhos e burocracias diversas consomem horas não remuneradas, criando um trabalho invisível dos professores nas instituições. Essa carga de trabalho extramuros da IES privada não é remunerada, uma vez que as instituições, em sua maioria, pagam somente pela hora em sala de aula, como apontam os relatos dos docentes na sequência:

“(…) mesmo sendo professor horista, eu sempre me envolvo em atividade de formação com os alunos, de seminários, de eventos, porque eu sei que vão acrescentar na formação deles, e isso demanda muito tempo de organização, de articulação de pessoas que vão fazer as palestras, que vão participar das mesas de debate, que vão estar ali naquela dinâmica daquele evento. A gente sabe que todo evento acadêmico demanda realmente esse planejamento, essa articulação, esse trabalho de bastidores, de formiguinha, de estar ali naquela frente de organização, isso demanda tempo da gente” (Participante 5).

“(…) se você não for alocado a essas disciplinas, aí é uma questão de organização da instituição e não um problema do professor em si, porque a gente não tem culpa se não tem demanda dos alunos, então, se não tem demanda dos alunos pelo curso, pela disciplina, então, a gente não deveria ser penalizado por conta disso” (Participante 3).

“(…) vamos dizer assim, que o ritmo do trabalho do professor é outro, então, tem cobrança de entrega do planejamento, tem uma rotina que tem que ser cumprida, tem

um certo conteúdo que ele tem um prazo para ser trabalhado com o aluno. O planejamento ele tem que ser feito *a priori* por mais que você consiga ainda fazer uma adaptação, mas é uma rotina que não atende a demanda do professor. Assim, é uma rotina de trabalho que o professor tem uma outra dinâmica, então, acho que essa organização das atividades [como horista] leva em consideração a comparação da atividade do professor com outras profissões” (Participante 8).

Nesse sentido, percebe-se que grande parte das atividades docentes não são remuneradas, com frequência ocorrendo uma equiparação inadequada da profissão com outras da iniciativa privada. Desse modo, a produtividade é medida apenas pelo tempo dedicado às aulas, ignorando que a prática docente é muito mais abrangente.

Classe 4: economia da precarização

Por fim, a última classe, a qual se encontra no mesmo *subcorpus* que a classe 3, possui relação de sentido aproximado com a classe anterior e apresentou maior associação estatística para a pergunta 3 (Como o(a) senhor(a) enxerga a estrutura da organização das atividades do professor horista?).

A referida classe sintetiza as contradições estruturais do sistema, como a remuneração por hora-relógio, que ignora completamente a natureza intelectual do trabalho docente, assim como tarefas administrativas que são invisibilizadas pelas instituições em relação ao pagamento, como se evidencia nos discursos a seguir:

“(...) eu acho que uma das questões mais problemáticas, discutíveis e talvez que cause mais desagrado em relação à atividade docente, porque para a grande maioria da rede privada o professor horista somente é remunerado pela hora que ele está em sala de aula. Então, você está ali apenas sendo pago pela hora que você está em sala trabalhando, então, saiu dali você não tem mais nenhum outro [pagamento], não é remunerado por nenhuma outra atividade que você tenha feito. Então, às vezes nem é considerado a hora-aula, é considerada uma hora-relógio para isso. Isso mostra um pouco o sentido exploratório dessa atividade” (Participante 7).

“(...) a atividade do professor horista não leva em consideração a especificidade do que é ser professor, como aquilo que eu estava falando, eu vou cobrar de alguém que trabalha no comércio a hora que ele entra (...)” (Participante 8).

“[...] tem sistema para tudo, e sistema é um trabalho que ele é invisibilizado, ele não é invisível porque a instituição é ciente dele, mas tem sistema para lançar presença, para lançar conteúdo de aula, trabalhos, nota final, simulador, o simulador da instituição era um inferno para isso. Ela tem sistema para tudo, são todos péssimos, mas tem sistema para tudo e é aquele trabalho que envolve a tua hora de não sala de aula, você ganha na instituição para dar aulas de tanto a tantas horas, fora daquilo você não ganha (...)” (Participante 6).

Os discursos sinalizam que os respondentes se percebem explorados, pois realizam trabalho excedente não remunerado. Observa-se que, embora seja tratado erroneamente como qualquer outro trabalhador do comércio, o professor horista, diferente dos comerciários, realiza diversas atividades extraclasse e que são inerentes à docência, mas que, pela natureza do contrato horista, são invisibilizadas pela gestão e não são consideradas para a remuneração.

Discussões

A debilidade do vínculo contratual do professor horista deixa pouca margem para que esse profissional se perceba valorizado nas IES em que atua. Ao contrário, identifica que as IES privadas adotam como principal meio de gerenciamento de pessoal, a instabilidade. Desse modo, fica nítido que o elevado grau de rotatividade presente nessas instituições não é fruto do acaso, mas sim parte de um projeto voltado à redução de custos e à limitação do poder de agir dos trabalhadores.

Bastante presente nos discursos dos respondentes, a instabilidade tem sido um dos principais recursos de gerenciamento do contrato dos professores horistas. Conferir instabilidade ao vínculo contratual, além de ser um referente objetivo da precarização do trabalho, também aponta para a precarização subjetiva, pois estando à mercê dos interesses da

IES privada, no que envolve flutuação de disciplinas, ganhos e mesmo a manutenção do emprego, esses trabalhadores ficam impossibilitados de planejar e de organizar o próprio futuro (Aquino et al., 2014).

Na gestão neoliberal das IES privadas, o professor é visto, meramente, como um custo (Gerheim, 2022). Assim sendo, passa a ser alvo de toda uma série de iniciativas de barateamento de sua mão de obra. Um dos reflexos mais danosos dessa prática institucional é o enfraquecimento do coletivo de trabalho docente, pois, cada vez mais, esses professores se veem solitários e com o seu poder de barganha reduzido diante dos empregadores (Ribeiro, 2009).

Nas IES privadas, o objetivo último é ampliar as receitas, de modo que a relação de ensino e aprendizagem fica em segundo plano. Isso porque o estabelecimento educacional contemporâneo assumiu o *status* de empresa e o aluno passou a ser encarado como cliente. O pano de fundo é que, sob a égide do discurso gerencial, as IES privadas são submetidas às mesmas práticas de gestão que as demais organizações privadas e passam a utilizar os mesmos mecanismos de funcionamento (Gerheim, 2022).

Assim, a reestruturação empreendida pelas empresas contemporâneas, nos processos produtivos, reverbera também na gestão do trabalho e traz como grande diferencial de mercado o paradigma de produzir mais com menos recursos materiais e humanos. Nesse cenário, intensifica-se a pressão sobre o trabalhador que permanece empregado, para que exceda sua carga horária e se doe por completo à organização, pois não é mais suficiente apenas “vestir a camisa da empresa”, o que se necessita, atualmente, é “suar pela camisa da empresa” (Lima et al., 2012).

Na perspectiva mercantilizada da educação, é preciso entregar uma mercadoria de excelência, mas produzida a baixo custo. Assim, o apelo à qualidade do ensino e à priorização do lucro levam a que docentes sejam cada vez mais cobrados por produtividade e pela excelência do desempenho (Gerez & Bracht, 2019; Gerheim, 2022). A artimanha para atingir tal objetivo, mesmo sob a regência de um contrato por hora, é adotar estratégias sutis que limitem esses professores à instituição, como fomentar a competitividade entre pares e

dificultar o vínculo empregatício com outras instituições.

Diferentemente dos estudos de Ferrer e Rossignoli (2016) e de Felix (2015), nos quais os professores horistas atuavam em mais de uma IES privada, os respondentes desta investigação afirmam que até gostariam de trabalhar em outras instituições, mas são sutilmente impedidos. Ter múltiplos vínculos trabalhistas pode ser bastante adoecedor para o trabalhador, por outro lado, ter apenas um vínculo precário também não promove bem-estar. Tornar os professores horistas dependentes de um único vínculo precário pode ser compreendido como uma estratégia da gestão a fim de encontrar menor resistência para impor suas decisões. Assim, a precariedade do trabalho desses docentes não decorre, por exemplo, da habitual multiplicidade de vínculos institucionais, mas da maior insegurança diante do risco de demissão e da flutuação de carga-horária, da necessidade de competir entre os pares para assumir maior quantitativo de disciplinas dentro da instituição, somada ao excesso de cobranças institucionais desproporcionais à remuneração recebida.

A cobrança por produtividade, aliada à deterioração das condições de trabalho dos docentes horistas, tem sido crescentemente validada por outro fenômeno da sociedade contemporânea: a superqualificação do exército de reserva. O que se identifica é que, diferentemente de outrora, que a massa de desempregados costumava padecer de pouca instrução educacional, atualmente, o desemprego não tem mais a ver com ser ou não qualificado. Desse modo, a situação fica ainda mais favorável para o empregador, pois amplia sua margem de escolha e, por outro lado, mingua as possibilidades dos trabalhadores.

Para dificultar a sindicalização e a reivindicação por melhorias salariais e de condições de trabalho, a gestão neoliberal combinou tecnologias do passado, como a ameaça do desemprego, com artefatos atuais bastante rebuscados. Dentre os novos aparatos está a implementação da gestão por desempenho e da individualização das gratificações, o que inaugura uma nova forma de sociabilidade entre os trabalhadores (Dardot & Laval, 2016).

Sem dúvidas, o principal norteador das relações no interior da empresa moderna é o concorrencialismo. Nesse cenário, a empresa se assemelha a uma instituição financeira com seu apelo por incessante maximização da rentabilidade, e os trabalhadores são instigados a

moldarem a própria subjetividade, tendo como fundamento a eficiência produtiva e a individualização do desempenho (Dardot & Laval, 2016).

Nas IES privadas, a competição passa a ser o grande motor das relações entre os professores horistas, pois serve tanto para a desmobilização do coletivo de trabalho quanto para a produção de trabalho excedente. Nesse ambiente em que é preciso concorrer para se manter empregado, ganha destaque a lógica do discurso que opõe aqueles que são produtivos em detrimento daqueles considerados improdutivos e, por isso, descartáveis (Bosi, 2007).

Alijados dos meios de produção do conhecimento e do trabalho docente, delega-se para os professores horistas a responsabilização individual para que eles mesmos criem suas condições de trabalho. Tendo como sustentáculo a ideologia neoliberal, esses professores são convocados a se adaptarem à lógica produtivista por meio do desenvolvimento de atitudes como, a competitividade, o empreendedorismo e o voluntarismo (Bosi, 2007).

Nesse contexto, encontrar sentido na prática docente tem sido um desafio, no qual professores se lançam cotidianamente. Ao longo da história, a relação professor-aluno foi uma importante fonte de realização profissional, pois era nessa dinâmica que o professor conseguia concretizar sua principal tarefa, a de educar. Atualmente, com a mercantilização do ensino, a relação professor-aluno se confunde com a de vendedor-cliente, com a segunda configuração, muitas vezes, sobrepujando a primeira.

Esse cenário evidencia, de modo inequívoco, o que Gerheim (2022) chamou de precariedade subjetiva. Para a autora, a precariedade subjetiva a que está submetido o professor das IES privadas tem a ver com as chamadas injunções paradoxais direcionadas a este profissional. Em outras palavras, o discurso gerencial adotado pelas IES privadas acarreta demandas contraditórias aos professores, no sentido de serem exigidos a conciliar valores sociais e pedagógicos contidos em seus contratos de trabalho com os interesses da empresa para se manter ativa e lucrativa. Desse modo, os professores se veem ora como agente comercial-flexível e ora como professor-pedagogo.

Não é novidade que o trabalho, em sua forma abstrata no contexto do capital, sempre demandou do trabalhador mais esforço do que o previsto na descrição das atribuições em

contrato (Pinheiro et al., 2016). Por outro lado, na era do neoliberalismo, esse cenário tem sido levado às últimas consequências e os professores horistas de IES privadas representam, nitidamente, o avanço desse fosso entre o que se prescreve como atribuição e aquilo que, de fato, é realizado.

Conforme achados do Estudo 1, a intensificação e a invasão do tempo de trabalho no tempo de não trabalho têm reverberado negativamente na saúde mental dos professores, sinalizando que a precariedade envolve uma dimensão objetiva e subjetiva. Embora o sofrimento psíquico dos docentes seja encarado, costumeiramente, apenas como um problema individual, é importante destacar que sua manifestação tem como pano de fundo as condições de produção da vida na sociedade do capital.

Para Corbanezi (2024), o sofrimento psíquico na contemporaneidade está intrinsecamente relacionado ao estabelecimento da precariedade subjetiva não como efeito, mas como norma social preconizada pelo neoliberalismo. Face a isso, advoga que a subjetividade exigida pelo capitalismo flexível, para dar conta de seu apelo ao crescimento máximo é, eminentemente, instável e frágil.

Isso porque, para convencer o trabalhador a intensificar cada vez mais o trabalho, o discurso neoliberal passou a propagar a ideia de que o sucesso no trabalho é condição para o sucesso na vida pessoal e, ainda, que cabe ao sujeito a responsabilidade de gerenciar suas habilidades, capacidades e desejos. O efeito dessa construção ideológica não apenas gerou sobrecarga ao trabalhador, como também acentuou a precarização subjetiva, haja vista que as condições de trabalho, cada vez mais precárias, deixam pouca margem para a satisfação e atribuem ao trabalho uma dimensão irrealizável, o que acaba gerando sentimento de culpa e frustração (Castro, 2022).

Desse modo, embora a saúde mental esteja bastante em voga no debate social contemporâneo, ela tem se apresentado como uma questão contraditória (Corbanezi, 2024). É um fato que os diversos segmentos da sociedade têm reivindicado melhor atenção e cuidado para prevenir e tratar o sofrimento psicológico, bem como para promover o bem-estar psíquico. Por outra via, também é verdade que esse mesmo imaginário sociocultural promova

os valores neoliberais do individualismo e do concorrencialismo, que servem de base para a autoexploração e, conseqüentemente, para a precariedade subjetiva.

Apesar de todas essas adversidades e das condições crescentemente precárias em que se dão os processos de trabalho dos professores horistas, constata-se que ainda é na sala de aula que esse trabalhador encontra algum sentido para sua prática docente. Isso ocorre não apenas pela possibilidade de mediação da aprendizagem dos alunos, mas também porque, sendo o contrato horista limitado à remuneração exclusiva das horas de ensino, é somente nesse espaço-tempo que o professor efetivamente realiza um trabalho pelo qual é pago. Fora da sala de aula, todas as demais atividades — como planejamento, correção de avaliações, orientação de alunos e participação em projetos — configuram trabalho excedente, não reconhecido/valorizado nem remunerado pelas instituições.

Considerações finais

A partir das discussões empreendidas nesta investigação, foi possível evidenciar as reverberações da precarização nos processos organizativos do docente horista. Assim, constata-se que os processos de trabalho do professor horista se desenvolvem num contexto de instabilidade, cobrança, intensificação, tensão na relação com os alunos e desafios relacionados à saúde mental.

Certamente, o uso da instabilidade pela gestão das IES privadas influencia diretamente na intensificação do trabalho e na precarização subjetiva desses profissionais. Constantemente submetidos à ameaça do desemprego, os professores são levados a competir entre si e a trabalharem cada vez mais. Em termos práticos, a intensificação do trabalho dos professores horistas se materializa na aceleração do ritmo em que trabalham, na invasão do tempo de trabalho no tempo de não trabalho e na sobrecarga de tarefas a serem executadas.

Num cenário em que a máxima é sempre ampliar os lucros e diminuir os gastos, grande parte das atividades desempenhadas pelos docentes horistas são invisibilizadas e não remuneradas. Embora remunerados apenas pela hora-aula, as cobranças institucionais se acentuam, pois no contexto da educação mercantilizada, as IES privadas precisam fidelizar o

aluno-cliente. O professor é aquele que entrega o produto que fora vendido e, portanto, sofre toda uma série de investidas para que encante o aluno e lhe proporcione a melhor experiência possível.

Diante desse contexto, não é difícil perceber que a relação professor-aluno passa por uma reconfiguração e se distancia do sentido tradicional dessa relação. Na educação mercantilizada, o professor agrega à função pedagógica, o papel de vendedor de mercadoria. Nesse ínterim, torna-se cada vez mais desafiador encontrar sentido na prática docente, o que fragiliza a própria identidade desse profissional.

Ainda assim, os participantes desta pesquisa foram unânimes em apontar que, apesar da desvalorização do professor horista nas IES privadas, estar em sala de aula continua sendo um dos poucos elementos que conferem algum sentido à docência. Submetidos à constante tensão entre a lógica do prestador de serviço e a identidade do educador, é justamente na relação com os estudantes que esses docentes encontram algo mais próximo daquilo que compreendem como o exercício legítimo da profissão. Ademais, no caso dos horistas, trata-se do único momento em que são efetivamente remunerados pelo trabalho que realizam.

Esse cenário de adversidades sinaliza que a precariedade vivenciada pelos docentes horistas envolve não apenas as condições de trabalho, mas também indica a precarização da própria subjetividade. Individualizados e instigados a competir entre si, os docentes se veem cada vez mais cobrados, desvalorizados e com poucas possibilidades de alterar a realidade laboral.

Esse estado de coisas possui elevado potencial para repercutir negativamente na saúde mental dos docentes. Distanciado de seu sentido original, o trabalho docente adquire características eminentemente mercadológicas, em que o professor, agora empresário de si mesmo, encontra-se apartado de seu coletivo de trabalho e está em constante risco de desemprego.

Diante dessa realidade, constata-se a necessidade de a categoria docente não apenas se reinventar, mas também que construa novos vínculos de solidariedade e de pertencimento ao coletivo de trabalho. Considerando a força do discurso e da gestão neoliberal, é imperativo

que a sociedade como um todo se aproprie dessa realidade de subalternização docente e se organize em prol de um projeto de educação que, em vez de desumanizar e precarizar os trabalhadores, respeite e valorize os sujeitos do processo educacional. Afinal, valorizar os professores é também valorizar os estudantes, as famílias e a própria sociedade.

Referências

- Aquino, C. A. B., Moita, D. S., Correa, G. M., & Souza, K. O. (2014). O fenômeno da precarização e da flexibilização laboral no âmbito da Universidade Pública Brasileira: o caso dos professores substitutos. *Athenea Digital*, 14 (1), 173-193. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1004>
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, 28(101), 1503-1523. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2016). *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. http://iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf
- Castro, F. G. (2022). Da precarização subjetiva à ditadura da forma: notas para uma psicologia crítica do trabalho. In F. G. Castro & J. B. Ferreira (Orgs), *Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva* (pp. 19-39). Editora Fi.
- Corbanezi, E. (2024). Precariedades subjetivas: Politizar a saúde mental na atualidade. *Caderno CRH*, 37, 1-16. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v37i0.62212>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Ferrer, W. M. H., & Rossignoli, M. (2016). Expansão do ensino superior e precarização do trabalho docente: o trabalho do “horista” no ensino privado. *Cadernos de Pesquisa*, 23 n. spe., 106-118. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p106-118>
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Ideias & Letras.
- Gerez, A. G., & Bracht, V. (2019). As faces da precariedade do trabalho docente e as estratégias de ação de professores de Educação Física atuantes no ensino superior privado mercantil. *Motrivivência*, 31(60), 1-23. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e61672>

- Gerheim, M. S. (2022). Gerencialismo e precariedade subjetiva: o trabalho do professor no setor privado. In F. G. Castro & J. B. Ferreira (Orgs), *Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva* (pp. 130-162). Editora Fi.
- Grisci, C. L. I., & Cardoso, J. (2014). *Experimentação do tempo e estilo de vida em contexto de trabalho imaterial*. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(4), 851–865.
<https://doi.org/10.1590/1679-395114752>
- Lima, C. A., Barros, E. M. C., & Aquino, C. A. B. (2012). Flexibilização e intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador. *Revista Labor*, 1(7), 102-125. <https://doi.org/10.29148/labor.v1i7.6708>
- Navarro, V. L., & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 19(spe), 14-20.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400004>
- Pinheiro, F. P. H. A., Costa, M. de F. V., Melo, P. B., & Aquino, C. A. B. (2016). Clínica da atividade: Conceitos e fundamentos teóricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(3), 110–124. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300009&lng=pt&tlng=pt
- Ribeiro, M. A. (2009). Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. *Revista Psicologia Política*, 9(18), 331-346.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200010&lng=pt&tlng=pt
- Salviati, M. E. (2017). *IRaMuTeQ: Um software gratuito para análises estatísticas sobre corpus textual*. <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/apostila-iramuteq.pdf>
- Sousa, A. L. H., & Piolli, E. (2017). Expansão do ensino superior privado a partir dos anos 1990: educação mercantil e precarização do trabalho docente. In G. Maringoni (Org.), *O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco* (pp. 145-158). Federação dos Professores do Estado de São Paulo – Fepesp; Olho d’Água.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em

Considerações finais para novos começos

A realização dos três estudos que compõem esta tese permitiu alcançar o objetivo de analisar como o processo de precarização do trabalho se manifesta entre os professores horistas nas faculdades privadas, a partir do campo da Psicologia Social do Trabalho. Embora apresentem objetivos específicos, os estudos compartilham um propósito comum e, por meio de métodos distintos, bem como de seus respectivos resultados e discussões, contribuíram para uma compreensão mais ampla e aprofundada do objeto de estudo.

Nesse panorama, constatou-se que o cenário da produção científica acerca da precarização do trabalho do professor universitário ainda é marcado pela limitada representação de pesquisas. Os limitados estudos encontrados são de período bastante recente e a Psicologia tem mostrado contribuição ainda tímida nas discussões relacionadas ao trabalho precário e, de modo mais específico, ao trabalho docente precarizado.

Apesar das restrições da produção científica, observou-se que os pesquisadores da área têm se preocupado, sobretudo, com o entendimento de como as condições de trabalho repercutem na saúde dos professores. Evidenciou-se que o cenário atual da educação superior privada é o da mercantilização e que a ampliação dos lucros se dá a partir da progressiva deterioração das condições de trabalho dos professores e da fragilização da saúde desses profissionais.

Importante achado do Estudo 1 é que, ainda que não tivesse como objetivo geral a caracterização do trabalho precário exercido pelo professor horista, a revisão da literatura evidenciou que o professor horista é o principal exemplo do avanço das ofensivas neoliberais no setor educacional privado. Tal constatação se relacionou diretamente à progressiva invasão do tempo de trabalho sobre o tempo de não trabalho, sem a devida compensação financeira, uma vez que esse processo é legitimado pela flexibilização contratual.

Em termos gerais, a mercantilização da educação vem acompanhada da precarização do trabalho docente, o que compromete não apenas o contexto de trabalho (as condições, a organização e as relações socioprofissionais), mas também a saúde física e mental dos

professores. Essa realidade ultrapassa a esfera ética e humanística de preocupação com o bem-estar docente, tocando em uma dimensão mais ampla: a do projeto de sociedade que se pretende construir. A precarização do trabalho docente representa, em última instância, a precarização da própria educação, colocando em risco o futuro das próximas gerações.

A literatura revisada apontou de forma unânime a forte correlação entre o exercício da docência e o adoecimento dos profissionais. No entanto, é importante lembrar que o trabalho, em sua essência, é um elemento fundante do ser social e, portanto, potencial gerador de saúde e bem-estar. Isso torna urgente o questionamento das bases que sustentam o atual modelo de organização do trabalho docente, pois o crescente adoecimento da categoria está diretamente ligado ao sistema de acumulação capitalista, que relega as necessidades humanas a um plano secundário.

Os achados do Estudo 1 corroboraram de forma significativa a tese defendida, especialmente no que diz respeito à constatação de que os professores horistas constituem uma expressão concreta da consolidação do ideário neoliberal no campo educacional. Embora sejam contratados exclusivamente para ministrar aulas, esses docentes acabam assumindo diversas outras atividades inerentes à prática docente, como planejamento, avaliação e atendimento a estudantes, o que resulta na produção de trabalho excedente e não remunerado.

Essa dinâmica evidencia uma segmentação da atividade educacional, na qual se espera que esses profissionais se limitem exclusivamente à tarefa de ensinar. Essa cisão do trabalho aproxima-se das lógicas do taylorismo-fordismo, com a fragmentação e racionalização das tarefas, ainda que inserida em um contexto contemporâneo marcado por traços do toyotismo, como a flexibilidade e a precarização. Tal modelo de organização do trabalho só é possível dentro do imaginário neoliberal, que transforma a educação em mercadoria e reduz o professor a um mero executor de tarefas previamente definidas, esvaziando o caráter formativo, coletivo e autônomo da docência.

Com base nessas constatações, compreendeu-se que a precarização do trabalho docente, enquanto processo estruturante impulsionado por políticas neoliberais, manifesta-se no fenômeno do trabalho precário vivenciado pelos professores horistas. Assim, para ampliar

a análise dessa manifestação concreta da precarização, optou-se pela realização de dois estudos empíricos junto a docentes horistas atuantes em IES privadas na cidade de São Luís, capital do Maranhão, estado de origem do pesquisador responsável por esta investigação.

No Estudo 2, à semelhança dos achados do Estudo 1, identificou-se que a flexibilização e a precarização do trabalho docente contribuem para que o contrato por hora-aula surja marcado pela precariedade. O fato de qualificar o docente como horista já indica a tentativa de “proletarizar” a docência. O aspecto perverso dessa lógica é que o magistério não se limita unicamente ao momento em que o professor ministra sua aula. O processo educativo, especialmente no âmbito superior, é complexo, multifacetado e demanda ampla carga de trabalho dos professores.

Desse modo, observa-se, conforme defendido nesta tese, um paradoxo estrutural na condição dos professores horistas, pois são formalmente contratados apenas para ministrar aulas. Por outro lado, a docência, mesmo exercida sob a forma horista, exige estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. A grande questão por trás não é o desconhecimento dessas atribuições, por parte das IES privadas, mas o fato de que, no modelo gerencial apregoado pelo neoliberalismo e adotado no campo educacional, busca-se a todo custo reduzir gastos e ampliar os lucros, o que, quase sempre, implica em intensificação do trabalho e depreciação salarial.

Nesse arranjo social e econômico, estão lançadas as bases para capturar a subjetividade dos professores a fim de convencê-los a vestir – e suar – a camisa da empresa. Assumir essa lógica institucional significa exacerbar o individualismo e o concorrencialismo nas relações de trabalho, de modo que trabalhar cada vez mais se torna fundamental, não necessariamente para obter bônus ou reconhecimento profissional, mas, sobretudo, para manter o vínculo de trabalho.

De certo modo, a implementação dessa lógica é facilitada pela compreensão, por parte dos professores, da complexidade do processo formativo na educação superior. Pelo compromisso que têm com a educação, reconhecem que uma formação de qualidade não se resume ao ensino em sala de aula. A partir dessa compreensão, somada à crescente

sofisticação das artimanhas da gestão neoliberal, configura-se um cenário em que docentes horistas são contratados por hora, mas trabalham e são cobrados por uma atividade de “natureza” integral.

Apesar dessa sofisticação gerencial, os professores horistas, em geral, sabem que estão submetidos a um processo crescente de exploração. Isso se evidencia no fato de que muitos enxergam esse tipo de vínculo como transitório, já que o horizonte visado é o da estabilidade proporcionada pelo serviço público. Assim, ser professor horista é compreendido como uma etapa na carreira desses profissionais que, embora altamente qualificados, enfrentam dificuldades para inserção imediata no setor público, especialmente diante da escassez de vagas.

Finalmente, o Estudo 3 corrobora os resultados dos Estudos 1 e 2 e avança no sentido de evidenciar como a precariedade repercute nos processos organizativos do trabalho do professor horista. Constatou-se, assim, que a rotina desse docente é fortemente impactada pela instabilidade, pelo excesso de cobrança e controle institucional, por transformações na relação professor-aluno e pela fragilização de sua saúde mental.

A instabilidade conferida ao contrato do professor horista é um reflexo direto do paradigma da flexibilização, amplamente disseminado na atual fase de financeirização do capital. Na contemporaneidade, instabilidade, flexibilização e precariedade são elementos presentes não apenas nos contratos de trabalho, mas também na própria constituição subjetiva dos sujeitos.

Dessa forma, a precarização do trabalho docente envolve tanto a precariedade objetiva, com a deterioração das condições de trabalho, quanto a precariedade subjetiva, vinculada aos processos organizativos e às relações socioprofissionais. Subjetivamente, os docentes são levados a conciliar demandas, em essência, contraditórias: por um lado, são cobrados pelas atribuições típicas da docência; por outro, pelas exigências características de trabalhadores do setor comercial.

Sem dúvida, o excesso de cobrança por produtividade e excelência constitui uma evidência robusta que confirma a premissa que orientou a pesquisa aqui defendida, a saber: os

professores horistas, embora remunerados apenas pelo tempo em que ministram aulas, desempenham grande parte das atribuições exigidas a qualquer outro tipo de docente. O contexto em que ocorrem essas cobranças é respaldado, numa perspectiva macro, pelo próprio ideário neoliberal, que promove a responsabilização individual pelo sucesso; e, numa perspectiva micro, pela adoção de estratégias sutis de controle, a implementação de sistemas de metas, a produção de *rankings* e a restrição de vínculos com outras instituições.

É interessante destacar que dificultar o acesso dos docentes horistas a outros vínculos de trabalho configura uma especificidade do grupo pesquisado, já que, em geral, esses profissionais atuam simultaneamente em múltiplas instituições. Esse achado representa mais uma evidência que corrobora a tese, ao indicar que o trabalho precário, para além dos elementos estruturais comuns, também apresenta particularidades que variam conforme o período histórico e o contexto social.

O excesso de cobranças e de mecanismos de controle revela um esforço sistemático para minar a autonomia do professor horista. Reduzir sua autonomia significa empobrecer o posto de trabalho, de modo que, uma vez simplificado, ele possa ser ocupado por qualquer pessoa, independentemente da formação ou experiência docente. Esse empobrecimento, por sua vez, contribui diretamente para o barateamento da mão de obra, ao desvalorizar a qualificação profissional e tornar o trabalho docente mais facilmente substituível. Essa perda de autonomia não apenas tenta rebaixar a complexidade da prática pedagógica, como também fragiliza a identidade profissional do docente e compromete a possibilidade de atribuir sentido ao seu fazer cotidiano.

Com a mercantilização da educação, a relação professor-aluno passou a ser tensionada, confundindo-se, muitas vezes, com uma relação vendedor-cliente. Tradicionalmente fonte de sentido para a prática docente, a interação com os alunos tem sido profundamente transformada pela lógica mercantil, a ponto de os professores serem cobrados não apenas pelos processos pedagógicos que desenvolvem em sala de aula, mas também pela fidelização dos alunos/clientes.

Em razão do papel de agente comercial-flexível e do avanço das TDICs, os

professores horistas são cada vez mais cobrados a se manter continuamente disponíveis para a instituição. Em geral, tanto alunos quanto a gestão esperam que suas demandas sejam resolvidas a qualquer tempo e em qualquer espaço. As fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo livre se tornam progressivamente borradas, em prol da otimização das receitas institucionais, ainda que isso ocorra às custas da saúde dos professores.

As contradições da atuação profissional, somadas à massiva produção de trabalho excedente e não remunerada, tão características da condição de trabalho do professor horista, reverberam negativamente na saúde mental desses profissionais. Assim, o adoecimento psíquico docente está longe de ser um problema meramente individual, como propaga o ideário neoliberal; ao contrário, reflete a configuração de uma sociedade que prioriza o capital em detrimento do humano.

Portanto, há uma dimensão irrealizável na saúde mental contemporânea, pois, ainda que se tenha ampliado a compreensão sobre a importância de cuidar do bem-estar psicológico, a subjetividade moldada pelos valores neoliberais do individualismo e do concorrenciaslismo sustenta práticas de autoexploração e intensifica a precariedade subjetiva. Enfrentar esse estado de coisas é um imperativo não apenas para os professores horistas, mas para todos os trabalhadores, igualmente submetidos às dinâmicas de um mesmo sistema.

Por fim, destaca-se que a compreensão global dos três estudos corrobora integralmente a tese aqui defendida. Constatou-se que os professores horistas representam, de fato, os principais expoentes do avanço da ofensiva neoliberal no contexto educacional. Isso porque, embora contratados exclusivamente para ministrar aulas, esses profissionais são cobrados por grande parte das atribuições exigidas de docentes com vínculos mais estáveis, realizando, assim, trabalho excedente e não remunerado. Além disso, identificou-se uma especificidade na manifestação da precariedade entre o grupo pesquisado, como a limitação a apenas um vínculo institucional — uma condição que contraria a tendência predominante entre professores horistas, que, em geral, atuam em múltiplas instituições.

Apesar das contribuições oferecidas por esta tese, como todo estudo acadêmico, é necessário reconhecer algumas limitações da investigação realizada. Entre as limitações de

ordem técnica, destaca-se o fato de o estudo ter se debruçado sobre um grupo específico de professores horistas, selecionados a partir da rede de relações socioprofissionais do pesquisador responsável. Nesse sentido, é preciso cautela ao se fazer generalizações, ainda que a especificidade aqui analisada favoreça a reflexão sobre uma realidade que tende a se consolidar como um fenômeno mais amplo no campo educacional.

Como possível limitação de ordem subjetiva, destaca-se a implicação do pesquisador com a temática, uma vez que ele próprio vivenciou a condição de professor horista. Para evitar a armadilha de se confundir com o próprio objeto de pesquisa, foi necessário recorrer à perspectiva antropológica, especialmente ao exercício de estranhamento do familiar, como forma de garantir distanciamento crítico. No entanto, essa mesma implicação pode ser compreendida também como uma potencialidade, na medida em que possibilita ao pesquisador captar com maior sensibilidade as sutilezas, tensões e contradições que atravessam a experiência do docente horista — aspectos que, por vezes, escapam a um olhar puramente externo. Nesse sentido, a adoção, em investigações futuras, de abordagens fundamentadas nas clínicas do trabalho, como a Clínica da Atividade, a Psicodinâmica do Trabalho, a Psicossociologia Clínica ou a Ergologia, mostra-se especialmente promissora para aprofundar a compreensão dessa realidade complexa.

É inegável que a condição de trabalho à qual estão submetidos os professores horistas é complexa e marcadamente precária. Apesar disso, espera-se que esta tese contribua, mesmo que modestamente, para fomentar o debate científico - especialmente no campo da PST - e social sobre essa realidade, e que os docentes horistas possam romper com a lógica do individualismo e do concorrencialismo, em prol da construção de uma nova sociabilidade, pautada por vínculos de solidariedade e cooperação. Ainda que as transformações ocorram inicialmente em escala local, essa nova forma de sociabilidade pode se constituir em um exemplo potente de como ampliar o poder de agir dos trabalhadores.

Como ensinou Paulo Freire, patrono da educação brasileira, mesmo diante das adversidades, é preciso manter a esperança, não a esperança substantivo, que se limita à espera passiva, mas a esperança verbo, o “esperançar”, que é ativa e possui o potencial de

transformar a realidade. Esperançar é não desistir. Freire ainda orientou que não existem receitas prontas para superar as contradições presentes na educação brasileira, mas que ninguém caminha sem aprender a caminhar, e que o horizonte a ser buscado deve ser o da humanização, ou seja, a construção de uma realidade social mais digna e mais justa.

Referências

- Almeida, W. M. (2017). ProUni sob balanço: avanços e limites à luz de experiências estudantis na cidade de São Paulo. In G. Maringoni (Org.), *O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco* (pp. 115-128). Federação dos Professores do Estado de São Paulo – Fepesp; Olho d'Água.
- Alves, G. (2009). Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálysis*, 12(2), 188-197.
<https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008>
- Antunes, R. (2001). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. UNICAMP.
- Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. Boitempo.
- Antunes, R. (2011). Trabalho uno ou omni: entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. *Argumentum*, 2(2), 9–15. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v2i2.941>
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Aquino, C. A. B. (2020). Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23(1), 51-63. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p51-63>
- Aquino, C. A. B., Moita, D. S., Correa, G. M., & Souza, K. O. (2014). O fenômeno da precarização e da flexibilização laboral no âmbito da Universidade Pública Brasileira: o caso dos professores substitutos. *Athenea Digital*, 14(1), 173-193.
<http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1004>
- Araújo, T. M., & Carvalho, F. M. (2009). Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. *Educação e Sociedade*, 30(107), 427-449.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200007>
- Barbosa, A. M., Viegas, M. A. S., & Batista, R. L. N. F. F. (2020). Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as

<https://dx.doi.org/10.15202/1981896.2020v25n51p255>

- Batista, J. B. V., Carlotto, M. S., Oliveira, M. N., Zaccara, A. A. L., Barros, E. de O., & Duarte, M. C. S. (2016). Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 8(2), 4538–4548. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i2.4538-4548>
- Bernardo, M. H., Oliveira, F., Souza, H. A., & Sousa, C. C. (2017). Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. *Estudos de Psicologia*, 34(1), 15-24. <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100003>
- Borsoi, I. C. F. (2011). Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergencia*, 18(55), 113-133. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352011000100005&lng=es&nrm=iso
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, 28(101), 1503-1523. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>
- Burgarelli, R. (2017). Explosão e implosão do Fies: como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. In G. Maringoni (Org.), *O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco* (pp. 37-54). Federação dos Professores do Estado de São Paulo – Fepesp; Olho d’Água.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (Orgs.). (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Vozes.
- Braverman, H. (2015). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX*. LTC.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2016). *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEC*. http://iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf

Carvalho, C. C. (2010). Serviço social e privatização do ensino – a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na zona da mata mineira.

CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, 3(7), 11-30.

<https://doi.org/10.34019/1981-2140.2009.17111>

Castro, F. G. (2022). Da precarização subjetiva à ditadura da forma: notas para uma psicologia crítica do trabalho. In F. G. Castro & J. B. Ferreira (Orgs).

Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva (pp. 19-39). Editora Fi.

Corbanezi, E. (2024). Precariedades subjetivas: Politizar a saúde mental na atualidade.

Caderno CRH, 37, 1-16. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v37i0.62212>

Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão

sistemática. In S. H. Koller, M. C. P. P. Couto & J. Hohendorff (Orgs.), *Manual de produção científica*. Penso.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. (2006, 9 de maio). Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira MEC/INEP.

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

Druck, G., & Franco, T. (2011). Trabalho e precarização social. *Caderno CRH*. 24(spe), 09-

13. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400001>

Elias, M. A., & Navarro, V. L. (2019). Profissão docente no ensino superior privado: o difícil equilíbrio de quem vive na corda bamba. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 22(1), 49-63.

<https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i1p49-63>

Esper, M. B. S. B, Facci, M. G. D., Leonardo, N. S. T., & Urt, S. C. (2020). Produções sobre o sofrimento/adoecimento do professor universitário: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. In M. G. D. Facci & S. M. Urt (Orgs), *Quando os*

- professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação* (pp. 177-214). Ed. UFMS.
- Felix, M. S., Jr. (2015). *Significados do trabalho docente: um estudo com professores horistas de cursos de administração em instituições de ensino superior privadas* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Grande Rio "José de Souza Herdy"]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Unigranrio. <https://tede.unigranrio.edu.br/handle/tede/53>
- Ferreira, P., Nascimento, R., & Salvá, M. (2014). Professor: Profissão de Risco. Uma análise do Impacto da Gestão de IES Privadas sobre o Trabalho Docente. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 9(2), 152-171. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v9i2.13326
- Ferrer, W. M. H., & Rossignoli, M. (2016). Expansão do ensino superior e precarização do trabalho docente: o trabalho do “horista” no ensino privado. *Cadernos de Pesquisa*, 23 n. spe., 106-118. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p106-118>
- Flick, U. (2013). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Penso.
- Floridi, L. (Ed.). (2015). *The onlife manifesto: Being human in a hyperconnected era* (Vol. 1). Springer. <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-04093-6.pdf>
- Frizzo, G., & Bopsin, A. (2017). Saúde Docente e a Precarização do Trabalho no Curso de Educação Física na Rede Privada de Ensino Superior. *Movimento*, 23(4), 1271–1282. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.72916>
- Galvão, T. F., Pansani, T. S. A., & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Ideias & Letras.
- Gerez, A. G., & Bracht, V. (2019). As faces da precariedade do trabalho docente e as estratégias de ação de professores de Educação Física atuantes no ensino superior privado mercantil. *Motrivivência*, 31(60), 1-23. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e61672>

- Gerheim, M. S. (2022). Gerencialismo e precariedade subjetiva: o trabalho do professor no setor privado. In F. G. Castro & J. B. Ferreira (Orgs). *Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva* (pp. 130-162). Editora Fi.
- Grisci, C. L. I., & Cardoso, J. (2014). *Experimentação do tempo e estilo de vida em contexto de trabalho imaterial. Cadernos EBAPE.BR*, 12(4), 851–865.
<https://doi.org/10.1590/1679-395114752>
- Gonzaga, L. J. do N. (1982). É [Canção]. Em *Caminhos do coração* (Álbum). EMI-Odeon.
- Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. Edições Loyola.
- Hilário, L. C. (2022). Economia psíquica da precarização: subjetividade, capitalismo e crise. In F. G. Castro & J. B. Ferreira (Orgs.). *Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva* (pp. 71-103). Editora Fi.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Cidades@: São Luís – MA*.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/inep-divulga-dados-do-censo-da-educacao-superior-2023>
- Jilou, V., & Cecílio, S. (2015). Condições de Trabalho Docente e Sofrimento Psíquico no Ensino Superior Privado. *Germinal: Marxismo e educação em Debate*, 7(2), 233–241. <https://doi.org/10.9771/gmed.v7i2.13552>
- Jones, K. (2022). Empty review evaluation. *NIHR Network Support Fellow*.
https://community.cochrane.org/sites/default/files/uploads/Cochrane%20Community%20news_Empty%20review%20evaluation%20update_Feb%202022_KLJones.pdf
- Lancman, S., & Uchida, S. (2003). Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. *Cad. psicol. soc. trab.*, 6, 79-90.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172003000200006&lng=pt&nrm=iso
- Lhuillier, D. (2013). Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 483-492.

<https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300002>

- Lima, C. A., Barros, E. M. C., & Aquino, C. A. B. (2012). Flexibilização e intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador. *Revista Labor*, 1(7), 102-125. <https://doi.org/10.29148/labor.v1i7.6708>
- Mancebo, D. (2007). Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. *Psicologia: reflexão e crítica*, 20(1), 74-80. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000100010>
- Marino, A., Filho (2020). Atividade, significação e sentido: bases do sofrimento psicológico e a especificidade do adoecimento do professor. In M. G. D. Facci & S. M. Urt (Orgs), *Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação* (pp. 73-104). Ed. UFMS.
- Maués, O. C. (2010). A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. *Educar em Revista*, esp. 1, 141-160. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000400007>
- Minayo, M. C. S. (2003). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-30). Editora Vozes.
- Ministério da Educação. (2025). *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – e-MEC*. <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>
- Ministério das Relações Exteriores. (s.d.). *Denominações das Instituições de Ensino Superior (IES)*. http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html
- Minto, C. A., & Muranaka, M. A. S. (2001). Políticas públicas atuais para a formação de profissionais da educação no Brasil. *Universidade e Sociedade*, 11(25), 134-143.
- Moreira, J. A., & Schlemmer, E. (2020). Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. *Revista UFG*, 20(26), 1-35. <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.63438>
- Navarro, V. L., & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 19 (spe), 14-20. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400004>
- Oliveira, R. P. (2017). A financeirização da economia e suas consequências para educação superior no Brasil. In G. Maringoni (Org.), *O negócio da educação: aventuras na*

terra do capitalismo sem risco (pp. 27-36). Federação dos Professores do Estado de São Paulo – Fepesp; Olho d'Água.

- Passos, A. L. V., Brito, A. S., & Araújo, L. F. (2021). Representações sociais para professores de instituições de ensino superior privadas sobre aulas remotas e docência no contexto da pandemia COVID-19. *Psicologia, Educação e Cultura*, 25, 43–59. <http://hdl.handle.net/10400.26/36686>
- Pinheiro, F. P. H. A., Costa, M. de F. V., Melo, P. B., & Aquino, C. A. B. (2016). Clínica da atividade: Conceitos e fundamentos teóricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(3), 110–124. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300009&lng=pt&tlng=pt
- Reis, A. N., Breda, C. A., Dias, A. K., & Couto, G. B. F. (2023). Adoecimento mental no trabalho: perfil de notificações entre 2019 e 2022. *JNT - Facit Business and Technology Journal*, 1, 3-18. <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/239>
- Reis, B. M., & Cecílio, S. (2014). Precarização, Trabalho Docente Intensificado e Saúde de Professores Universitários. *Trabalho & Educação*, 23(2), 109–128. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9141>
- Ribeiro, C. V. S., Léda, D. B., Silva, E. P., & Freitas, L. G. de. (2016). Trabalho intensificado de professores da educação básica e superior: confluências e especificidades. *Trabalho (En)Cena*, 1(1), 50–68. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/2398>
- Ribeiro, M. A. (2009). Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. *Revista Psicologia Política*, 9(18), 331-346. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200010&lng=pt&tlng=pt
- Sabino, M. C. S. (2014). Fundamentos ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil – concreto e trabalho abstrato. *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, 3, 135-147.

http://www.ubimuseum.ubi.pt/n03/_edit/ubimuseum03-print-folder/ubimuseum.03.sabino-mariana.pdf

- Salviati, M. E. (2017). IRaMuTeQ: Um software gratuito para análises estatísticas sobre corpus textual. <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/apostila-iramuteq.pdf>
- Santos, A. F. T. (2009). Educando trabalhadores na “universidade micro-ondas”: novos modelos produtivos, trabalho docente e qualidade da formação humana sob o efeito do MERCADO educador. In: M. Monken & A. V. Dantas. (Orgs.), *Estudos de politécnica e saúde*, 4. EPSJV.
- Santos, S. D. M. (2012). A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. *Educar em Revista*, 46, 229-244. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000400016>
- Silva, C. O., & Ramminger, T. (2014). O trabalho como operador de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(12), 4751-4758. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.15212013>
- Silva, E. P. (2015). Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 17(1), 61-71. <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v17n1p61-71>
- Siqueira, T. C. (2009). Ensino superior privado: notas sobre o trabalho dos docentes nas instituições particulares de ensino superior em Brasília. *Revista de Ciências Sociais*, 40(2), 62-71. <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/486/468>
- Sousa, A. L. H., & Piolli, E. (2017). Expansão do ensino superior privado a partir dos anos 1990: educação mercantil e precarização do trabalho docente. In G. Maringoni (Org.), *O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco* (pp. 145-158). Federação dos Professores do Estado de São Paulo – Fepesp; Olho d’Água.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203–220.

<https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

Webber, D. V. (2011). *Profissão professor: desafios e possibilidades do direito ambiental laboral frente ao mal-estar docente* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul]. Repositório Institucional da UCS.

<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/583>

Yaffe, J., Montgomery, P., Hopewell, S., & Shepard L. D. (2012) Empty Reviews: A Description and Consideration of Cochrane Systematic Reviews with No Included Studies. *PLoS ONE*, 7(5), e36626. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0036626>

Apêndices

Apêndice A: Questionário sociodemográfico

Prezado(a) participante:

O seguinte instrumento objetiva a construção de informações pertinentes à identificação de demandas sociais envolvendo a **precarização do trabalho do professor horista**. Desde já, agradecemos sua preciosa participação e convidamos, caso ache oportuno, a responder a um breve questionário. Estamos disponíveis para sanar qualquer dúvida a respeito do mesmo, bem como da referida pesquisa em andamento. Assim reforçamos o caráter voluntário para participação e garantimos todo o sigilo e/ou anonimato da sua participação, como rege o Comitê de Ética em Pesquisa.

Cordialmente,

Ádilo Lages Vieira Passos

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino

1. Qual seu gênero?

Masculino

Feminino

Outro: _____

2. Qual é a sua idade? _____

3. Cor/Etnia:

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

3. Qual seu estado civil?

Solteiro/a

Casado/a

Separado/a ou divorciado/a

Viúvo/a

Outro: _____

4. Qual sua escolaridade?

Graduado(a), apenas

Especialista

Mestre(a)

Doutor

6. Qual a sua renda mensal? (Salário mínimo = R\$ 1.212,00)

Até 1 salário mínimo

Entre 1 e 2 salários mínimos

Entre 2 e 3 salários mínimos

3 ou mais salários mínimos

7. Tempo de atuação como professor horista:

De 1 a 2 anos

De 2 a 3 anos

De 3 a 4 anos

Acima de 5 anos

8. Principal ocupação profissional:

() Professor horista

() Servidor público

() Outra: _____

Apêndice B: Roteiro de entrevista semiestruturada

1 - Para o(a) senhor(a), o que é ser professor horista?

2 - O que lhe levou a ser professor horista?

3 – Como o(a) senhor(a) enxerga a estrutura da organização das atividades do professor horista?

4 - Como o(a) senhor(a) percebe a valorização do trabalho do professor horista pelas Instituições de Ensino Superior privadas?

Apêndice C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que será utilizada para a Tese de Doutorado de Ádilo Lages Vieira Passos, intitulada “PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO LABORAL NAS FACULDADES PRIVADAS: O CASO DOS PROFESSORES HORISTAS”, sob orientação do Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de precarização do trabalho entre os professores horistas nas faculdades privadas. A participação nesta pesquisa se dará fora do ambiente de trabalho, por meio de videochamada e consistirá em responder um questionário sociodemográfico (oito perguntas), seguido por uma Instrução ao Sósia (uma questão-geradora) e por uma entrevista semiestruturada (três questões). Estima-se que o tempo de participação na pesquisa será em torno de 1h30min. As respostas serão gravadas pela própria plataforma na qual se dará a videochamada e, após isso, transcritas na íntegra

mantendo a privacidade do participante, com garantia de anonimato e sigilo com relação a todo o conteúdo fornecido. Os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo que os resultados desta pesquisa sejam divulgados de alguma forma. É válido destacar que será respeitado, no caso de algum participante desistir de responder aos instrumentos em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum ônus para os mesmos.

Podem surgir riscos de ordem física e/ou psicológica entre os participantes desta pesquisa decorrentes do preenchimento dos instrumentos, como por exemplo: constrangimentos, ansiedades, somatizações, raivas e medos. Caso ocorram tais riscos, a participação na pesquisa será interrompida imediatamente e o participante será encaminhado aos serviços das clínicas-escola de psicologia das faculdades privadas, universidades públicas e/ou dispositivos de saúde pública na cidade de São Luís/MA. Em caso de indisponibilidade de atendimento nos serviços elencados acima, os participantes serão encaminhados, sem nenhum ônus, para estabelecimentos privados, tendo assegurada assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios, pelo tempo que for necessário. Como benefício, esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado.

Nome: Ádilo Lages Vieira Passos

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Genésio Lopes Moreira, 345, Campo Velho, Chapadinha – MA

CEP: 65500-000

Telefones para contato: (86) 99818-6892 / (98) 98411-0703

Nome: Cássio Adriano Braz de Aquino

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades.

Av. da Universidade, 2762, Benfica, Fortaleza, CE - Brasil

CEP: 60020-180

Telefone para contato: (85) 40097723

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

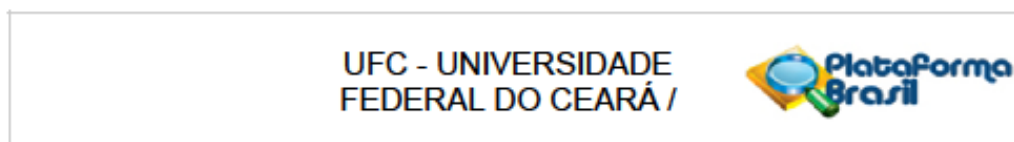
O abaixo assinado _____, ___ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ___ / ___ / ___

Nome do participante da pesquisa	Data	Assinatura
Nome do pesquisador	Data	Assinatura
Nome da testemunha	Data	Assinatura
(se o voluntário não souber ler)		
Nome do profissional que aplicou o TCLE	Data	Assinatura

Anexos

Anexo A: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO LABORAL NAS FACULDADES PRIVADAS: O CASO DOS PROFESSORES HORISTAS

Pesquisador: ADILO LAGES VIEIRA PASSOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 59975622.2.0000.5054

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.557.175

Apresentação do Projeto:

O trabalho tem sido um importante objeto de estudo, especialmente para as Ciências Humanas e Sociais, por seu caráter fundante na humanização dos indivíduos da espécie humana. Certamente, esta atividade eminentemente humana tem passado por intensas modificações ao longo da história e, tais transformações, não raramente, vêm acompanhadas da marca indelével da precarização, processo que flexibiliza e intensifica o trabalho e,

deste modo, impacta diretamente na constituição subjetiva do trabalhador. Cabe salientar que, na contemporaneidade, a precariedade do trabalho atinge todos os ramos de atividades e todas as categorias profissionais, pois nem mesmo a existência de vínculos formais e a elevada qualificação profissional têm sido suficientes para proteger os trabalhadores da condição de precarização, fato que também pode ser observado no caso dos professores horistas que atuam nas faculdades privadas. Diante deste cenário, esta pesquisa estabelece como objetivo geral: analisar o processo de precarização do trabalho entre os professores horistas nas faculdades privadas. Como objetivos específicos: realizar uma revisão sistemática da literatura acerca da precarização do trabalho do professor universitário; compreender o processo organizativo do trabalho entre os professores horistas; elencar as evidências de flexibilização e precarização identificadas no exercício profissional dos professores horistas; e investigar as repercussões do trabalho precarizado na constituição subjetiva dos professores horistas. Para responder os referidos objetivos, propõe-se a

realização de uma pesquisa de campo, do tipo exploratória e descritiva, com uma abordagem

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000	
Bairro: Rodolfo Teófilo	CEP: 60.430-275
UF: CE	Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3366-8344	E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 5.557.175

qualitativa. A pesquisa de campo, a priori, contará com a participação de professores horistas vinculados a Instituições de Ensino Superior privadas da cidade de São Luís - MA, sendo que tais professores serão selecionados pela técnica do Snowball. Os instrumentos de coleta de dados serão: questionário sociodemográfico, instrução ao sócia (IaS) e entrevista semiestruturada. Os dados coletados por meio do questionário sociodemográfico serão analisados por meio de estatísticas descritivas. Os dados relacionados à IaS serão submetidos à análise de conteúdo. Por seu turno, as respostas das entrevistas semiestruturadas serão analisadas com o auxílio do software Iramuteq, a partir da Classificação Hierárquica Descendente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o processo de precarização do trabalho entre os professores horistas nas faculdades privadas

Objetivo Secundário:

realizar uma revisão sistemática da literatura acerca da precarização do trabalho do professor universitário;

compreender o processo organizativo do trabalho entre os professores horistas;

elencar as evidências de flexibilização e precarização identificadas no exercício profissional dos professores horistas;

investigar as repercussões do trabalho precarizado na constituição subjetiva dos professores horistas;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto indica quanto aos riscos:

Podem surgir riscos de ordem física e/ou psicológica entre os participantes desta pesquisa decorrentes do preenchimento dos instrumentos, como por exemplo: constrangimentos, ansiedades, somatizações, raivas e medos. Caso ocorram tais riscos, a participação na pesquisa será interrompida imediatamente e o participante será encaminhado aos serviços das clínicas-escola de psicologia das faculdades privadas, universidades públicas

e/ou dispositivos de saúde pública na cidade de São Luís/MA. Em caso de indisponibilidade de atendimento nos serviços elencados acima, os participantes serão encaminhados, sem nenhum ônus, para estabelecimentos privados, tendo assegurada assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios, pelo tempo que for necessário. Como benefício, esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 5.557.175

abordado.

Quanto aos benefícios, especifica:

Como benefícios mais imediatos, esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, bem como promoverá reflexão dos professores horistas acerca da condição de trabalhador precarizado, o que poderá favorecer o poder de agir dessa categoria profissional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O encaminhamento metodológico demonstra observância dos princípios éticos a serem considerados na realização de pesquisas na área. Seguem especificações da metodologia para melhor explicitar a análise: Propõe-se a realização de uma pesquisa de campo, do tipo exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa. A pesquisa de campo, a priori, contará com a participação de professores horistas vinculados a Instituições de Ensino Superior privadas da cidade de São Luís - MA, sendo que tais professores serão selecionados pela técnica do Snowball. Os instrumentos de coleta de dados serão: questionário sociodemográfico, instrução ao sósia (IaS) e entrevista semiestruturada. Os dados coletados por meio do questionário

sociodemográfico serão analisados por meio de estatísticas descritivas. Os dados relacionados à IaS serão submetidos à análise de conteúdo. Por seu turno, as respostas das entrevistas semiestruturadas serão analisadas com o auxílio do software Iramuteq, a partir da Classificação Hierárquica Descendente. Por último, salienta-se que o estudo seguirá todas as normas éticas estabelecidas pela Resoluções 466/2012 e 510/2016.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória encontram-se de acordo com as exigências deste Comitê.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O colegiado emite parecer favorável à execução da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1962130.pdf	24/06/2022 09:13:16		Aceito
Outros	CARTA_SOLICITANDO_APRECIACAO	24/06/2022	ADILO LAGES	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 5.557.175

Outros	CEP_UFC.docx	09:11:49	VIEIRA PASSOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	24/06/2022 09:11:21	ADILO LAGES VIEIRA PASSOS	Aceito
Orçamento	DECLARACAO_DE_ORCAMENTO_FIN ANCEIRO.docx	24/06/2022 09:10:31	ADILO LAGES VIEIRA PASSOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DOS_PESQUISADORE S_ENVOLVIDOS_NA_PESQUISA.docx	24/06/2022 09:09:55	ADILO LAGES VIEIRA PASSOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	24/06/2022 09:09:09	ADILO LAGES VIEIRA PASSOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_UFC.docx	24/06/2022 09:08:26	ADILO LAGES VIEIRA PASSOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_Assinada.pdf	15/06/2022 15:36:15	ADILO LAGES VIEIRA PASSOS	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Adilo_Passos.pdf	07/06/2022 19:02:36	ADILO LAGES VIEIRA PASSOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 02 de Agosto de 2022

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000
Bairro: Rodolfo Teófilo CEP: 60.430-275
UF: CE Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3366-8344 E-mail: comepe@ufc.br



ARTIGO de REVISÃO

Revisão sistemática da literatura acerca da precarização do trabalho do professor universitário *

Systematic literature review on the precariousness of university professors' work

Ádilo Lages Vieira Passos ¹

Cássio Adriano Braz de Aquino ¹

¹ Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Fortaleza – CE, Brasil

* Artigo escrito em português do Brasil. Por fluidez do texto, o termo "professor" é usado neste artigo para referir-se a docentes de ambos os sexos, refletindo o uso comum do termo.

Recebido: 31/01/2024; Revisão: 22/02/2024; Aceite: 29/02/2024.



<https://doi.org/10.31211/rpics.2024.10.1.323>

Resumo

Contexto e Objetivo: Este estudo realizou uma revisão sistemática da literatura sobre a precarização do trabalho docente em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas brasileiras, visando entender a relação entre as condições de trabalho e a saúde dos professores. **Métodos:** A revisão da literatura foi realizada sistematicamente nas bases de dados Scielo, BVS-Psi, Pepsic, Lilacs, BVS-Brasil e Periódicos CAPES. Foram incluídos estudos que abordavam as experiências de professores em IES privadas no Brasil. **Resultados:** Foram encontrados 256 estudos, dos quais seis foram retidos pelos critérios de pesquisa para síntese qualitativa. A análise dos seis estudos destacou que a precarização do trabalho é uma realidade persistente entre os docentes das IES privadas. Essa precarização é marcada por condições de trabalho deterioradas, incluindo contratos flexíveis, remuneração inadequada, sobrecarga de trabalho e perda de autonomia. Estas condições têm um impacto significativo na saúde mental e física dos professores, com prevalência de transtornos como depressão, ansiedade e outros problemas relacionados ao estresse ocupacional. **Conclusões:** Esta revisão sistemática identificou uma ligação direta entre a precarização laboral e a deterioração da saúde mental e física dos docentes em IES privadas. Os resultados sublinham a necessidade urgente de reformas nas políticas de gestão dessas instituições, visando a promoção de um ambiente de trabalho mais justo e sustentável que respeite a dignidade e o bem-estar dos professores.

Palavras-Chave: Condições de trabalho; Instituições de Ensino Superior privadas; Precarização do trabalho; Saúde mental dos professores; Revisão Sistemática.

DI&D | ISMT

rpics@ismt.pt

<https://rpics.ismt.pt>

Publicação em Acesso Aberto

©2024. A/O(s) Autor(as/es). Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a Licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

Autor para correspondência

Ádilo Lages Vieira Passos
 Rua José Sombra, N.º 460, Parque Arará
 60450-610, Fortaleza – CE, Brasil
 Tel.: +55(85) 9981 8690 2
 E-mail: adiloip@hotmail.com

Abstract

Background and Objective: This study conducted a systematic review of the literature on the precariousness of faculty work in private Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil, aiming to understand the relationship between working conditions and the health of professors. **Method:** The literature review was systematically carried out in the databases Scielo, BV5-Psi, Pepsic, LILACS, BV5-Brasil, and CAPES Journals. Studies addressing the experiences of professors in private HEIs in Brazil were included. **Results:** A total of 256 studies were identified, of which six met the research criteria for qualitative synthesis. The analysis of these six studies highlighted that the precariousness of work is a persistent reality among faculty members in private HEIs. This precariousness is characterized by deteriorated working conditions, including flexible contracts, inadequate remuneration, workload overload, and loss of autonomy. These conditions have a significant impact on the mental and physical health of professors, with a prevalence of disorders such as depression, anxiety, and other stress-related issues. **Conclusions:** This systematic review identified a direct link between labor precariousness and the deterioration of the mental and physical health of faculty members in private HEIs. The results underline the urgent need for reforms in the management policies of these institutions, aiming to promote a fairer and more sustainable work environment that respects the dignity and well-being of professors.

Keywords: Working conditions; Higher Education; Work precariousness; Teacher mental health; Systematic review.

Introdução

No contexto da globalização neoliberal e da acumulação flexível, observam-se transformações significativas no mundo do trabalho, particularmente marcadas pela flexibilização, desregulamentação e precarização das condições laborais (Druck & Franco, 2011). A precarização é compreendida como um fenômeno dinâmico, caracterizado pela contínua degradação das condições de trabalho, que se manifesta através da intensificação e ampliação da exploração dos trabalhadores, do desmantelamento dos coletivos laborais e da fragmentação social, decorrente das elevadas taxas de desemprego (Alves, 2009; Aquino, 2020).

Nesse cenário, marcado pelo paradigma da competitividade no mercado global livre, os trabalhadores encontram-se frequentemente em risco de desemprego e inseridos em coletivos com limitada capacidade de articulação, tornando-se particularmente vulneráveis ao intensificado processo de flexibilização laboral (Santos, 2009). Esta estratégia contemporânea do capitalismo envolve modificações nas legislações trabalhistas, visando a implementação de diversos tipos de contrato de trabalho que priorizam a execução de um número maior de tarefas por menos indivíduos e em períodos de tempo reduzidos (Gerheim, 2022). No âmbito do processo de precarização, sob o regime neoliberal, a flexibilidade do trabalho manifesta-se predominantemente em duas dimensões: a temporal e a espacial. A primeira relaciona-se com a alteração das jornadas de trabalho, seja pela extensão ou pela fragmentação das mesmas, bem como pela instituição de vínculos empregatícios por tempo determinado. A dimensão espacial, por sua vez, destaca-se pela possibilidade de realizar o trabalho em diversos locais, facilitada especialmente pelo uso de recursos tecnológicos (Aquino, 2020).

Consequentemente, a precarização e a flexibilização laboral ocasionam impactos significativos em múltiplos níveis: macrossocial, organizacional e psicossocial. No nível macrossocial, observa-se o enfraquecimento tanto do coletivo de trabalho quanto do suporte estatal. No nível organizacional, destaca-se o aumento do gerencialismo, que promove a individualização na gestão de pessoas. No nível psicossocial, são evidentes os problemas ligados à identidade e à intensificação de sentimentos de solidão entre os trabalhadores (Ribeiro, 2009).

A vinculação da identidade ao desempenho produtivo preconizada pelo modelo capitalista contemporâneo explicará porque se observa um aumento dos sentimentos de culpa, frustração e

desânimo entre os trabalhadores (Elias & Navarro, 2019). Tal cenário configura um fenômeno de precarização subjetiva, caracterizado pela “[...] proliferação de situações cada vez mais irrealizáveis de um sentido humanamente desejável e viável, com um campo de experiência empobrecido, restrito a sentidos maquinais, urgentes, insignificantes e adoecidos” (Castro, 2022, p. 24).

Esse fenômeno tem afetado todas as configurações de trabalho contemporâneas e, embora seja de caráter mundial, apresenta singularidades de cunho nacional, regional e setorial (Druck & Franco, 2011). Especificamente no setor educacional brasileiro, a transformação da educação em mercadoria é um processo complexo que remonta à ditadura empresarial-militar (1964–1985) e que se acentuou na década de 1990. Essa acentuação deve-se, em parte, à demanda do mercado por um novo perfil de trabalhador, mais escolarizado, dinâmico e flexível (Gerheim, 2022).

O processo de mercantilização da educação no Brasil foi amplamente impulsionado pelo expressivo crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2021, das 2.574 IES brasileiras, 87,6% eram privadas, abrigando cerca de 76,9% do total de estudantes do ensino superior (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2022).

Paralelamente ao aumento das IES privadas, houve um significativo crescimento na contratação de professores. Contudo, essa contratação não ocorreu de maneira proporcional à quantidade de estudantes que esses profissionais devem atender. Predomina a lógica de maximizar o número de estudantes por professor, resultando em superlotação das turmas, aumento do trabalho extraclasse não remunerado, alta rotatividade dos docentes e, conseqüentemente, a precarização, intensificação e flexibilização do trabalho docente (Santos, 2012).

Diversos autores (e.g., Bosi, 2007; Ferrer & Rossignoli, 2016; Siqueira, 2009) têm destacado e denunciado a persistente precarização do trabalho do professor universitário na iniciativa privada. Nesse contexto, considerando as evidências da mercantilização da educação no Brasil e as conseqüências deste processo para o trabalho docente, surge a nossa questão central: Quais são as evidências científicas sobre a precarização do trabalho docente universitário no Brasil? Para elucidar essa questão, o objetivo geral desta pesquisa foi realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a precarização do trabalho do professor universitário.

Método

Desenho do Estudo

Este estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura, seguindo as orientações de Costa e Zoltowski (2014) e adaptando as diretrizes Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-Análises (*Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-analysis*, PRISMA) para o contexto da pesquisa em educação e psicologia social do trabalho (Galvão et al., 2015).

Delimitação do Objeto de Estudo

Esta revisão focou a precarização do trabalho do professor universitário em IES privadas no Brasil, identificando os principais fatores contribuintes e impactos dessa precarização. Este estudo procurou abranger uma ampla gama de dimensões relacionadas ao fenômeno, desde as condições contratuais e de trabalho até as repercussões psicossociais e organizacionais, proporcionando uma compreensão holística e multidimensional da precarização do trabalho docente no contexto específico das IES privadas brasileiras.

Escolha das Bases de Dados e Definição dos Descritores de Busca

A busca foi realizada nas bases de dados Scielo, Pepsic, BVS-Psi, Lilacs, BVS-Brasil e Periódicos CAPES, visando uma cobertura abrangente de literatura nacional e internacional relevante, mas focada em publicações em português e estudos realizados no Brasil. O acesso às bases foi realizado remotamente via portal da CAPES, utilizando a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), o que permitiu acessar uma ampla gama de artigos científicos. Os descritores utilizados foram "precarização do trabalho" e "professor universitário", baseando-se nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e nos Medical Subject Headings (MeSH), com o operador booleano "AND".

Estabelecimento dos Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão definidos para esta revisão abrangeram artigos completos disponíveis online, em português, provenientes de pesquisas de campo com professores de IES privadas no Brasil, sem restrição de data de publicação. Foram excluídos artigos incompletos ou não disponíveis na íntegra *online*, artigos em línguas estrangeiras, estudos realizados fora do Brasil, estudos puramente teóricos e artigos que não focassem na precarização do trabalho do professor universitário como tema principal.

Identificação dos Artigos

A busca inicial ocorreu em setembro de 2022, utilizando os descritores e filtros previamente estabelecidos (Figura 1). Nesta etapa, foram aplicados os filtros de texto completo, idioma e tipo de artigo nas bases selecionadas. Publicações duplicadas foram cuidadosamente identificadas e excluídas para evitar redundâncias e garantir a precisão da revisão.

Seleção dos Artigos

Após a identificação inicial, a seleção dos artigos foi feita através da leitura de títulos e resumos. Esta etapa (Figura 1) teve como objetivo excluir os artigos que claramente não atendiam aos critérios de inclusão. A leitura focada permitiu a eliminação de estudos que, apesar de utilizarem os descritores relevantes, não abordavam diretamente a precarização do trabalho do professor universitário nas condições definidas para este estudo.

Elegibilidade

Os artigos que passaram pela fase de seleção foram submetidos à leitura completa para uma avaliação mais detalhada de sua elegibilidade. Nesta etapa (Figura 1), foi feita uma análise cuidadosa do conteúdo de cada artigo para verificar sua conformidade com os critérios de inclusão estabelecidos. A leitura completa permitiu identificar e resolver quaisquer dúvidas remanescentes sobre a pertinência dos estudos ao objetivo desta revisão.

Inclusão

Finalmente, os artigos que cumpriram todos os critérios de elegibilidade foram incluídos na revisão sistemática (Figura 1). Para cada artigo, os dados relevantes foram extraídos e organizados para a análise subsequente. Esta etapa envolveu a síntese das informações extraídas e a preparação para a análise e

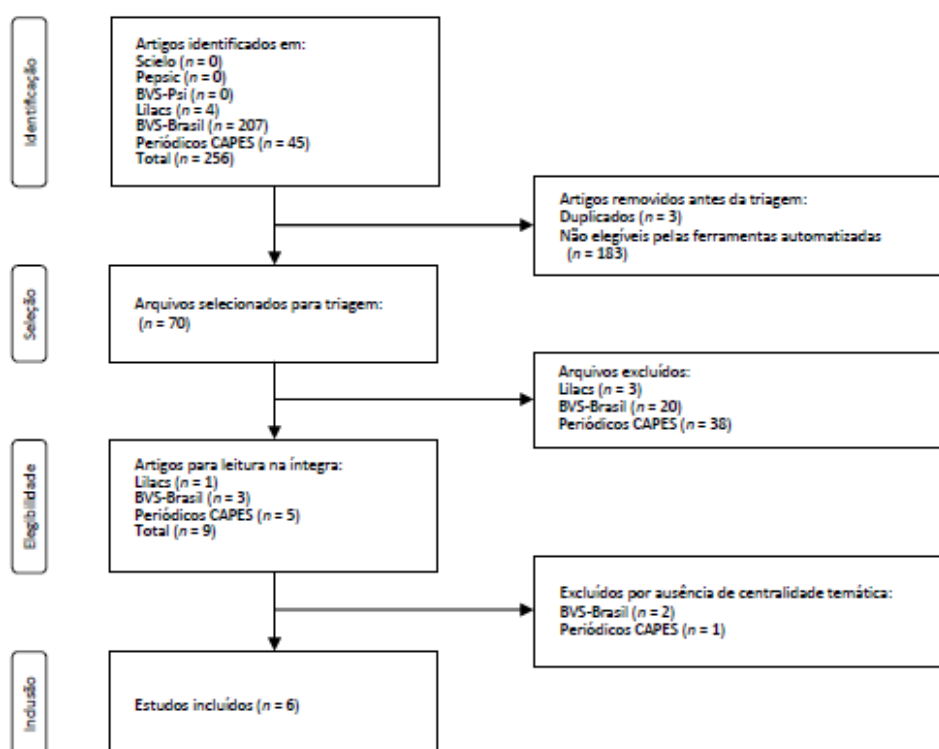
interpretação dos resultados, com o intuito de fornecer uma visão abrangente e detalhada sobre a precarização do trabalho do professor universitário nas IES privadas no Brasil

Resultados

Inicialmente, foram recuperadas 256 produções nas bases de dados eletrônicas selecionadas. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram seis artigos para compor a amostra final desta revisão sistemática (Figura 1). As principais razões para a exclusão de artigos incluíram a indisponibilidade do texto completo online, documentos que não se qualificavam como artigos científicos, textos que não estavam em português, estudos focados exclusivamente em professores de IES públicas, pesquisas com delineamento teórico e investigações centradas em professores da Educação Básica.

Figura 1

Fluxograma da Seleção dos Estudos



Apesar da limitação no número de estudos incluídos, é importante ressaltar, conforme indicado por Jones (2022) e Yaffe et al. (2012), que revisões sistemáticas podem ser significativas mesmo com poucos estudos ou mesmo sem estudos (estudos vazios). Estas são relevantes por fomentarem reflexão sobre temas pouco explorados, destacando lacunas de conhecimento e incentivando futuras investigações na área.

Os seis artigos selecionados foram caracterizados quanto à autoria, ano de publicação, objetivo da pesquisa, método empregado, aporte teórico utilizado e resultados principais (Tabela 1). Em relação à contribuição de cada base de dados, Lilacs e BVS-Brasil forneceram um artigo cada, enquanto os Periódicos da CAPES contribuíram com quatro artigos. Notavelmente, as bases Scielo, Pepsic e BVS-Psi não proporcionaram nenhuma produção relevante para esta revisão. A ausência de artigos nas bases Scielo, Pepsic e BVS-Psi é notória, especialmente considerando que a Scielo é a principal biblioteca digital da América Latina, normalmente rica em variedade de estudos. A escassez de materiais nas bases Pepsic e BVS-Psi sugere que a psicologia pode estar dando relativamente pouca atenção a temas associados à precarização do trabalho, particularmente em relação ao trabalho dos professores universitários em instituições privadas.

Tabela 1

Síntese dos Estudos Incluídos

Id	Autor (Ano)	Objetivo	Método	Aporte Teórico	Resultados Principais
1	Carvalho (2010)	Analisar condições do trabalho dos assistentes sociais, docentes em IES privadas	Qualitativo, entrevista semiestruturada, 7 docentes	Análise marxista	Mercantilização do ensino impacta na precarização do trabalho e formação profissional
2	Ferreira et al. (2014)	Analisar impacto da gestão de IES privadas no trabalho docente	Estudo de caso qualitativo, entrevista semiestruturada, 24 docentes, coordenadores de curso e ex-coordenadores	Flexibilidade das relações de trabalho	Relação direta entre a mercantilização do ensino e as condições precárias dos docentes devido à maximização dos lucros
3	Reis & Cecílio (2014)	Discutir precarização do trabalho docente e seus efeitos na saúde	Qualitativo, entrevista episódica, 9 docentes	Não declarado	Evidências de impactos psíquicos e físicos da precarização
4	Jilou & Cecílio (2015)	Compreender relações entre organização, trabalho e sofrimento mental em IES privadas	Qualitativo, entrevista semiestruturada, 30 docentes	Materialismo histórico-dialético	Intensificação e precarização afetam saúde mental e física, mas também há momentos de realização e prazer
5	Frizzo & Bopsin (2017)	Analisar precarização do trabalho docente e seus efeitos na saúde	Estudo de caso qualitativo, questionário e entrevista semiestruturada, 9 docentes	Não declarado	Problemas físicos e mentais afetando docentes
6	Elias & Navarro (2019)	Discutir trabalho e saúde de docentes em IES privadas	Qualitativo, entrevista semiestruturada, 5 docentes	Psicodinâmica e materialismo histórico-dialético	Precarização impacta na saúde docente

Nota. IES = Instituições de Ensino Superior.

Em relação à autoria dos estudos analisados, houve diversidade significativa, com apenas um autor presente em duas das pesquisas.

Quanto à distribuição temporal das publicações, apesar de não existirem restrições de data na seleção dos estudos, as pesquisas emergiram a partir de 2010, com um ligeiro pico em 2014, sugerindo uma atenção crescente, porém irregular, ao tema ao longo do tempo.

Os objetivos dos estudos variaram, com [Carvalho \(2010\)](#) e [Ferreira et al. \(2014\)](#) focando na análise das condições de trabalho dos professores. Os demais estudos ([Elias & Navarro, 2019](#); [Frizzo & Bopsin, 2017](#); [Jilou & Cecílio, 2015](#); [Reis & Cecílio, 2014](#)), concentraram-se nas implicações dessas condições para a saúde dos docentes, evidenciando uma preocupação com o bem-estar físico e mental no ambiente acadêmico.

Quanto ao método, todos os estudos empregaram abordagens qualitativas, predominantemente através de entrevistas semiestruturadas, com exceção de um estudo que utilizou entrevistas episódicas. O número de participantes variou de cinco a trinta docentes, refletindo a diversidade e profundidade das experiências docentes examinadas.

No que tange ao aporte teórico, os estudos selecionados para esta revisão sistemática evidenciam uma diversidade de abordagens teóricas, predominantemente ancoradas na perspectiva marxista, utilizando o método materialista histórico-dialético. Esta escolha teórica reflete um esforço para compreender as condições de trabalho dos professores no contexto mais amplo das dinâmicas socioeconômicas e políticas que caracterizam o capitalismo contemporâneo. Os estudos de [Carvalho \(2010\)](#) e [Jilou e Cecílio \(2015\)](#), por exemplo, destacam como a mercantilização da educação superior privada influencia diretamente a precarização do trabalho docente, enfatizando a conexão entre as políticas neoliberais e as mudanças nas condições laborais. Essa abordagem teórica permite uma análise crítica das transformações nas instituições de ensino superior, considerando não apenas as mudanças nas práticas de gestão, mas também os efeitos dessas transformações na vida e saúde dos professores.

Os resultados dos estudos incluídos são unânimes em destacar a precarização do trabalho docente como uma realidade presente nas IES privadas, com sérias implicações para a saúde dos professores. A análise dos dados revelou que a intensificação do trabalho, a instabilidade contratual e a falta de suporte adequado estão entre os principais fatores que contribuem para o deterioramento das condições de trabalho e saúde dos docentes. [Frizzo e Bopsin \(2017\)](#) foram específicos ao listar problemas de saúde enfrentados pelos professores, como disfunções osteomusculares, problemas vocais e labirintite, além de questões psicológicas como estresse, ansiedade e desânimo. Essas condições são reflexo direto da crescente pressão por produtividade e eficiência, frequentemente em detrimento do bem-estar dos professores. Um importante reflexo desse contexto precarizado e patogênico pode ser observado na intensificação e ampliação do trabalho docente para além do espaço da sala de aula. Isso resulta em uma carga horária excessiva que invade a vida privada dos professores, sem qualquer acréscimo na remuneração, exacerbando os desafios enfrentados e destacando a urgente necessidade de revisão das políticas de gestão nas instituições de ensino superior privadas.

Discussão

As dificuldades enfrentadas pelos professores não são um fenômeno recente; porém, houve um agravamento significativo desses desafios com a implementação das políticas e reformas neoliberais desde a década de 1990 (Elias & Navarro, 2019; Gerheim, 2022). No Brasil, a crescente privatização do ensino transformou a educação, que antes era vista como um direito social, em uma mercadoria altamente lucrativa (Frizzo & Bopsin, 2017). Este processo de mercantilização teve como consequência direta a precarização das condições de trabalho docente, alterando a dinâmica profissional e promovendo um ambiente de isolamento e competição intensa entre os professores.

Nesse contexto de privatização e mercantilização, a profissão docente experimentou uma crescente desvalorização, onde o isolamento e a competição passaram a dominar as relações entre os profissionais. Esse ambiente deteriorado comprometeu a capacidade coletiva de enfrentar as adversidades da profissão, relegando aos indivíduos a responsabilidade por superar desafios inerentemente coletivos. Esta dinâmica enfraquece os movimentos de organização e reivindicação por melhores condições de trabalho, resultando em sentimentos de culpa e frustração entre os professores (Jilou & Cecílio, 2015; Reis & Cecílio, 2014).

Além disso, a nova racionalidade no mundo do trabalho, reforçada pelo ideário neoliberal, mostra-se mais efetiva que as abordagens anteriores. Enquanto no passado o foco era dominar o corpo do trabalhador, atualmente, o objetivo é capturar a subjetividade do sujeito (Elias & Navarro, 2019), impondo uma lógica de autoexploração que intensifica o sofrimento mental e agrava a vulnerabilidade à exploração. Essa estratégia envolve os professores em condições de trabalho cada vez mais deterioradas e caracterizadas pela fragilidade dos vínculos empregatícios, levando à expropriação da capacidade de autodeterminação do docente e ao aprofundamento do processo de dominação (Jilou & Cecílio, 2015).

Sob a égide da nova face do capitalismo, a tradicional associação entre emprego e direitos foi reconfigurada em uma perspectiva de oposição, onde os trabalhadores são submetidos à flexibilização contratual. Nesse cenário, a desproteção trabalhista é apresentada como uma medida para preservar o vínculo empregatício, apesar de suas consequências adversas para os trabalhadores (Ribeiro, 2009). Privados dos direitos conquistados arduamente, a classe trabalhadora enfrenta um intenso processo de precarização do trabalho. Inicialmente mais agudo entre os trabalhadores com menor escolaridade, esse fenômeno agora se estende a todas as categorias profissionais, incluindo aquelas com elevado nível educacional (Borsoi, 2011).

Ilustrativo desse novo cenário é a situação dos professores de IES privadas. Estes profissionais enfrentam uma constante deterioração de suas condições de trabalho, caracterizada por cargas horárias extensas, salários baixos, turmas superlotadas e uma crescente perda de autonomia (Santos, 2009). Esta perda de autonomia é um dos efeitos mais nocivos da precarização, pois empobrece a atividade docente ao retirar dela o senso de controle e, até mesmo, seu propósito essencial (Reis & Cecílio, 2014). Sem dúvida, a diminuição do poder de tomada de decisão do professor representa uma desvalorização profunda da sua função, deixando-o vulnerável não apenas às decisões impostas por terceiros, mas também ao crescente mal-estar no ambiente de trabalho.

O contrato por hora emerge como um indicativo marcante da precarização laboral enfrentada pelos docentes das IES privadas. Esta modalidade contratual confere ao professor horista uma vulnerabilidade exacerbada às flutuações de carga horária e remuneração semestrais (Carvalho, 2010), intensificando a percepção de insegurança empregatícia e aumentando a susceptibilidade aos ditames das IES privadas (Siqueira, 2009). Tal cenário submete o docente a uma dinâmica onde sua autonomia e estabilidade profissional são severamente comprometidas.

O perfil do professor horista, definido pelas IES privadas para ministrar exclusivamente aulas, com uma carga horária adaptável às exigências institucionais semestrais, focaliza sua atuação unicamente no ensino. A exclusão das dimensões de pesquisa e extensão impõe a esses docentes a responsabilidade por um volume maior de turmas, comparativamente aos professores com vínculos parciais ou integrais, exacerbando as condições de precarização e a sobrecarga laboral (Ferreira et al., 2014).

Adicionalmente, estratégias gerenciais que enfatizam a otimização do 'custo docente' têm conduzido à preferência por professores menos experientes e com menor titulação acadêmica, em virtude da economia proporcionada pela hora-aula mais acessível. Esta prática revela uma desvalorização da *expertise* docente e uma erosão da qualidade pedagógica, em detrimento da formação acadêmica e profissional dos discentes (Ferreira et al., 2014).

Historicamente, o magistério no ensino superior era associado a prestígio e remuneração elevada, em contraste com os profissionais da educação básica (Ribeiro et al., 2016). Contudo, a mercantilização da educação superior, especialmente pela massificação e pela precarização do trabalho docente, tem contribuído significativamente para a degradação tanto das condições laborais quanto da qualidade educacional (Ferrer & Rossignoli, 2016; Santos, 2012). Esses processos não apenas deterioram a saúde física e mental dos professores, mas também comprometem a integridade da educação, colocando em risco o futuro da sociedade (Gerheim, 2022).

As extensas jornadas em sala de aula, associadas a um elevado número de estudantes por turma, baixa remuneração e a insuficiente promoção da pesquisa e da extensão, restringem o desenvolvimento pleno da atividade docente e comprometem a qualidade da educação (Carvalho, 2010). Essa problemática não se restringe exclusivamente aos professores, ressaltando-se a necessidade de comprometimento de todos os atores sociais na defesa de uma educação universal e de qualidade.

Apesar dessas adversidades contemporâneas na docência, identifica-se um segmento de professores que mantém um sentido de realização profissional, muitas vezes idealizando a atividade docente como uma vocação (Elias & Navarro, 2019; Jilou & Cecílio, 2015; Reis & Cecílio, 2014). Embora essa perspectiva possa contribuir para o bem-estar docente, ela também pode resultar em alienação, ao mascarar a precarização das condições de trabalho e, conseqüentemente, impedir movimentos de transformação dessa realidade.

Uma estratégia eficaz para combater a degradação do trabalho docente é a adoção da humanização, que envolve um afastamento da perspectiva predominantemente mercadológica e uma revalorização da dimensão original do trabalho como fonte de satisfação das necessidades humanas. Para tanto, é essencial que o profissional mantenha sua autonomia preservada e tenha oportunidades de autodesenvolvimento contínuo (Jilou & Cecílio, 2015; Lima et al., 2012). Indubitavelmente, esses aspectos são viáveis apenas

em um contexto laboral que ofereça condições dignas, favorecendo assim o desempenho profissional e mitigando o sofrimento mental.

Em relação ao sofrimento e à saúde docente, é relevante notar que a Organização Internacional do Trabalho já declarou, em 1981, a docência como uma profissão de risco, sendo a segunda ocupação que mais provoca problemas de saúde no cenário global (Webber, 2011). Nesse contexto, torna-se essencial reconhecer que o sofrimento e o adoecimento docente, embora tenham origem na dimensão pessoal do sujeito, são predominantemente sociais, vinculados às condições de produção da vida na sociedade capitalista (Esper et al., 2020; Marino Filho, 2020).

A deterioração progressiva das condições de imagem do trabalho e da organização laboral dos professores tem se mostrado prejudicial para a saúde e o bem-estar desses profissionais. Um estudo documental, que analisou 254 fichas de professores atendidos por uma junta médica em uma IES, revelou que a depressão é o transtorno mental mais comum, responsável pelo afastamento de 53% dos professores analisados (Batista et al., 2016).

Além da depressão, a literatura científica identifica outras afecções como ansiedade, sintomas psicóticos, transtorno esquizoafetivo, episódio maniaco, transtorno afetivo bipolar, esquizofrenia, transtorno de adaptação, reações ao estresse, transtorno fóbico-ansioso, alcoolismo e sintomas físicos (Silva, 2015). A prevalência desses diagnósticos evidencia a relação entre o trabalho docente e o adoecimento, sublinhando a necessidade de atenção e cuidado com essa classe trabalhadora.

Embora exista uma preocupação crescente na literatura com a saúde dos professores, manifestada por estudos científicos, observa-se que essa temática ainda recebe atenção relativa tanto por parte da gestão das instituições quanto pelos próprios docentes (Araújo & Carvalho, 2009). Isso é evidente quando muitos professores, ao não conseguirem associar o adoecimento às condições de trabalho, negam ou minimizam os sintomas (Jilou & Cecílio, 2015). O professor, nesse sentido, é frequentemente visto como uma figura devotada a um trabalho para o qual se sente vocacionado.

Portanto, é importante destacar que a precarização não se manifesta apenas de maneira objetiva nas deficientes condições de trabalho, mas também de forma subjetiva, impactando a percepção do indivíduo sobre seu próprio trabalho e saúde (Jilou & Cecílio, 2015). Isso implica que é cada vez mais frequente que o docente se veja alienado de suas próprias necessidades, negligenciando a influência direta do ambiente laboral na sua saúde e bem-estar. Consequentemente, essa dinâmica compromete a capacidade do profissional de exercer o autocuidado e de promover o cuidado para com os outros, essencial para a prática educativa efetiva e humanizada.

Limitações

Esta revisão enfrentou algumas limitações que devem ser consideradas ao interpretar os resultados. Primeiramente, a quantidade de estudos incluídos foi relativamente pequena, o que pode restringir a generalização dos achados para todas as instituições de ensino superior privadas. Além disso, a maioria dos estudos utilizou abordagens qualitativas com amostras pequenas, o que, apesar de oferecer insights profundos sobre as experiências dos docentes, limita a capacidade de extrapolar os resultados para contextos mais amplos. Outra limitação é a concentração geográfica dos estudos no Brasil, que pode não refletir completamente a variedade de práticas e condições de trabalho em outros contextos internacionais.

Conclusão

Esta revisão sistemática explorou a precarização do trabalho docente em instituições de ensino superior privadas no Brasil e seus impactos sobre a saúde e o bem-estar dos professores. Os estudos analisados revelaram um cenário preocupante de deterioração das condições de trabalho, especialmente entre os professores horistas, marcado pela flexibilização contratual, aumento da carga horária sem remuneração adequada, e erosão da autonomia e do sentido profissional. A alienação resultante dessas condições tem efeitos diretos na saúde mental e física dos docentes, com o aumento de diagnósticos de depressão, ansiedade e outros transtornos relacionados ao estresse ocupacional.

A revisão também destacou a necessidade urgente de uma reavaliação das políticas e práticas nas instituições de ensino superior privadas. É crucial adotar abordagens de gestão que equilibrem as necessidades econômicas das instituições com a promoção de ambientes de trabalho justos e sustentáveis para os professores. A humanização do trabalho docente, focada no autocuidado e na valorização profissional, é essencial para mitigar os impactos da precarização e melhorar a qualidade da educação.

Agradecimentos e Autoria

Agradecimentos: Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), pela concessão de bolsa de doutorado ao primeiro autor.

Conflito de interesses: Os autores não indicaram quaisquer conflitos de interesse.

Fontes de financiamento: Este estudo não recebeu qualquer financiamento específico.

Contributos: **ALVP:** Conceptualização; Metodologia; Investigação; Redação – Rascunho Original; Visualização. **CABA:** Conceptualização; Metodologia; Redação – Revisão e Edição; Supervisão.

Referências

- Alves, G. (2009). Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálysis [online]*, 12(2), 188–197. <https://doi.org/dp2njq>.
- Aquino, C. A. B. (2020). Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23(1), 51–63. <https://doi.org/kdtr>
- Araújo, T. M., & Carvalho, F. M. (2009). Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. *Educação e Sociedade, Campinas*, 30(107), 427–449. <https://doi.org/cmr438>
- Batista, J. B. V., Carlotto, M. S., Oliveira, M. N., Zaccara, A. A. L., Barros, E. O., & Duarte, M. C. S. (2016). Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 8(2), 4538–4548. <https://doi.org/mdz3>
- Borsoi, I. C. F. (2011). Vivendo para trabalhar: o trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergencia, Toluca*, 18(55), 113–133. <https://bit.ly/47Tbnjj>
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, 28(101), 1503–1523. <https://doi.org/cffs2v>.
- Carvalho, C. C. (2010). Serviço social e privatização do ensino – a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na zona da mata mineira. *CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, (7). <https://bit.ly/47TaDL3>
- Castro, F. G. (2022). Da precarização subjetiva à ditadura da forma: notas para uma psicologia crítica do trabalho. Em F. G. Castro, & J. B. Ferreira (Eds). *Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva* (pp. 19–39). Editora Fi.

- Costa, A. B. & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. Em S. H. Koller, M. C. P. P. Couto, J. Hohendorff (Eds.), *Manual de produção científica* (pp. 55–70). Penso.
- Druck, G., & Franco, T. (2014). Trabalho e precarização social. *Caderno CRH*, 24(spe1), 09–13. <https://doi.org/bskckz>
- Elias, M. A., & Navarro, V. L. (2019). Profissão docente no ensino superior privado: o difícil equilíbrio de quem vive na corda bamba. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 22(1), 49–63. <https://doi.org/mdz4>
- Esper, M. B. S. B., Facci, M. G. D., Leonardo, N. S. T., & Urt, S. C. (2020). Produções sobre o sofrimento/adoecimento do professor universitário: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. Em M. G. D. Facci, & S. M. Urt (Eds.), *Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação* (pp. 177–214). Ed. UFMS.
- Ferreira, P., Nascimento, R., & Salvá, M. (2014). Professor: Profissão de risco. Uma análise do impacto da gestão de IES privadas sobre o trabalho docente. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 9(2). <https://doi.org/mdz5>
- Ferrer, W. M. H., & Rossignoli, M. (2016). Expansão do ensino superior e precarização do trabalho docente: o trabalho do “horista” no ensino privado. *Cadernos de Pesquisa*, 23(spe), 106–118. <https://doi.org/mdz6>
- Frizzo, G., & Bopsin, A. (2017). Saúde docente e a precarização do trabalho no curso de Educação Física na rede privada de ensino superior. *Movimento*, 23(4), 1271–1282. <https://doi.org/mdz7>
- Galvão, T. F., Pansani, T. S. A., & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335–342. <https://doi.org/gfz8c>
- Gerheim, M. S. (2022). Gerencialismo e precariedade subjetiva: o trabalho do professor no setor privado. Em Castro, F. G. & Ferreira, J. B. (Eds.), *Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva* (pp. 130–162). Editora Fi.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). (2022). *Censo da educação superior 2021: notas estatísticas*. Brasília: MEC/INEP. <https://bit.ly/3u9VNSr>
- Jilou, V., & Cecílio, S. (2015). Condições de trabalho docente e sofrimento psíquico no ensino superior privado. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 7(2), 233–241. <https://doi.org/mdz8>
- Jones, K. (2022). Empty review evaluation. *NIHR Network Support Fellow*. <https://bit.ly/3UpobrK>
- Lima, C. A., Barros, E. M. C., & Aquino, C. A. B. (2012). Flexibilização e intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador. *Revista Labor*, 1(7), 102–125. <https://doi.org/mhth>
- Marino Filho, A. (2020). Atividade, significação e sentido: bases do sofrimento psicológico e a especificidade do adoecimento do professor. Em M. G. D. Facci, & S. M. Urt (Eds.), *Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação* (pp. 73–104). Ed. UFMS.
- Reis, B. M., & Cecílio, S. (2014). Precarização, trabalho docente intensificado e saúde de professores universitários. *Trabalho & Educação*, 23(2), 109–128. <https://bit.ly/3HBM8ar>
- Ribeiro, M. A. (2009). Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. *Revista Psicologia Política*, 9(18), 331–346. <https://bit.ly/3SzqjOX>
- Ribeiro, C. V. S., Léda, D. B., Silva, E. P., & Freitas, L. G. de. (2016). Trabalho intensificado de professores da educação básica e superior: confluências e especificidades. *Revista Trabalho (En)Cena*, 1(1), 50–68. <https://bit.ly/42dDEjj>
- Santos, A. F. T. (2009). Educando trabalhadores na “universidade micro-ondas”: novos modelos produtivos, trabalho docente e qualidade da formação humana sob o efeito do MERCADO educador. Em M. Monken, M., & A. V. Dantas (Eds.), *Estudos de politécnica e saúde* (pp. 95–119). EPSJV.
- Santos, S. D. M. (2012). A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. *Educar em Revista [online]*, 46, 229–244. <https://doi.org/ggwm6g>
- Silva, E. P. (2015). Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 17(1), 61–71. <https://bit.ly/48QGr4i>
- Siqueira, T. C. (2009). Ensino superior privado: notas sobre o trabalho dos docentes nas instituições particulares de ensino superior em Brasília. *Revista de Ciências Sociais*, 40(2), 62–71. <https://bit.ly/3udIkJt>
- Webber, D. V. (2011). Profissão professor: desafios e possibilidades do direito ambiental laboral frente ao mal-estar docente [Dissertação de mestrado, Universidade de Caxias do Sul, UCS]. <https://bit.ly/3Sb58S2>
- Yaffe, J., Montgomery, P., Hopewell S., & Shepard, L. D. (2012) Empty reviews: A description and consideration of Cochrane systematic reviews with no included studies. *PLoS ONE*, 7(5), 1–7. <https://doi.org/gdoctn>